



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 1º BIMESTRE DE 2014



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

George André Palermo Santoro

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Juliana Azevedo Cruz

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Guilherme Cunha Coutinho Barros

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Henrique Reis Pompeu de Moares

Joana Pimentel Meneses de Farias

João Souza

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Silva Carvalho

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcelo Fernandes Lima Gomes

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Mariana Schmid Blatter Moreira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pablo Villarim Gonçalves

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe dos S. L. L. de Moura

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaiser



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	15
I.I The Domestic and International Context.....	15
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro.....	17
I.III Labor Market.....	19
I.IV External Sector.....	21
I. Panorama Econômico.....	22
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	22
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	24
I.III Mercado de Trabalho.....	26
I.IV Inflação.....	27
I.V Setor Externo.....	28
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	30
Cronograma de Desembolso do Estado do RJ.....	37
III. Resultados Fiscais.....	40
III.I Resultado Orçamentário.....	40
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	42
III.III Resultado Primário.....	44
IV. Receita Estadual.....	46
IV.I Receitas Correntes.....	47
IV.I.1 Receita Tributária.....	48
Box 01 – Efeitos da inclusão de novos produtos na Substituição Tributária.....	52

IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	54
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	58
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	60
IV.I.3.1 Receita de Transferências	63
IV.I.3.2 Transferências da União.....	64
IV.II Receitas de Capital	68
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	70
V.I - Despesa Total.....	70
V.II - Créditos adicionais.....	71
V.III - Despesas por Fontes de Recursos.....	72
V.IV Despesas por Grupo	74
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	79
Box 02 - Financiamento de Investimentos de Estados X Receita Corrente Líquida (RCL) ..	93
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	96
VI.1 Cota Financeira.....	96
VI.2 Pagamento de PD's	98
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	98
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	100
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	103
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento.....	104
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública.....	106
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	116



Apresentação

Este é o trigésimo sétimo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o primeiro referente ao exercício de 2014. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 18/03/2014.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro iniciou o ano fiscal de 2014, com bom desempenho obtido no primeiro bimestre do exercício. No primeiro bimestre de 2014, as receitas totais totalizaram R\$ 14.123,81 milhões, ultrapassando a meta prevista em 1,6%.

As receitas correntes contribuíram positivamente, uma vez que tiveram uma variação de 8,6% quando comparadas a meta estipulada (+ R\$ 1 bilhão), impulsionadas pelas receitas tributárias, cujo crescimento foi de 11,5% (+R\$ 834 milhões), na comparação com 2013. O ICMS apresentou incremento de 12,2% no período.

Já as receitas de capital, embora tenham apresentado crescimento de 101,1% em relação ao auferido em 2013 (+R\$ 638,9 milhões), atingiram apenas 61,3% da meta, principalmente devido à postergação da realização de algumas operações de crédito para o próximo bimestre, de acordo com o cronograma do Anexo V do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Quanto ao balanço orçamentário, o primeiro bimestre de 2014 fechou com queda de 6,4% (- R\$ 95 milhões), por conta do déficit orçamentário de R\$ 245,4 milhões (-32,6%) do Rioprevidência, apresentado no período.

Com relação ao resultado primário, observou-se que a receita primária excedeu a despesa primária em R\$ 921,49 milhões, implicando superávit. Entretanto, ao comparar o resultado com o primeiro bimestre do ano anterior, percebeu-se variação negativa de R\$ 636,04 milhões (- 40,8%). Este resultado também foi influenciado pelas contas do Rioprevidência.

É importante ressaltar que as finanças do Instituto de Previdência Estadual sofrem influencia da sazonalidade de suas receitas, as quais se apresentam contraídas a cada início de ano. Ademais, a execução das receitas de royalties e participações especiais do petróleo contraiu-se sobremaneira no período, alcançando R\$ 1.429,57 milhões no primeiro bimestre de 2014, representando queda de 27,1% frente a 2013. A principal causa para esta frustração de receita foi a queda na produção de petróleo (- 2,1%), notadamente ocorrida em campos pagadores de participações especiais.

As despesas do ERJ para o exercício 2014 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 77,09 bilhões, um crescimento de R\$ 4,35 bilhões (+6,0%) frente ao aprovado para o exercício 2013.

Nesse 1º bimestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 77,86 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 771,99 milhões (+1,0%) sobre o inicial. Excluídas as despesas intraorçamentárias da análise, o crescimento foi de R\$ 792,24 milhões, acréscimo motivado pela abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 385 milhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 407 milhões as Demais Fontes de Recursos. O suplemento principal ocorreu por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento inicial: R\$ 450 milhões contratados em Operações de Crédito, R\$ 167 milhões por Convênios e R\$ 239 milhões em Outras Fontes de Recursos (superávits financeiros e excesso de arrecadação).

Os créditos adicionais abertos foram aplicados diretamente em programas estratégicos de Governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 684,87 milhões foram efetivamente destinados à Implantação de Projetos de Infraestrutura, R\$ 142,96 milhões à Implantação e Restauração, Melhoria de Rodovias e R\$ 54,38 milhões na Recuperação da Região Serrana.

Em relação à execução, nesse primeiro bimestre, R\$ 11,67 bilhões foram liquidados, montante este 17,4% maior que o apurado no mesmo período de 2013. Excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial), a execução foi de R\$ 10,63 bilhões. Deste montante, R\$ 7,70 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 2,93 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, crescimento de 10,4% e 21,9%, respectivamente, ao 1º bimestre de 2013.

As Despesas Correntes do ERJ no bimestre (R\$ 9,66 bilhões) apontaram crescimento quando comparadas aos valores de 2013: 9,7%, ou em valores absolutos, +R\$ 851,89 milhões. As despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentaram destaque até fevereiro: R\$ 2,74 bilhões liquidados, apresentando um crescimento de 7,8% (+R\$ 198,61 milhões). Tal variação foi motivada, em grande parte, pela valorização do capital humano, concessão de planos de carreira, reajuste salarial e demais benefícios e gratificações concedidos, principalmente a servidores das áreas de Segurança Pública, Educação, Defesa Civil e Ciência e Tecnologia.

As Outras Despesas Correntes do ERJ corresponderam a 60,8% do total liquidado até o momento (R\$ 6,46 bilhões), excluídas as despesas intraorçamentárias, apresentando um crescimento de 10,7% em relação a 2013. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado: no âmbito social, a Operacionalização do Bilhete Único, o Renda Melhor e o Aluguel Social, que juntos somaram R\$ 139,42 milhões de despesas liquidadas, apresentando um crescimento de 51,1% (+R\$ 47,18 milhões) em relação a 2013; na saúde pública, neste primeiro bimestre, as ações executadas foram responsáveis por R\$ 108,09 milhões, aumento de 98,7% (+R\$ 53,70 milhões) quando comparadas a igual período de 2013.

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 493,90 milhões, elevação de R\$ 325,57 milhões em relação ao mesmo período de 2013. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de importantes ações do Estado nas funções Transporte, Urbanismo, Educação e Saneamento dentre outras.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram ligeiro aumento: incremento foi de 1,3%, ou seja, +R\$ 40,94 milhões. A apuração parcial dos índices demonstra a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+0,3 ponto percentual). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: aumento de 11,0% de

sua receita base (+R\$ 606,88 milhões), resultando crescimento no montante liquidado (12,5%, +R\$ 159,02 milhões).

Na Saúde, o índice constitucional também apontou realização praticamente igual a de 2013. Constatou-se crescimento tanto na receita base como na despesa liquidada do índice: +11,0% (R\$ 606,88 milhões) e +7,6% (+R\$ 22,51 milhões) respectivamente.

A FAPERJ apresentou crescimento em sua receita base (+10,9%, +R\$ 359,06 milhões) e na despesa liquidada do período (+19,5%, ou seja, +R\$ 6,08 milhões).

O FECAM registrou neste início de exercício, redução tanto da receita base (-28,5%, -R\$ 538,36 milhões) quanto da despesa liquidada (+52,9%, ou seja, -R\$ 5,26 milhões).

O FEHIS apresentou crescimento em sua receita base (+6,0%, +R\$ 28,69 milhões) e na despesa executada (+2,3%).

Por fim, o Box deste primeiro bimestre apresenta um comparativo dos investimentos realizados por diferentes entes da Federação, cujas informações já estão disponibilizadas nos respectivos Portais de Transparência.

EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro began fiscal year 2014 with good performance in the first bimester of the year. During the first two months of 2014, total revenues amounted to R \$ 14,123.81 million, surpassing the target set at 1.6%.

Current revenues contributed positively, once had a variation of 8.6% when compared to the set target (+ U.S. \$ 1 billion), boosted by tax revenues, which grew by 11.5% (+ U.S. \$ 834 million) in comparison with 2013. ICMS grew by 12.2% YoY.

The capital revenues, although they showed a growth of 101.1% over earned in 2013 (+ U.S. \$ 638.9 million), amounted to only 61.3% of the target, mainly due to the postponement of the execution of some credit operations for the next two months, according to the schedule of Annex V of the Fiscal Adjustment Program of the State of Rio de Janeiro by the National Treasury Secretariat - STN.

As for the budget balance, the first two months of 2014 closed down 6.4% (- £ 95 million), due to the budget deficit of U.S. \$ 245.4 million (-32.6%) of Rioprevidência presented in period.

With regard to the primary outcome, we observed that the primary revenue exceeded primary spending in R \$ 921.49 million, implying a surplus. However, when comparing the result with the first two months of last year, it became clear the decrease of U.S. \$ 636.04 million (- 40.8%). This result was also influenced by accounts Rioprevidência.

Importantly, the finances of the state social security institute suffer influences the seasonality of its revenues, which have contracted in the beginning of each year. Moreover, the implementation of revenue from royalties and special participation of oil contracted greatly during the period, reaching R \$ 1,429.57 million in the first bimester of 2014, representing a reduction of 27.1% compared to 2013. The main cause for this frustration revenue was a decrease in oil production (- 2.1%), mainly occurring in fields payers cameos.

RJ State Expenditures for the year 2014 were fixed in State Budget Law in R\$ 77.09 billion, a marked increase (+6.0%), the growth was R\$ 4.35 billion, compared to approved for the year 2013.

By the 1th bimester, the authorized expenditure reached R\$ 77.86 billion, showing a considerable increase of 1.0% over the originally planned, therefore, R\$ 771.99 million incorporated in the annual budgetary law. Excluding intra-budgetary expenditure from the analysis, the growth was R\$ 792.24 million, an increase motivated by the opening of additional credits, which R\$ 385 million supplemented the State Treasury and R\$ 407 million to Other Sources of revenues. The main supplement was due to the entry of secured funds, which were not part of the initial budget: R\$ 450 million in Loan (Credit Operation), R\$ 167 million in Covenants and R\$ 239 million in Other Sources of Revenues (financial surpluses and revenue excess).

The additional credits opened this year were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on loan (credit operations), R\$ 684.87 million was allocated to the implementation of infrastructure projects, R\$ 142.96 million for implementation and improvement of highways and R\$54.38 million recovery in the mountainous region.

Regarding the execution, in the first bimester, R\$ 11.67 billion were liquidated, this amount 17.4% higher than in the same period of 2013. Excluding intra -budgetary expenditure and independent public companies (CEDAE and Official Press), the implementation was R\$ 10.63 billion. This amount, R\$7.70 billion were supported by funds from the State Treasury and R\$ 2.93 billion from Other Funding Sources, 10.4% and 21.9 %, respectively, for the 1th bimester of 2013.

The current expenses of the ERJ in two months (R\$ 9.66 billion) recorded growth compared to the values of 2013: 9.7%, or in absolute values, + R \$ 851.89 million. Expenses related to group Payroll had highlighted until February: R \$ 2.74 billion settled, an increase of 7.8% (+ R\$ 198.61 million). This change was motivated in large part by the improvements that the Government of states has made the careers of Public Safety, Education, Civil Defense servers and Science and Technology.

Other current expenditures of the State accounted for 60.8% of the liquidated until moment (R\$ 6.46 million), excluding intra-budgetary expenses, showing growth of 10.7% compared to 2013. This increase is justified by strengthening of certain strategic actions of the state: the social, the operationalization of the Single Ticket, Surrender and Best social Rent, which together totaled R\$ 139.42 million expenditures liquidated, an increase of 51.1% (+ R\$47.18 million) compared to 2013; public health, the actions taken by the Government of state accounted for R\$ 108.09 million of funds executed this bimester: increase of 98.7% (+ R\$ 53.70 million).

The resources invested in Investment and Financial Investments totaled R\$ 493.90 million, an increase of R\$ 325.57 million in the same period of 2013. The amount paid was essential to fund important state actions in transport functions, Urbanism, Education and Sanitation, among other.

The Constitutional Mandatory Transfers showed slight increase was 1.3% (+ R\$ 40.94 million). The calculations of partial indexes show the evolution of expenses will be enforced at the end of the year, as established by Law.

Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement compared to the same period last year (+0.3 percentage point). However, a closer analysis, it can be observed in the implementation of the strengthening ratio: 11.0% increase in revenue from its base (+ R\$ 606.88 million), resulting in greater losses (12.5% - +R\$ 159.02 million).

In Health, the constitutional index also indicated for execution similar with the expenditures executed in 2013. Contacted up growth on the base income and expenses settled index: +11.0% (R\$ 606.88 million) and +7, 6% (+ R \$ 22.51 million) respectively.



The FAPERJ presented at its base revenue growth (+10.9%, + R\$ 359.06 million) and expenses paid for the period (+19.5% - R\$ 6.08 million).

The FECAM presented early this year, falls both in its base revenue (-28.5%, - R\$ 538.36 million) as liquidated their spending (+52.9%, R\$ 5, 26 million).

The FEHIS presented at its base revenue growth (+6.0%, + R\$ 28.69 million) and executed expenditure (+2.3%).

Finally, the first two months of this box shows the evolution of public spending: a comparison between the level of investment made by some loved the Federation.

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The IMF projects global GDP growth of 3.6% in 2014 and 3.9% for 2015, following an upward trend, considering the increase of 3.0% in 2013. Forecasts for the developed countries are 2.2% and 2.3% for 2014 and 2015, respectively. Significant increases considering the 1.3% growth in 2013.

The improvement in the global economy is being driven mainly by the recovery in developed economies, due to the adoption of looser fiscal policy, combined with accommodative monetary policy. The combination of these policies is very favorable in a scenario where the GDP of these countries is below their potential and their inflation rates are at low levels. In the Eurozone, for example, there is the real possibility of deflation.

The reduction of monetary stimulus through the purchase of U.S. bonds by the Fed program, coupled with uncertainty about potential increases in interest rates in developed countries, from 2015, have led to capital inflows in emerging countries and financial market volatility in the world. As a result, there was a considerable deterioration in the perception of the economic fundamentals of emerging markets, especially those with current account deficits and high inflation.

Thus, the international scenario remains of instability, with a decrease in the overall abundance of resources, which can cause problems of external financing and depreciation in exchange rates in emerging countries over the medium term. Increased exports can mitigate this situation, given the increased demand in developed countries. Nevertheless, the slowdown in Chinese growth has directly impacted the price of commodities, which are the major exports of many emerging markets and developing economies, bringing more difficulties to balance their current accounts.

In Brazil, the Index of Economic Activity of the Central Bank (IBC-Br) increased 0.24% between January and February 2014. In 12 months (February), up 2.57%. Industry and trade data indicate that economic activity has been driven mainly by consumption, but in pace of deceleration. In February 2014, a 0.38% General Industry, compared to January, was driven by Manufacturing Industry (+0.51%). In 12 months (February), up in General Industry (+1.11%) and retraction in Oil & Gas and Mining (-3.47%). Retail trade data indicate high of 4.97% in the 12 months (February 2014). However, in February 2013, the same cumulative recorded high of 7.45%. Between January and February 2014, retail sales showed a slight increase of 0.17%.

Studies indicate² an economic slowdown in 2014 pointing to a 1.8% growth of GDP (2.3% in 2013). Factors such as low business confidence (and consumers), the loss of competitiveness, rising inflation (and interest rates) and economic uncertainty inhibit the growth of private investment, which will mainly affect the manufacturing industry (large weight in the sector), which may present downturn in 2014. Industry is expected to grow 0.9% in 2014 (1.3% in 2013) and the service sector, influenced in part by industrial

¹ This analysis uses data available to April 16, 2014.

² IBRE/FGV.

decline, should also suffer deceleration, growing 1.6 % in 2014 (2.0% in 2013). The agricultural sector is expected to grow 5.0% (7.0% in 2013).

From the external sector, there was a small increase in exports the first two months of the year compared to the same two months of the previous year (+1%). On the import side, there was an increase of 4% over the same period, which contributed to 16% increase in the deficit in the first two months compared to the same period last year (U.S. \$ -6.2 billion). In exports, highlight for 'Soy' (+172%). In imports, highlights for 'Fuel oils' (+26%) and 'Petroleum' (+16%). Thus, the external sector should present constraints to GDP growth.

Inflation measured by the variation of the Consumer Price Index (IPCA) changed by 0.92% in March 2014, the highest percentage for the month since 2003. Among the groups that contributed most to this result are 'Food and Beverages', which varied 1.92% (0.25% in March 2013); and 'Transport', with a variation of 1.38% (0.16% in 2013). In 12 months (March), the General Index variation was 6.15%. Some administered prices are still repressed, which increases the expectations of higher prices, culminating in increase of 6.47% at the end of 2014. Selic rate, currently³ 11.00%, should end the year on 11 25%.

Data from the Monthly Employment Survey (PME) show that the number of employed people continues to increase, but at decreasing rates. Between February 2013 and February 2014, the number of employed persons remained practically unchanged (+0.01%). Between 2012 and 2013, also in the month of February, the increase in the number of employed persons was 1.61%. In February 2014, the unemployment rate was 5.1%. Whereas the generation of formal jobs, according to the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), the number of net jobs created in the first two months 2014 exceeded three hundred thousand, which means 77% increase when compared with the same two months the previous year.

The collection of federal revenues, both administered by the RFB and by other agencies, amounted to R\$ 206.8 billion the first two months of 2014. This result represented a nominal increase of 7.64% and real increase of 1.91% (IPCA), over the same period of 2013. In January 2014, the monthly federal revenue totaled R\$ 123.7 billion, representing an increase of 6.55% in nominal terms and 0.91% in real terms (IPCA) YOY. Due to the calendar this year (Carnival was in March), there was a significant growth YOY in February, of 9.32% (nominal) and 3.44% (actual), reaching a value of R\$ 83.1 billion.

Besides the calendar effect, several factors contributed to this result in the year, namely: reduction in the collection of taxes calculated based on monthly estimates (income tax/social contribution), which does not seem to be configured as a trend; tax cuts; the performance of key macroeconomic indicators that influence the collection of taxes; and increasing the usual wages in the six main metropolitan regions of Brazil from December 2013 to January 2014.

The main actual decreases (IPCA) occurred during the first two months of 2014 over the same period last year were registered in the following tributes: IPI-Drinks (-19.85%); Cide-Fuel (-16.50%); CIT (-9.23%); Social contribution (-6.45%); and IOF (-5.70%). On the positive side, showed real increases (IPCA): Other

³ Focus Bulletin of April 11, 2014.

income administered by the RFB (+38.40%); IPI-Tobacco (+23.59%); IRRF-Income from Abroad (+16.46%); COFINS (+16.0%); Import Tax (+14.80%); IPI-Cars (+12.50%); IPI-Linked imports (+11.44%); IRRF-Capital income (+11.16%); PIT (+5.33); Security Revenue (+4.68%); IRRF-Proceeds of Labor (+4.64%); and PIS / PASEP (+4.32%); and IPI-Other (+4.28%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The performance of the State Industry increased 1.0% in February from the previous month. However, when compared to the same period last year, there was a positive change of 0.1%. In Brazil level, the move shows recovery in both comparisons. Industrial production grew 0.4% compared to January, and meaningful increase of 5.0% compared to February 2013. Such a framework also reflects the uncertainties and adjustments that have characterized international and Brazilian economies. From January to February, the State Industry records positive result of 3.3%, compared to positive growth of 1.3% for the country. In the last 12 months, Rio's industrial sector accumulates fall (-0.9%), up 1.1% in Brazil level.

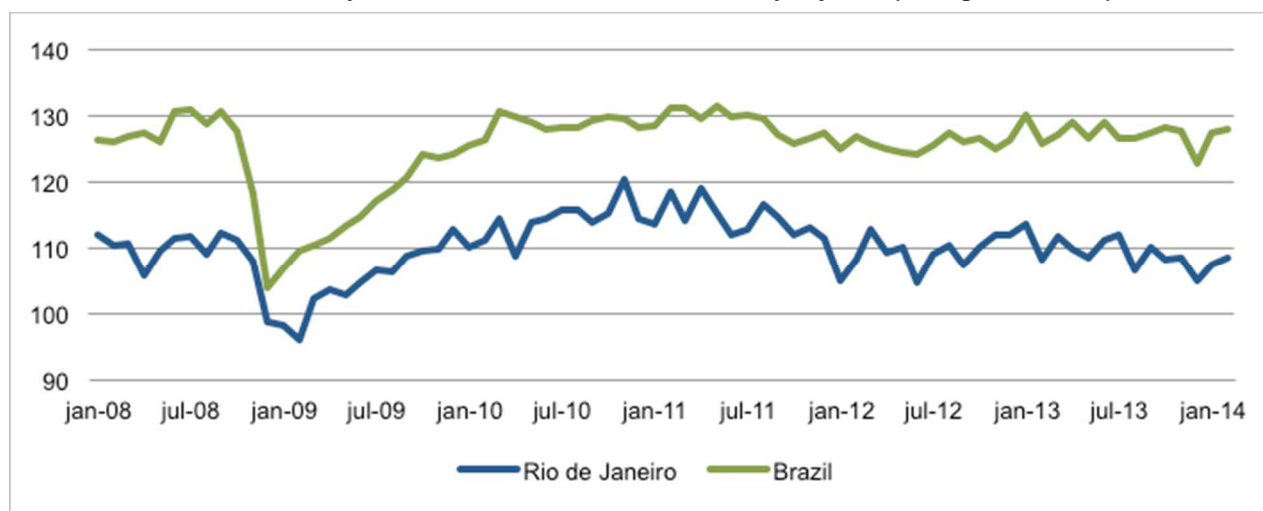
In terms of the main aggregates, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry of Rio de Janeiro in February fell by 14.9% and 7.6%, respectively, over the same period last year. Nationally, both declined by 10.4% and 1.2%, respectively, over the same period.

The analysis of the twelve activities of the manufacturing industry in the ERJ reveals the improvement of this sector: eight of these activities showed growth in production. The main positive impacts upon the industry average were the sectors with the Rubber and Plastic (48.7%), Food (15.2%) and Beverage (14.0%), driven mainly by increased production of plastic articles for household use, tires, plastic plates or sheets of self-adhesive, parts and insulating plastic tubes to machinery, equipment and electrical installations and garbage bags, for the first branch; beer and draft beer and soft drinks for the second; and biscuits and cookies, embedded products, breads, flour and dried pasta (noodles) in the latter. It is also worth mentioning the advances coming from Perfumes, soaps, detergents and cleaning products (13.2%) and Motor Vehicles (2.5%) explained largely by higher production of hair preparations, detergents or shampoos and toothpaste; and cars and trucks, respectively. On the other hand, the most significant negative contribution has come from Pharmaceutical industry (-28.5%), influenced especially by lower production of medicines. The other negative results were recorded by Publishing, Printing and Reproduction of Recorded Media (-9.1%), Basic Metallurgy (-6.2%) and Petroleum Refining and Alcohol Production (-2.8%), strongly pressed the reduction of the production of newspapers, in the first; of carbon steel rebar, sheets, tin plate, aluminum alloys, unwrought and tubes and rods of iron castings, in the second; and diesel and other fuel oils and naphtha for petrochemicals, in the latter.

From January to February 2014, compared to the same period of 2013, industrial production in Rio de Janeiro faced decrease of 2.2%, driven largely by decline in six of the twelve sectors surveyed. The main negative impact on the overall average remained with the Pharmaceutical industry (-30.2%), influenced largely by lower production of medicines. It is also worth mentioning the decreases observed in Publishing, Printing and Reproduction of Recorded Media (-7.6%), Basic Metallurgy (-5.7%) and Motor Vehicles

(-4.2%), influenced mainly by declines in manufacturing newspapers and CDs, in the first; of carbon steel rebar, sheets, tinplate and aluminum alloys, unwrought, in the second; and chassis fitted with engines for buses or trucks, buses and cars with diesel engine, in the latter. Conversely, Rubber and Plastic (+43.6%), Other Chemical Products (+5.5%) and Perfumery, Soaps and Cleaning Products (+18.5%) were the most positive contributions to the total industry, driven in large part by advances seen in plastic articles for household use, tires, plastic parts and accessories for motor vehicles, motorcycles, bicycles and self-adhesive plates or sheets of plastics, in the first; herbicide used in agriculture in the second; detergent or liquid soap, toothpaste and hair preparations, in the latter.

Graph 1
General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)



Source: PIM/IBGE

Commerce. The state of Rio de Janeiro, compared to Brazil, had higher growth in sales in just three segments of retail trade (and extended retail) in the first two months of 2014 YOY. Considering the general indices of retail trade and extended retail trade, the growth of Brazilian sales volume in the first quarter is higher than the growth of the ERJ: +7.4% (BR) and 4.9% (RJ) in retail trade; and +6.5% (BR) and +6.3% (RJ) in expanded retail.

The three segments mentioned above are: 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces', 'Textiles, clothing and footwear' and 'Fuel and lubricants'. The first two had in the period increases of 8.5% and 7.4% (respectively), despite poor results in January, compared with January 2013. In February, there was good recovery (+21.6% and +15.3%, respectively), which positively influenced the result of two months. The 'Fuel and lubricants' segment, on the other hand, achieved good results in January (+7.2%) and February (+14.4%), closing the two months up 10.7% in the ERJ.

The 'Books, newspapers, magazines and stationery' segment was the only one to show a decline in sales volume, both nationally and state level (-1.7% and -4.0%, respectively). Although they appear below the national average growth in the first two months, other segments also highlights in the ERJ: 'Articles Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery' (+9.3%) and 'Building material' (+9.1%), both with results also influenced by the month of February (+11.1% and +20.9%, respectively).

Table 1
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity: Jan.-Feb.	RJ	BR
Fuels and lubricants	10.7	10.0
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	4.0	5.3
Textiles, clothing and footwear	7.4	5.1
Furniture and appliances	2.3	7.8
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	9.3	14.6
Books, newspapers, magazines and stationery	-4.0	-1.7
Equipment and office supplies, computer and communication	1.3	1.6
Other articles of personal and domestic use	5.3	13.7
Retail Trade	4.9	7.4
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	8.5	3.6
Building material	9.1	10.1
Expanded Retail Trade	6.3	6.5

Source: PMC/IBGE.

I.III Labor Market

The economically active population of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) in the first two months of 2014 decreased by 1.0% over the same period last year. This result is explained by the drop in February, the lowest value observed in the series since August 2011. Reducing PEA therefore helped in maintaining a low rate of unemployment in 2014, reaching 3.6 in January and 3.9 in February.

The increase in the unemployment rate, although marginal, was due to the reduction of employment (-0.30%) over the same period. We observe that half of the occupation in the state (in February) is registered workers, with growth of 2.5% YoY. Then there is the informal sector (35%), self-employment (-1.4%) and unregistered workers (-11.3%). Still outnumber the jobs 'Military or civil servants' (+7.2%).

Evaluating the economic sectors in the period, the occupation in Rio de Janeiro was driven by hiring in 'Public administration and defense, social security, education, health and social services' (+4.8%), accounting for 19% of employment in February, and 'Quarrying and processing and production and distribution of electricity, gas and water supply' (+1.3%), corresponding to 12%. On the other hand, all other sectors showed shrinkage in the occupation: 'Domestic Services' (-6.3%), corresponding to 6%, 'Construction' (-4.0%), corresponding to 8%, 'Financial intermediation and real estate, rental and service to the company' (-3.3%), corresponding to 15%, 'Trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (-1.1%), corresponding to 18% and 'Other services' (-1.0), corresponding to 21%.

Just about registered workers, data from CAGED show that over the period there was net admissions in the state totaling 4,161 jobs, different from the previous year (14,588 net disconnections). This result is a consequence of net admissions in the sector 'Service' (+13,339), 'Construction' (+7264) and 'Manufacturing Industry' (+1957). Although the 'Public administration' sector in the first two months of 2013

has generated greater number of admissions than in 2014, the number of disconnections in the same period was higher, which resulted in the reversal of net disconnections in 2013 to net admissions in 2014, even that with reduced volume.

As for the average real income of workers in RJRM, at February 2014 prices, there was a substantial real increase (+5.1%) in the year (February). This growth is higher than in the country (+3.2%) for the same period. It is interesting to note that the average real income of unregistered workers (+5.1%) in the state (and in the country) grew higher than those of registered workers (+4.6%) for the same period.

I.IV Inflation

In 2014, the National Consumer Price Index (IPCA) in the State of Rio de Janeiro increased by 0.50% and 1.07% in January and February, respectively. Regarding Brazil, the indices presented in the same period were 0.55% and 0.69%. It is emphasized that Rio de Janeiro has reached 1.58% in the year (against 1.24% for the country), higher than the same period of 2013 variation (0.98%). In the past 12 months, the rate was 6.80%, up from 6.19% in the same period of 2013. This value is higher than that observed for Brazil, whose twelve-month inflation (ending in February) was 5.68%. Despite the increase in the level of inflation in the country, the target set by the Central Bank for inflation in 2014 remains at 4.50%, with a margin of 2 percentage points more or less. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM continued its process of raising the Selic rate from recent meetings, elevating from 10% to 11%.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Index 1 st period of two months	RJ		YTD (Feb.)		YoY (Feb.)	
	Jan.	Feb.	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0.50	1.07	1.58	1.24	6.80	5.68
Foods and Beverages	1.28	0.18	1.47	1.41	8.34	6.32
Housing	0.13	1.61	1.74	1.33	8.60	7.54
Household Articles	-0.78	0.39	-0.39	1.56	5.15	7.00
Clothing	-0.20	-0.37	-0.56	-0.56	4.76	4.77
Transport	0.02	1.16	1.18	-0.08	3.23	1.61
Health and Personal Care	0.31	0.89	1.20	1.23	7.16	6.79
Personal Expenses	1.50	0.66	2.17	2.42	8.99	8.70
Education	0.21	7.77	7.99	6.57	10.24	8.75
Communication	0.02	0.19	0.21	0.17	1.60	1.65

Source: IPCA/IBGE.

The groups that suffered the greatest increases in February were Education (7.77%), Housing (1.61%) and Transportation (1.16%). The education group was influenced mainly by the increase in school fees. Regarding housing, condo and rentals pressured the group. Regarding transport, the variation was mainly due to increase of 9.09% given by the city of Rio de Janeiro municipal to bus fare in February.

Among the groups that helped contain inflation are Apparel (-0.37%) and Food and Beverages (0.18%). The Apparel group presented deflation, influenced mainly by the fall in the price of shoes and accessories (-1.07%). The Food and Beverage group had a slight increase due to the combination of variations, in particular the price reduction, among other items, the potatoes (-10.37%), meat (-3.17%) and fish (-4.06%).

I.V External Sector

Exports performed in RJ reached U.S. \$ 2.7 billion in the year, an increase of 12.6% over the same period of 2013. This result was due to the increase in exports of crude oil (+19.3%), fuel oil (+20.2%) and automotive (+57.8%), matching 62% of the total value of exports. On the import side, there was a reduction in the period of entry of goods (-1.83%) to \$ 3.7 billion. This drop is the effect of the combination of factors, especially the increase in import of crude oil (+27.5%), machinery for oil industry (+63.0%) and petroleum coke (+91.2%); drop in natural gas (-61.9%) and automotive (-4.2%); and import of ships/platforms (U.S. \$ 379 million, a product not observed in 2013). The deficit in the year 2014 was U.S. \$ 1.01 billion, lower than in the same period of 2013, when the deficit was \$ 1.39 billion.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁴.

O FMI projeta crescimento do PIB mundial de 3,6% em 2014 e de 3,9% para 2015, seguindo uma trajetória ascendente, tendo em vista a alta de 3,0% em 2013. Já para os países desenvolvidos as previsões são de 2,2% e 2,3% para 2014 e 2015, respectivamente. Aumentos significativos ante a alta de 1,3% em 2013.

A melhora da economia mundial vem sendo impulsionada principalmente pela recuperação das economias desenvolvidas, em virtude da adoção de política fiscal menos rígida, aliada a política monetária acomodatória. A combinação dessas políticas é bastante propícia em um cenário em que o PIB desses países encontra-se abaixo do seu potencial e suas respectivas taxas de inflação estão em níveis baixos. Na Zona do Euro, por exemplo, existe a possibilidade real de deflação.

A diminuição do programa de estímulo monetário através da compra de títulos americanos por parte do FED, somado a incertezas sobre possíveis elevações nas taxas de juros nos países desenvolvidos, a partir de 2015, têm provocado influxo de capitais dos países emergentes e volatilidade no mercado financeiro mundo afora. Como resultado, houve uma piora considerável na percepção sobre os fundamentos econômicos dos emergentes, em especial àqueles com déficits em conta corrente e inflação em alta.

Desta forma, o cenário internacional continua sendo de instabilidade, com diminuição na abundância global de recursos, o que pode ocasionar problemas de financiamento externo e depreciações nas taxas de câmbio nos países emergentes no médio prazo. O aumento das exportações pode mitigar esse quadro, dado o aumento da demanda nos países desenvolvidos. Apesar disto, a desaceleração do ritmo de crescimento chinês tem impactado diretamente o preço das commodities, que são os principais produtos de exportação de vários mercados emergentes e economias em desenvolvimento, trazendo mais dificuldades para o equilíbrio de suas transações correntes.

No Brasil, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) variou 0,24% entre janeiro e fevereiro de 2014. No acumulado em 12 meses (em fevereiro), alta de 2,57%. Dados da indústria e do comércio indicam que a atividade econômica vem sendo impulsionada principalmente pelo consumo, mas em ritmo de desaceleração. Em fevereiro de 2014, variação de 0,38% da Indústria Geral, em relação a janeiro, puxada pela Indústria de Transformação (+0,51%). No acumulado em 12 meses (em fevereiro), alta de 1,11% da Indústria Geral, com retração da Indústria Extrativa (-3,47%). Dados do comércio varejista indicam alta de 4,97% no acumulado em 12 meses (em fevereiro de 2014). No entanto, em fevereiro de 2013, o mesmo acumulado registrava alta de 7,45%. Entre janeiro e fevereiro de 2014, o comércio varejista apresentou leve alta de 0,17%.

Estudos indicam⁵ uma desaceleração da economia em 2014 ao apontar crescimento de 1,8% do PIB (2,3% em 2013). Fatores como a baixa confiança empresarial (e dos consumidores), a perda de

⁴ Esta análise utiliza dados disponíveis até 16/04/2014.

⁵ IBRE/FGV.

competitividade, inflação (e taxa de juros) em alta e a incerteza econômica inibem o crescimento do investimento privado, o que deverá afetar, principalmente, a indústria de transformação (de grande peso no setor), que poderá apresentar retração em 2014. A indústria deverá crescer 0,9% em 2014 (1,3% em 2013) e o setor de serviços, influenciado em parte pela retração industrial, também deverá sofrer desaceleração, crescendo 1,6% em 2014 (2,0% em 2013). O setor de agropecuária deverá crescer 5,0% (7,0% em 2013).

Por parte do setor externo, houve um pequeno aumento nas exportações no primeiro bimestre do ano em relação ao mesmo bimestre do ano anterior (+1%). Do lado das importações, houve aumento de 4% no mesmo período, o que contribuiu para aumento de 16% no déficit neste primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano anterior (US\$ -6,2 bi). Nas exportações, destaque para 'Soja' (+172%). Nas importações, destaques para 'Óleos combustíveis' (+26%) e 'Óleos brutos de petróleo' (+16%). Com isso, o setor externo deverá apresentar restrições ao crescimento do PIB.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 0,92% em março de 2014, o maior percentual para o mês desde 2003. Entre os grupos que mais contribuíram para esse resultado estão 'Alimentação e bebidas', que variou 1,92% (0,25% em março de 2013); e 'Transportes', com variação de 1,38% (0,16% em 2013). No acumulado em 12 meses (em março), variação de 6,15%. Alguns preços administrados ainda estão represados, o que aumenta as expectativas de alta nos preços, que atuam no sentido de alta de 6,47% ao final de 2014. A taxa Selic, hoje⁶ em 11,00%, deve terminar o ano em 11,25%.

Dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) mostram que o número de pessoas ocupadas continua aumentando, porém a taxas decrescentes. Entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014, o número de pessoas ocupadas praticamente não se alterou (+0,01%). Entre os anos de 2012 e 2013, também no mês de fevereiro, o aumento no número de pessoas ocupadas foi de 1,61%. Em fevereiro de 2014, a taxa de desocupação foi de 5,1%. Considerando a geração de empregos com carteira assinada, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o número de postos líquidos de trabalho criados no primeiro bimestre de 2014 superou trezentos mil, o que significa 77% de aumento quando comparado com o mesmo bimestre do ano anterior.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 206,8 bilhões no primeiro bimestre de 2014. Esse resultado representou aumento nominal de 7,64% e real de 1,91% (IPCA), em relação ao mesmo período de 2013. Em janeiro de 2014, a arrecadação federal mensal somou R\$ 123,7 bilhões, o que representou aumento de 6,55% em termos nominais e de 0,91% em termos reais (IPCA), comparando-se com o mesmo mês do ano anterior. Por consequência do calendário de carnaval (esse ano em março), houve crescimento expressivo em fevereiro do mesmo ano, de 9,32% (nominal) e de 3,44% (real), em relação ao mesmo mês de 2013, chegando ao valor de R\$ 83,1 bilhões.

Além do efeito calendário, diversos fatores contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacando-se: redução na arrecadação dos tributos apurados com base na estimativa mensal

⁶ Boletim Focus de 11/04/2014.

(IRPJ/CSLL), o que parece não se configurar como uma tendência; desonerações tributárias; o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos; e o aumento da massa salarial habitual nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras no período de dezembro de 2013 a janeiro de 2014.

Os principais decréscimos reais (IPCA) verificados no primeiro bimestre de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior, foram registrados nos seguintes tributos: IPI-Bebidas (-19,85%); Cide-Combustíveis (-16,50%); IRPJ (-9,23%); CSLL (-6,45%); e IOF (-5,70%). Pelo lado positivo, apresentaram aumentos reais (IPCA): Outras Receitas administradas pela RFB (+38,40%); IPI-Fumo (+23,59%); IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+16,46%); COFINS (+16,0%); Imposto de Importação (+14,80%); IPI-Automóveis (+12,50%); IPI-Vinculado à importação (+11,44%); IRRF-Rendimentos de Capital (+11,16%); IRPF (+5,33); Receita Previdenciária (+4,68%); IRRF-Rendimentos do Trabalho (+4,64%); e PIS/PASEP (+4,32%); e IPI-Outros (+4,28%).

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da indústria fluminense em fevereiro avançou 1,0% em relação ao mês anterior. Já quando comparado ao mesmo período do ano anterior, houve variação positiva de 0,1%. Em nível Brasil, o movimento mostra recuperação em ambas as comparações. A produção industrial apresentou crescimento de 0,4% em relação a janeiro, e crescimento significativo de 5,0% em relação a fevereiro de 2013. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado as economias internacional e brasileira. No acumulado de janeiro a fevereiro, a indústria fluminense registra resultado positivo de 3,3%, ante variação positiva de 1,3% para o país. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de (-0,9%), crescimento de 1,1% em nível Brasil.

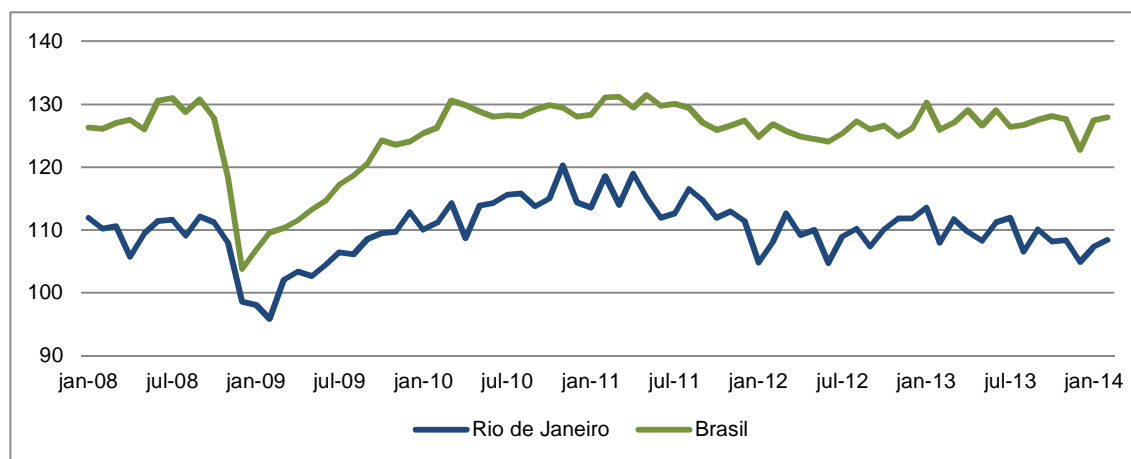
Em termos dos principais agregados, as indústrias extrativa e de transformação fluminense em fevereiro apresentaram queda de 14,9% e 7,6%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, ambas apresentaram queda de 10,4% e 1,2%, respectivamente, no mesmo período.

A análise das doze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela uma melhora na atividade industrial fluminense: oito desses setores apresentaram crescimento da produção. Os principais impactos positivos sobre a média da indústria ficaram com os setores de Borracha e Plástico 48,7%, Bebidas 15,2% e Alimentos 14,0%, impulsionados, sobretudo, pela maior fabricação de artigos de plástico para uso doméstico, pneus, chapas ou folhas autoadesivas de plástico, peças e tubos isolantes de plástico para máquinas, aparelhos e instalações elétricas e sacos de lixo, no primeiro ramo; cervejas e chope e refrigerantes, no segundo; e biscoitos e bolachas, produtos embutidos, pães, farinha de trigo e massas alimentícias secas (macarrão), no último. Vale mencionar também os avanços vindos de Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza 13,2% e de Veículos automotores 2,5% explicados, em grande medida, pela maior produção de preparações capilares, detergentes ou sabões líquidos e pastas de dente; e de automóveis e caminhões, respectivamente. Por outro lado, a contribuição negativa mais importante veio da indústria Farmacêutica (-28,5%), influenciada, especialmente pela menor produção de medicamentos. Os demais resultados negativos foram registrados pelos ramos de Edição, impressão e

reprodução de gravações (-9,1%), Metalurgia básica (-6,2%), e Refino de petróleo e produção de álcool (-2,8%), pressionados, em grande parte, pela redução na fabricação de jornais, no primeiro setor; de vergalhões de aço ao carbono, folhas-de-flandres, ligas de alumínio em formas brutas e tubos e perfis de ferro fundidos, no segundo; e de óleo diesel e outros óleos combustíveis e naftas para petroquímica, no último.

De janeiro a fevereiro de 2014, comparado ao mesmo período de 2013, a produção industrial do Rio de Janeiro assinalou recuo de 2,2%, impulsionada em grande parte pela queda de seis dos doze setores pesquisados. O principal impacto negativo sobre a média global ficou com o setor Farmacêutico (-30,2%), pressionado, em grande medida, pela menor produção de medicamentos. Vale citar também os recuos observados em Edição, impressão e reprodução de gravações (-7,6%), Metalurgia básica (-5,7%) e Veículos automotores (-4,2%), influenciados, principalmente, pelas retrações na fabricação de jornais e CDs, no primeiro; de vergalhões de aço ao carbono, folhas-de-flandres e ligas de alumínio em formas brutas, no segundo; e de chassis com motor para ônibus ou para caminhões, ônibus e automóveis com motor a diesel, no último. Em sentido oposto, Borracha e Plástico (+43,6%), Outros produtos químicos (+5,5%) e Perfumaria, sabões e produtos de limpeza (+18,5%) exerceram as contribuições positivas mais relevantes sobre o total da indústria, impulsionadas, em grande parte, pelos avanços verificados em artigos de plástico para uso doméstico, pneus, peças e acessórios de plástico para veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e chapas ou folhas autoadesivas de plásticos, na primeira atividade; de herbicidas para uso na agricultura, na segunda; de detergentes ou sabões líquidos, pastas de dente e preparações capilares, na última.

Gráfico 1
Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

Comércio. O estado do Rio de Janeiro, em comparação com o Brasil, apresentou crescimento superior no volume de vendas em apenas três segmentos do comércio varejista (e varejista ampliado) no primeiro bimestre de 2014, comparado com o mesmo bimestre do ano anterior. Considerando os índices gerais de comércio varejista e comércio varejista ampliado, o crescimento do volume de vendas brasileiro no

primeiro bimestre é superior ao crescimento do ERJ: +7,4% (BR) e +4,9% (RJ) no comércio varejista; e +6,5% (BR) e +6,3% (RJ) no comércio varejista ampliado.

Os três segmentos citados acima são: 'Veículos, motocicletas, partes e peças', 'Tecidos, vestuário e calçados' e 'Combustíveis e lubrificantes'. Os dois primeiros apresentaram, no período, variações positivas de 8,5% e 7,4% (respectivamente), apesar de resultados ruins em janeiro, na comparação com janeiro de 2013. Em fevereiro, houve boa recuperação (+21,6% e +15,3%, respectivamente), o que influenciou positivamente no resultado do bimestre. Já o segmento 'Combustíveis e lubrificantes' obteve bons resultados em janeiro (+7,2%) e fevereiro (+14,4%), fechando o bimestre com alta de 10,7% no ERJ.

O segmento 'Livros, jornais, revistas e papelaria' foi o único a apresentar queda no volume de vendas, tanto no nível nacional quanto estadual (-1,7% e -4,0%, respectivamente). Apesar de terem apresentado crescimento inferior à média nacional no primeiro bimestre, outros segmentos também se destacaram no ERJ: 'Artigos Farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+9,3%) e 'Material de construção' (+9,1%), ambos com resultados também influenciados pelo mês de feviro (+11,1% e +20,9%, respectivamente).

Tabela 1

Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade: Jan- Fev	RJ	BR
Combustíveis e lubrificantes	10,7	10,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,0	5,3
Tecidos, vestuário e calçados	7,4	5,1
Móveis e eletrodomésticos	2,3	7,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,3	14,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,0	-1,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1,3	1,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	5,3	13,7
Comércio varejista	4,9	7,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	8,5	3,6
Material de construção	9,1	10,1
Comércio varejista ampliado	6,3	6,5

Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) nos dois primeiros meses de 2014 recuou 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado é explicado pela queda em fevereiro, menor valor observado na série desde agosto de 2011. A redução da PEA, em consequência, auxiliou na manutenção de uma baixa taxa de desocupação em 2014, chegando a 3,6 em janeiro e 3,9 em fevereiro.

O aumento da taxa de desocupação, ainda que marginal, deu-se pela redução da ocupação (-0,30%) no mesmo período. Observa-se que metade da ocupação no estado (em fevereiro) é de postos de trabalho 'Com carteira assinada', com variação de 2,5% no período. Em seguida, encontra-se o setor informal (35%), com empregos 'Contra própria' (-1,4%) e 'Sem carteira assinada' (-11,3%). Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+7,2%).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+4,8%), correspondendo a 19% da ocupação em fevereiro, e 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+1,3%), correspondendo a 12%. Por outro lado, todos os demais setores apresentaram retração na ocupação: 'Serviços domésticos' (-6,3%), correspondendo a 6%, 'Construção' (-4,0%), correspondendo a 8%, 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (-3,3%), correspondendo a 15%, 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (-1,1%), correspondendo a 18%, e 'Outros serviços' (-1,0), correspondendo a 21%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram que no período houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 4.161 postos, resultado diferente do observado no ano anterior (14.588 desligamentos líquidos no período). Este resultado é decorrente das admissões líquidas no setor 'Serviço' (+13.339), 'Construção Civil' (+7.264) e 'Indústria de Transformação' (+1.957). Embora o setor 'Administração Pública' nos dois primeiros meses de 2013 tenha gerado maior número de admissões que em 2014, a quantidade de desligamentos no mesmo período foi superior, o que resultou na inversão de desligamentos líquidos em 2013 para admissões líquidas em 2014, ainda que em volume reduzido.

Quanto ao rendimento médio real – preços de fevereiro de 2014 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real expressivo (+5,1%) no ano (fevereiro). Este crescimento é superior ao observado no país (+3,2%) para o mesmo período. É interessante observar que o rendimento médio real dos trabalhadores sem carteira assinada (+5,1%) no estado (e no país) cresceu acima do rendimento dos trabalhadores com carteira assinada (+4,6%) para o mesmo período mesmo.

I.IV Inflação

Em 2014, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Estado do Rio de Janeiro registrou variação de 0,50% e 1,07% nos meses de janeiro e fevereiro, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados, no mesmo período, foram de 0,55% e 0,69%. Ressalta-se que o Rio de Janeiro alcançou 1,58% no acumulado do ano (contra 1,24% para o país), variação superior ao mesmo período de 2013 (0,98%). Nos últimos 12 meses, a variação foi de 6,80%, acima dos 6,19% registrados no mesmo período de 2013. Esse valor é superior ao observado para o Brasil, cuja inflação em doze meses (encerrados em fevereiro) ficou em 5,68%. Apesar do aumento do patamar da inflação no país, a meta estabelecida pelo Banco Central para inflação em 2014 continua em 4,50%, com margem de 2 p.p. para mais ou para menos. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM deu

prosseguimento ao processo de elevação da taxa SELIC das últimas reuniões. Elevando esta de 10% para 11%.

Tabela 2
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Índice 1º Bimestre	RJ		No ano (fev)		Em 12 meses (fev)	
	Jan	Fev	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,50	1,07	1,58	1,24	6,80	5,68
Alimentação e bebidas	1,28	0,18	1,47	1,41	8,34	6,32
Habitação	0,13	1,61	1,74	1,33	8,60	7,54
Artigos de Residência	-0,78	0,39	-0,39	1,56	5,15	7,00
Vestuário	-0,20	-0,37	-0,56	-0,56	4,76	4,77
Transportes	0,02	1,16	1,18	-0,08	3,23	1,61
Saúde e Cuidados Pessoais	0,31	0,89	1,20	1,23	7,16	6,79
Despesas Pessoais	1,50	0,66	2,17	2,42	8,99	8,70
Educação	0,21	7,77	7,99	6,57	10,24	8,75
Comunicação	0,02	0,19	0,21	0,17	1,60	1,65

Fonte: IPCA/IBGE.

Os grupos que sofreram os maiores aumentos em fevereiro foram Educação 7,77%, Habitação 1,61% e Transportes 1,16%. O grupo Educação foi influenciado principalmente pelo aumento das mensalidades escolares. No que tange à Habitação, aluguel e condomínio pressionaram o grupo. Em relação aos Transportes, a variação se deveu principalmente ao aumento de 9,09% concedido pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro aos ônibus municipais em fevereiro.

Entre os grupos que ajudaram a conter a inflação estão Vestuário (-0,37%) e Alimentação e bebidas (0,18%). O grupo Vestuário apresentou deflação, influenciada principalmente pela queda nos preços do item Calçados e acessórios (-1,07%). Já o grupo Alimentação e bebidas teve uma ligeira alta devido à combinação de variações, em especial a redução de preço, entre outros itens, da batata inglesa (-10,37%), de carnes (-3,17%) e dos pescados (-4,06%).

I.V Setor Externo

As exportações realizadas no RJ alcançaram US\$ 2,7 bilhões no ano, aumento de 12,6% em relação a igual período de 2013. Este resultado se deu pelo aumento das exportações de óleo bruto (+19,3%), óleo combustível (+20,2%) e automóvel (+57,8%), produtos que correspondem a 62% do valor total das exportações. Do lado das importações, no período houve redução de entrada de mercadorias (-1,83%), alcançando US\$ 3,7 bilhões. Esta queda é efeito da combinação de fatores, destacando-se o aumento na importação de óleo bruto (+27,5%), maquinário para indústria petrolífera (+63,0%) e coque (+91,2%); queda de gás natural (-61,9%) e automóvel (-4,2%); e importação de embarcações/plataformas (R\$ 379



milhões, produto não observado em 2013). O saldo no ano em 2014 foi de déficit de US\$ 1,01 bilhão, inferior ao obtido no mesmo período de 2013, quando o déficit foi de US\$ 1,39 bilhão.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 723 de Fevereiro de 2014.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 14.123,81 milhões / 101,6% da meta realizada.

Tabela 3
METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2014.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - FEV) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - FEV) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
RECEITAS CORRENTES (1)	11.833,19	12.852,99	108,6%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	2.074,48	1.270,82	61,3%
TOTAL	13.907,67	14.123,81	101,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes⁷ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital⁸ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

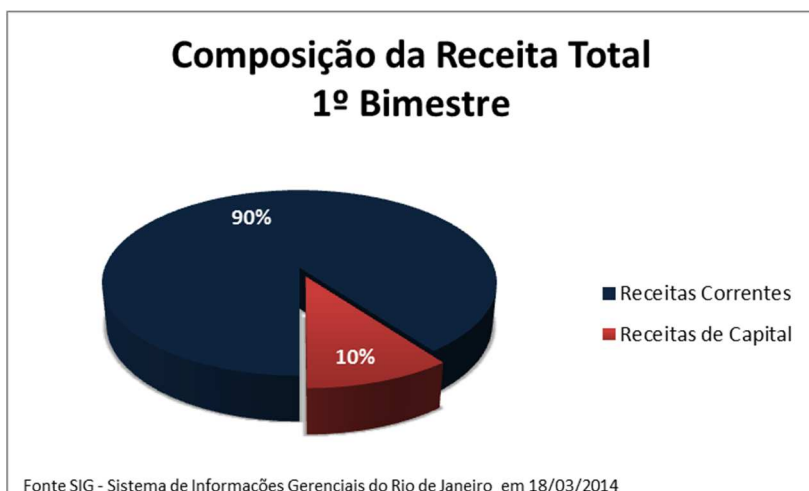
No primeiro bimestre de 2014, a receita total realizada, que equivale à soma das receitas correntes e de capital, totalizou R\$ 14.123,81 milhões (101,6% da meta prevista)

No primeiro bimestre de 2014, a receita total foi de R\$ 14.123,81 milhões.

⁷ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

⁸ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

Gráfico 2



As receitas correntes contribuíram positivamente, uma vez que tiveram uma variação de 8,6% quando comparadas a meta estipulada (+ R\$ 1.019,81 milhões).

Já as receitas de capital atingiram 61,3% da meta, principalmente devido à postergação (- R\$ 1 bilhão) da sua realização da cessão de ativos do Rioprevidência para o terceiro bimestre do ano, conforme autorizado pela ALERJ, por meio da Lei 6656 de 26 de dezembro de 2013.

As receitas correntes desempenharam papel essencial no resultado das receitas totais no primeiro bimestre de 2014, representando aproximadamente 91% do total.

- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 12.852,99 milhões / 108,6% da meta realizada.

Tabela 4
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - FEV) 2014	RECEITA REALIZADA (JAN - FEV) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
RECEITAS CORRENTES (1)	11.833,19	12.852,99	108,6%
TRIBUTÁRIA	7.627,94	8.116,43	106,4%
CONTRIBUIÇÕES	224,17	246,08	109,8%
PATRIMONIAL	1.844,92	1.580,65	85,7%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,01	7,6%
INDUSTRIAL	32,83	31,78	96,8%
SERVIÇOS	75,23	73,22	97,3%
TRANSF. CORRENTES	1.185,03	1.191,74	100,6%
OUTRAS	288,61	517,25	179,2%
INTRAORÇAMENTÁRIA	554,37	1.095,83	197,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem⁹:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como

⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

atividades industriais de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

As receitas correntes tiveram um resultado positivo no primeiro bimestre de 2014 com variação de 8,6% em relação à meta (+ R\$ 1.019,81 milhões).

Entre as receitas correntes a mais significativa é a receita tributária, que superou a meta em 6,4%, com variação de R\$ 488,49 milhões em relação à meta. Este resultado deve-se principalmente às receitas do ICMS, que alcançaram R\$ 5.644,64 milhões no bimestre, para as receitas de IPVA no valor de R\$ 1.096,08 milhões, assim como as receitas tributárias provenientes taxas (R\$ 498,26 milhões), com destaque para as taxas de serviço de trânsito (R\$172,89 milhões). A arrecadação do ITD também foi relevante, alcançando R\$ 87,61 milhões no primeiro bimestre de 2014.

As receitas patrimoniais alcançaram um valor de R\$ 1.580,65 no bimestre, atingindo 85,7%da meta, principalmente devido à queda das receitas do Petróleo no bimestre (seção IV.1.2).

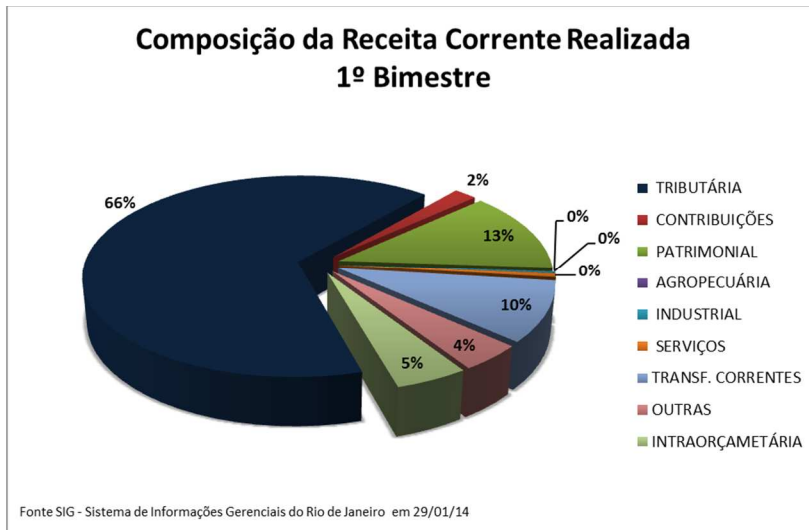
As outras receitas correntes apresentaram variação de 179,2% em relação ao valor previsto na meta, totalizando R\$ 517,25 milhões com destaque para Receita oriunda de outras receitas referentes ao ICMS (R\$ 130,45 milhões), venda de bilhetes de loteria (R\$ 33,99 milhões), Multas Previstas na Legislação de Trânsito (R\$ 16,01 milhões) e Restituições de Convênios (R\$ 11,51 milhões).

Neste bimestre, salienta-se que devido à Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013, que determina a utilização de depósitos judiciais e extrajudiciais para pagamento dos precatórios, houve um aumento das outras receitas correntes atingindo R\$151,94 milhões.

No primeiro bimestre de 2014, as Receitas Correntes ultrapassaram a meta prevista em + R\$ 1.019,81 milhões (+ 8,6%).

No primeiro bimestre, as receitas tributárias representaram 63,15% das receitas correntes do Estado, considerando as receitas intraorçamentárias.

Gráfico 3



Mais informações sobre as Receitas Correntes na Seção IV.I deste boletim.

- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 1.270,82 milhões / 61,3% da meta realizada.

**Tabela 5
Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - FEV) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - FEV) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	2.074,48	1.270,82	61,3%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	777,12	1.172,82	150,9%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.003,33	0,00	0,0%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	36,38	43,66	120,0%
TRANSF. CAPITAL	256,87	54,34	21,2%
OUTRAS	0,20	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,58	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁰:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.
- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

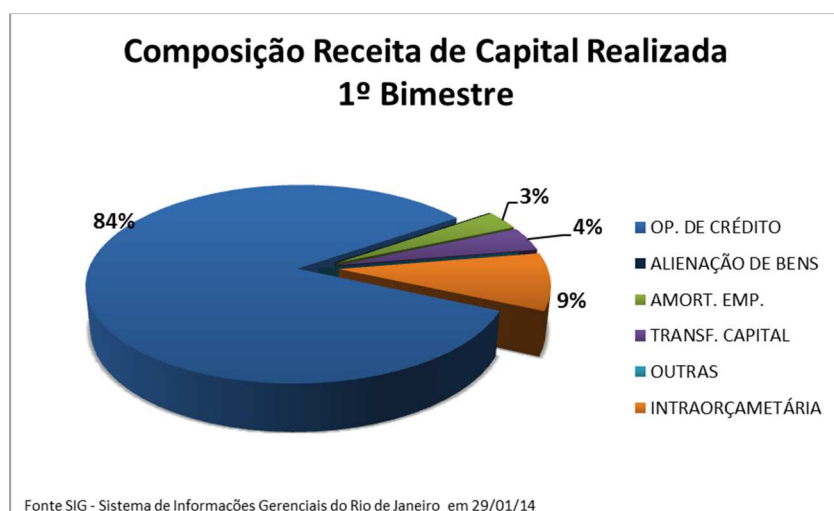
¹⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

No primeiro bimestre de 2014, as Receitas de Capital alcançaram 61,3% da meta prevista, totalizando R\$ 1.270,82 milhões no bimestre.

As receitas de operações de crédito, nos meses de Janeiro e Fevereiro, atingiram 150,9% devido à realização de operações de crédito previstas para o ano de 2013 que foram postergadas para o início deste ano, de acordo com o cronograma do Anexo V do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, com destaque para a conta Operações de Crédito Internas para Programas de Governo (R\$ 1.099,76 milhões).

De outra maneira as receitas de alienações de bens previstas para o bimestre (cessão de ativos do Rioprevidência) não foram realizadas conforme predito, ocasionando a postergação do fluxo de receitas de alienações.

Gráfico 4



Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 12,28 bilhões / 112,2%¹¹

Nos termos do artigo 8º da LRF, no início de cada ano, até 30 dias após a publicação do Orçamento Anual, o Poder Executivo deve divulgar as Metas Fiscais de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício. Em 2014 esse Ato foi publicado em fevereiro/2013 – Resolução SEFAZ nº 724. Este tópico do Boletim busca comparar o cronograma estabelecido com a despesa realizada no período em referência.

No bimestre, a economia do Estado apresentou bons resultados e a receita tributária, principal fonte de financiamento dos serviços públicos, apresentou notável rendimento frente à meta traçada (+6,4%, R\$ 488,49 milhões), contribuindo para superar a meta estimada para o período (+4,3%, R\$ 512,79 milhões).

Diante desse cenário, parte dos recursos inicialmente contingenciados foram liberados. Ao longo do ano, o acompanhamento da realização da Receita poderá orientar a liberação de valores que ainda permaneçam contingenciados.

Cabe ressaltar que as alterações orçamentárias a partir da incorporação de superávit financeiro, excesso de arrecadação e/ou contratação de novas operações quando se configuram, poderão afetar sobremaneira a análise comparativa das metas fixadas no Cronograma de Desembolso, uma vez que aumentam a disponibilidade financeira.

Considerando o cenário econômico ainda de incertezas, numa atitude conservadora, 2,3% (R\$ 1,80 bilhão) do orçamento foram inicialmente contingenciados para a adequada gestão fiscal do ERJ.

Tabela 6

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - FEVEREIRO			
DOTAÇÃO	INICIAL	77.088.941.150	-
	ATUAL	77.860.926.220	1,0%
	DISPONÍVEL	76.308.522.175	98,01%
CONTINGENCIADO		1.552.404.045	1,99%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		771.985.070	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

¹¹ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

Tabela 7

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JANEIRO A FEVEREIRO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESPESA PAGA	RP 2013 PAGO***	DESPESA TOTAL PAGA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	2.979	2.472	549	3.022	101,4%
OUTRAS DESP. CORRENTES	6.872	5.967	1.240	7.206	104,9%
INVEST./INVERSÕES	185	438	682	1.120	604,9%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	919	938	0	938	102,1%
TOTAL	10.955	9.815	2.471	12.286	112,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 724/2014

***Considerado apenas o pagamento de RP Total inscrito em 2013.

Conforme Tabela 7, a meta de execução estimada para o exercício foi de R\$ 10,66 bilhões, dos quais 27,2% se referem a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e 62,7% a Outras Despesas Correntes. No valor indicado estão incluídos os pagamentos referentes aos Restos a Pagar inscritos em 2013 (R\$ 4.084,90 milhões), com exceção dos classificados como despesas intraorçamentárias.

A despesa total paga até fevereiro (R\$ 12,29 bilhões) superou a meta estimada no Cronograma de Desembolso do Estado em 12,2% (+R\$ 1,33 bilhão), por conta do expressivo montante pago de RP/2013, R\$ 2,47 bilhões, grande parte adimplido durante o mês de janeiro, com destaque para o valor requerido pelas Despesas Correntes (R\$1,2 bilhão). Nos investimentos o montante de RP Pago (R\$ 682 milhões) foi superior ao pagamento dos R\$ 438 milhões de despesa realizada no exercício, basicamente aplicados na função Transporte, Implantação da Linha 4.

O valor requerido para pagamento das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, ficou bem próximo da meta: R\$ 3.021,62 milhões variação positiva de 1,4% (+R\$ 42,80 milhões). Desse valor mais de 50% são gastos com Educação (R\$ 532,51 milhões), Segurança (R\$ 799,05 milhões) e Saúde (R\$ 121,24 milhões) que requereram 21,5%, 32,3% e 4,9%, do montante pago nesse grupo de despesa.

O pagamento das Outras Despesas Correntes, conforme já comentado, superou a meta traçada para o bimestre em 4,87%, (+R\$ 334,48 milhões). Do montante desembolsado no bimestre 58,65% foram destinados a esses pagamentos, aí inclusos os gastos com a

Com uma meta de execução de R\$ 10.955 milhões, o ERJ apresentou uma despesa total de R\$ 12.286 milhões: alcance de 112,2% da meta inicialmente traçada para o bimestre.

folha de inativos e pensionistas (R\$ 1.932,17 milhões) e com as vinculações constitucionais (R\$ 1.966,06 milhões), despesas não discricionárias diretamente relacionadas às receitas arrecadadas. Somadas, tais obrigações responderam por 64,80% (R\$ 3.898,23 milhões) do total apurado até fevereiro.

As despesas apuradas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações) apresentaram uma realização ligeiramente superior à meta traçada (+2,1% = +R\$ 19,35 milhões). Sua execução considera as condições contratuais pactuadas e a média móvel da Receita Líquida Real dos últimos 12 meses.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

III. Resultados Fiscais¹²

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$1.386,13 milhões / - 6,4%

Tabela 8

Resultado Orçamentário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
I. RECEITA TOTAL (A)	12.378,95	14.123,81	14,1%
I.1 RECEITA CORRENTE	11.122,54	11.757,17	5,7%
I.1.1 Tributária	7.281,74	8.116,43	11,5%
I.1.2 Patrimonial	2.051,74	1.580,65	-23,0%
I.1.3 Transferências	1.029,93	1.191,74	15,7%
I.1.4 Demais Correntes	759,13	868,34	14,4%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	631,93	1.270,82	101,1%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	624,48	1.095,83	75,5%
II. DESPESA TOTAL (B)	10.897,58	12.737,68	16,9%
II.1 DESPESA CORRENTE	9.767,70	10.727,39	9,8%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.480,35	4.954,22	10,6%
II.1.2 Demais Correntes	4.852,77	5.309,41	9,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	434,57	463,76	6,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	567,01	968,28	70,8%
II.2.1 Invest.	165,21	483,20	192,5%
II.2.1.1 Obras e Instalações	83,48	449,45	438,4%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	4,66	3,15	-32,4%
II.2.1.3 Demais Investimentos	77,06	30,61	-60,3%
II.2.2 Inv. Financ.	3,12	10,69	243,1%
II.2.3 Amort. Dívida	398,69	474,39	19,0%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	562,88	1.042,01	85,1%
RES. ORÇAM. (A-B)	1.481,37	1.386,13	-6,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro, conforme observado na tabela acima, as receitas totais atingiram R\$ 14.123,81 milhões e as

¹² O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.



despesas totais somaram R\$ 12.737,68 milhões, gerando um resultado orçamentário superavitário de R\$ 1.386,13 milhões. Este resultado pode ser explicado pelo superávit tanto corrente quanto de capital, uma vez que as receitas correntes superaram as despesas correntes em R\$ 1.029,78 milhões e as receitas de capital ultrapassaram as despesas de capital em R\$ 302,54 milhões. Quando comparado com o ano de 2013, observa-se que o resultado orçamentário do primeiro bimestre de 2014 foi menor em R\$ 95,24 milhões.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: R\$ 2.137,92 milhões / + 7,6%

Tabela 9

Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	11.044,31	12.767,41	15,6%
I.1 RECEITA CORRENTE	10.341,13	11.470,82	10,9%
I.1.1 Tributária	7.281,74	8.116,43	11,5%
I.1.2 Patrimonial	1.593,15	1.543,86	-3,1%
I.1.3 Transferências	1.029,93	1.191,74	15,7%
I.1.4 Demais Correntes	436,32	618,80	41,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	631,93	1.229,25	94,5%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	71,25	67,34	-5,5%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	9.056,56	10.629,49	17,4%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.927,21	8.619,81	8,7%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.652,90	2.855,20	7,6%
II.1.2 Demais Correntes	4.839,75	5.300,84	9,5%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	434,57	463,76	6,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	567,01	968,28	70,8%
II.2.1 Invest.	165,21	483,20	192,5%
II.2.1.1 Obras e Instalações	83,48	449,45	438,4%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	4,66	3,15	-32,4%
II.2.1.3 Demais Investimentos	77,06	30,60	-60,3%
II.2.2 Inv. Financ.	3,12	10,69	243,1%
II.2.3 Amort. Dívida	398,69	474,39	19,0%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	562,34	1.041,41	85,2%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	1.987,75	2.137,92	7,6%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.334,64	1.356,40	1,6%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.841,02	2.108,19	14,5%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-506,38	-751,79	-32,6%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	1.481,37	1.386,13	-6,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

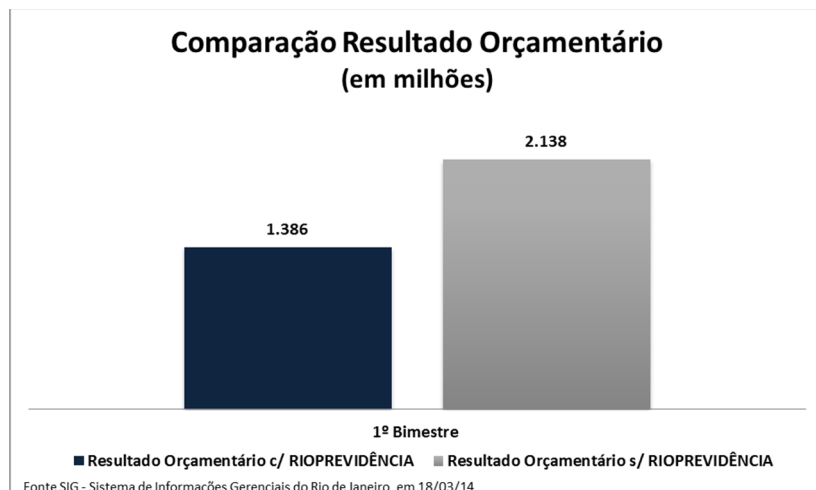
Analisando o resultado orçamentário, sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o primeiro bimestre foi superavitário alcançando o valor de R\$ 2.137,92 milhões. Neste período o RIOPREVIDÊNCIA teve um déficit de R\$ 751,79 milhões (- 32,6%), contribuindo negativamente para o resultado orçamentário do Estado.

A fim de que seja compreendido o peso desse órgão no resultado orçamentário do Estado será, a seguir, evidenciado o seu resultado orçamentário específico.

Analisando os dados do RIOPREVIDÊNCIA, observa-se que o resultado foi deficitário em R\$ 751,79 milhões no bimestre, composto pela receita de R\$ 1.356,40 milhões e despesa de R\$ 2.108,19 milhões. Comparando os resultados de 2014 e 2013 do órgão, observa-se uma variação de 32,6% negativa, com aumento tanto da receita quanto da despesa sendo esta em maior proporção que aquela. O crescimento da despesa é explicado, principalmente, pelos reajustes salariais de algumas categorias que possuem grande contingente de servidores efetivos e aposentados.

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA teve déficit de R\$ 751,79 milhões no primeiro bimestre de 2014.

Gráfico 5



III.III Resultado Primário¹³

Bimestre: R\$ 921,49 milhões / - 40,8%

**Tabela 10
Resultado Primário**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
RECEITAS TOTAL	12.378,95	14.123,81	14,1%
RECEITAS FINANCEIRAS	695,71	1.350,01	94,0%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	624,48	1.095,83	75,5%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	11.058,77	11.677,97	5,6%
DESPESAS TOTAL	10.897,58	12.737,68	16,9%
DESPESAS FINANCEIRAS	833,48	939,19	12,7%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	562,88	1.042,01	85,1%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	9.501,23	10.756,48	13,2%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	1.557,53	921,49	-40,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o resultado primário, observa-se que a receita primária excedeu a despesa primária em R\$ 921,49 milhões gerando superávit no resultado primário do bimestre. Comparando este resultado ao do mesmo bimestre do ano anterior, houve variação de R\$ 636,04 milhões (- 40,8%).

A variação da receita primária de 2014 quando comparado ao de 2013 foi de 5,6% (+ R\$ 619,21 milhões).

¹³ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

Resultado Primário excluindo Rioprevidência

Bimestre: - R\$ 2.748,10 milhões / + 4,9%

Tabela 11

Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
RECEITAS TOTAL	11.044,31	12.767,41	15,6%
RECEITAS FINANCEIRAS	692,31	1.303,08	88,2%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	71,25	67,34	-5,5%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	10.280,76	11.397,00	10,9%
DESPESAS TOTAL	9.056,56	10.629,49	17,4%
DESPESAS FINANCEIRAS	833,48	939,19	12,7%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	562,34	1.041,41	85,2%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	7.660,75	8.648,89	12,9%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	2.620,01	2.748,10	4,9%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-1.062,47	-1.826,61	-41,8%

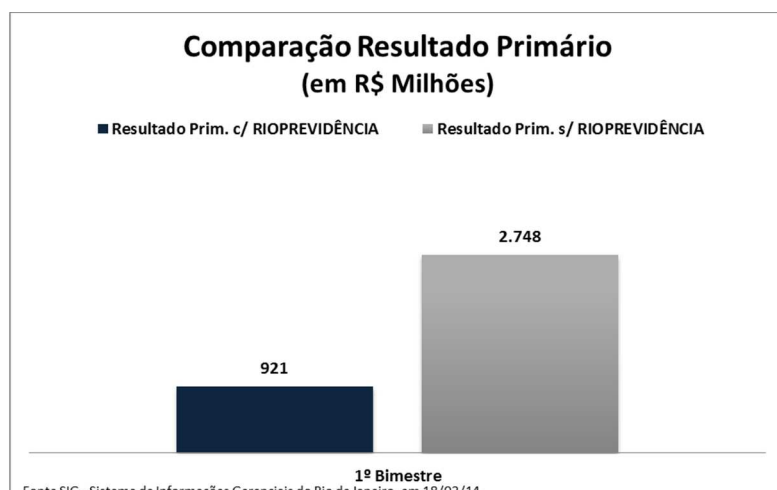
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

A análise do resultado primário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, o resultado primário permaneceria positivo, com um valor de R\$ 2.748,10 milhões. Com relação ao mesmo período de 2013, este valor representa uma variação de 4,9% (+ R\$ 128,09 milhões).

O resultado primário bimestral do RIOPREVIDÊNCIA foi deficitário no valor de R\$ 1.826,61 milhões. Desta forma, fica evidente o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA, afetando o resultado primário total do Estado.

O resultado primário Estado sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA seria de R\$ 2.748,1 milhões.

Gráfico 6



IV. Receita Estadual ¹⁴

Bimestre: R\$ 13.747,56 milhões / + 7,9%¹⁵

Tabela 12
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
REC. CORRENTES	11.122,54	11.757,17	5,7%
REC. CAPITAL	631,93	1.270,82	101,1%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	988,23	719,57	-27,2%
Total	12.742,71	13.747,56	7,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

As Receitas Estaduais totalizaram, no primeiro bimestre de 2014, R\$ 13.747,56 milhões – acréscimo de R\$ 1.004,85 milhões (+ 7,9%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2013.

O resultado positivo é reflexo, do aumento da Receita Corrente (+ R\$ 634,62 milhões), com destaque para a Receita Tributária, responsável, sozinha, pelo aumento de R\$ 834,69 milhões (+11,5%), conforme apresentado a seguir na Seção IV.I.

A Receita de Capital também apresentou resultado positivo com acréscimo de R\$ 638,89 milhões (+101,1%), fruto, da efetivação de Operações de Crédito realizadas logo no primeiro bimestre do ano, para financiamento de programas de governo, que serão pormenorizadas na Seção IV.II.

No primeiro bimestre de 2014, as Receitas Correntes e de Capital apresentaram crescimento de R\$ 634,62 milhões (+5,7%) e R\$ 638,89 milhões (+101,1%), respectivamente, comparado ao mesmo período do ano passado, com destaque para as Receitas Tributárias, dentro das Receitas Correntes e Operações de Crédito dentro de Receitas de Capital.

¹⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁵ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

IV.I Receitas Correntes
Bimestre: R\$ 11.757,17 milhões / +5,7%
Tabela 13
DECOMPOSIÇÃO DA RECETA POR NATUREZA, 2013-2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
TRIBUTÁRIA	7.281,74	8.116,43	11,5%
CONTRIBUIÇÕES	271,46	246,08	-9,3%
PATRIMONIAL	2.051,74	1.580,65	-23,0%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,01	-64,9%
INDUSTRIAL	0,03	31,78	91167,0%
DE SERVIÇOS	104,66	73,22	-30,0%
TRANSF. CORRENTES	1.029,93	1.191,74	15,7%
OUTRAS CORRENTES	382,96	517,25	35,1%
TOTAL	11.122,54	11.757,17	5,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

As Receitas Tributárias foram o principal destaque com um aumento de 11,5% (+ R\$ 834,69 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período de 2013.

Os outros destaques foram Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, que obtiveram acréscimos de 15,7% (+ R\$ 161,81 milhões) e 35,1% (+ R\$ 134,29 milhões), respectivamente, no bimestre, representando juntas um aumento de receita no valor de R\$ 296,10 milhões).

A Receita Patrimonial, por sua vez, freou o crescimento das Receitas Correntes, apresentando queda de -23,0% (- R\$ 471,09 milhões) no bimestre.

No primeiro bimestre de 2014, destacaram-se, dentre as Receitas Correntes, as Receitas Tributárias, crescendo 11,5% (+ R\$ 834,69 milhões) quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 8.116,43 milhões / +11,5%

Tabela 14

RECETA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
RECETA TRIBUTÁRIA	7.281,74	8.116,43	11,5%
ICMS	5.033,10	5.644,64	12,2%
Adicional do ICMS	477,27	507,01	6,2%
IRRF	247,77	282,83	14,1%
IPVA	1.008,77	1.096,08	8,7%
ITD	71,56	87,61	22,4%
Taxas	443,29	498,26	12,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

A receita oriunda de tributos arrecadada no primeiro bimestre de 2014 cresceu 11,5% (+ R\$ 834,69 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela arrecadação de ICMS, IPVA e TAXAS.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.644,64 milhões / + 12,2%

A arrecadação desse imposto apresentou bom desempenho no primeiro bimestre de 2014, apresentando um crescimento de 12,2% (+ R\$ 611,55 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Os setores que se destacaram no bimestre, influenciando positivamente o resultado, foram Alimentação; Bebidas; Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Têxtil e Vestuário e Veículos Automotores. Já os setores de Energia Elétrica; Mercados, Lojas e Magazines; Metalurgia e Siderurgia e Telecomunicações, frearam o crescimento da arrecadação. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

O crescimento do ICMS (+R\$ 611,55 milhões, +12,2%) foi o principal componente para o crescimento da arrecadação tributária no primeiro bimestre de 2014.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA¹⁶):**Bimestre: R\$ 1.096,08 milhões / + 8,7%**

Devido ao seu comportamento sazonal significativo, o IPVA se consolida nos quatro primeiros meses do ano, e o impacto de janeiro e fevereiro reflete sobre o ano todo.

Além desse comportamento característico, o aperfeiçoamento do sistema de controle de IPVA e o aumento do desconto do IPVA de 8% em 2013 para 10% em 2014, nos casos de pagamento à vista da cota integral, trouxeram boa parte da receita para o mês de fevereiro.

Considerando, também, o efeito reativo aos avisos de débito enviados no final de 2013 e que um maior número de auditores analisando os processos de IPVA, mantendo um monitoramento maior dos créditos desse tributo, favoreceram o resultado positivo no primeiro bimestre de 2014, a arrecadação de IPVA contabilizou um acréscimo de R\$ 87,32 milhões, 8,7% superior ao mesmo período do ano de 2013.

- Imposto de Renda (IRRF):**Bimestre: R\$ 282,83 milhões / + 14,1%**

Houve um aumento da arrecadação de 14,1% (+ R\$ 35,06 milhões), tendo como principal motivo os sucessivos aumentos concedidos a diversas classes em, entre elas a PMERJ cujo salário base avançou para níveis tributáveis desse imposto e, ainda, pelo recolhimento de IRRF sobre os valores pagos pelo Estado para pagamento dos precatórios, iniciado no final de 2013.

¹⁶ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI):

Bimestre: R\$ 87,61 milhões / + 22,4%

Houve um grande esforço, no último bimestre de 2013, que resultou na efetivação de um grande número de lançamentos do ITD, refletindo positivamente no resultado do 1º bimestre de 2014. Além disso, no 1º bimestre do ano passado, ocorreram alguns fatores, como alterações na legislação¹⁷ e a consequente necessidade de alteração do sistema do ITD, que retardaram a emissão de Guias de Controle deste imposto, consequentemente prejudicando o resultado na primeira quinzena do ano de 2013, favorecendo ainda mais a variação positiva de 22,4% (+ R\$ 16,06 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013.

A arrecadação de ITD no primeiro bimestre de 2014 apresenta um acréscimo (+ 22,4%) em relação ao mesmo período de 2013.

– Taxas:

Bimestre: R\$ 498,26 milhões / + 12,4%

Tabela 15

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
Taxas	443,29	498,26	12,4%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	168,63	174,90	3,7%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	161,82	168,10	3,9%
Outras	6,80	6,80	-0,1%
Taxas pela Prestação de Serviços	274,66	323,36	17,7%
Emolumentos e Custas Judiciais	63,17	67,78	7,3%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	41,18	67,66	64,3%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	170,31	187,92	10,3%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	146,53	172,89	18,0%
Outras	23,78	15,03	-36,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

¹⁷ A lei nº 6.269 de 28 de junho de 2012, que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2013, alterou parâmetros de cálculo dos acréscimos moratórios.



A arrecadação de Taxas apresentou um acréscimo de 12,4% (+ R\$ 54,97 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 498,26 milhões.

Destaque para as receitas da Taxa de Controle e Fiscalização de Trânsito e a Taxa de Prestação de Serviços de Trânsito do DETRAN que, juntas, totalizaram R\$ 340,99 milhões no bimestre, representando quase 69% da receita de taxas.

Box 01 – Efeitos da inclusão de novos produtos na Substituição Tributária

A substituição tributária consiste em centralizar a arrecadação e a fiscalização em menos contribuintes, ao concentrar estas operações em pontos da cadeia produtiva onde haja uma menor quantidade de empresas envolvidas. Elas serão as responsáveis pelo pagamento dos impostos gerados por outras operações; sejam anteriores, posteriores ou concomitantes. O principal objetivo da substituição é gerar uma maior eficiência na fiscalização, racionalizando-a e reduzindo seus custos, além de dificultar a sonegação.

O tipo mais frequente de substituição é a que ocorre para trás (regressiva), quando contribuintes que realizam etapas anteriores da cadeia produtiva ou comercial tornam-se responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS que seria devido pelas etapas posteriores. Por exemplo, isto ocorre na indústria de bebidas, onde há poucos fabricantes e muitos revendedores; torna-se então mais simples fiscalizar poucas indústrias a diversos fornecedores.

Neste caso, o total de ICMS devido em todas as etapas até a compra do produto pelo consumidor é pago de uma só vez pelo fabricante, e incide sobre o valor presumido da venda final da mercadoria. Posteriormente, a indústria irá recuperar o imposto que não lhe é devido quando realizar a venda para o varejista. Caso a venda final não se realize (devido a roubo da mercadoria, por exemplo), o valor pago será restituído ao contribuinte substituto pela Fazenda Estadual. Já se o produto for vendido por preço diferente do fixado, não haverá devolução ou complementação da diferença.

A seguir buscamos analisar o efeito da substituição tributária sobre a arrecadação e compará-la a arrecadação das demais inspetorias.

Na falta de informações pontuais da arrecadação, da grande variedade de ações simultâneas praticadas entre os agentes e o fisco quando o assunto é substituição tributária e a grande variedade de produtos incluídos nesse regime, não podemos realizar afirmações dogmáticas.

Na verdade, foi testada a causalidade de Granger para as seguintes inspetorias "Barreiras Fiscais, Trânsito de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Intermunicipais e Interestaduais; Energia Elétrica, Telecomunicações; Petróleo e Combustível; Siderurgia e Metalurgia e Material de Construção em geral; Supermercados e Lojas de Departamentos; Produtos Alimentícios; Bebidas; Veículos e Material Viário". A casualidade de Granger procura determinar o sentido causal entre duas variáveis, averiguando se valores passados de X ajudam a prever o valor presente de Y. Para todas as inspetorias não foi constatada a causalidade para com a substituição tributária.

Não obstante, foi feita a correlação entre a substituição tributária contra as inspetorias. Intuitivamente podemos afirmar que há correlação entre a substituição tributária com as inspetorias de supermercado, alimentos, petróleo e Bebidas. A correlação apenas indica que as variáveis no período caminharam juntas.

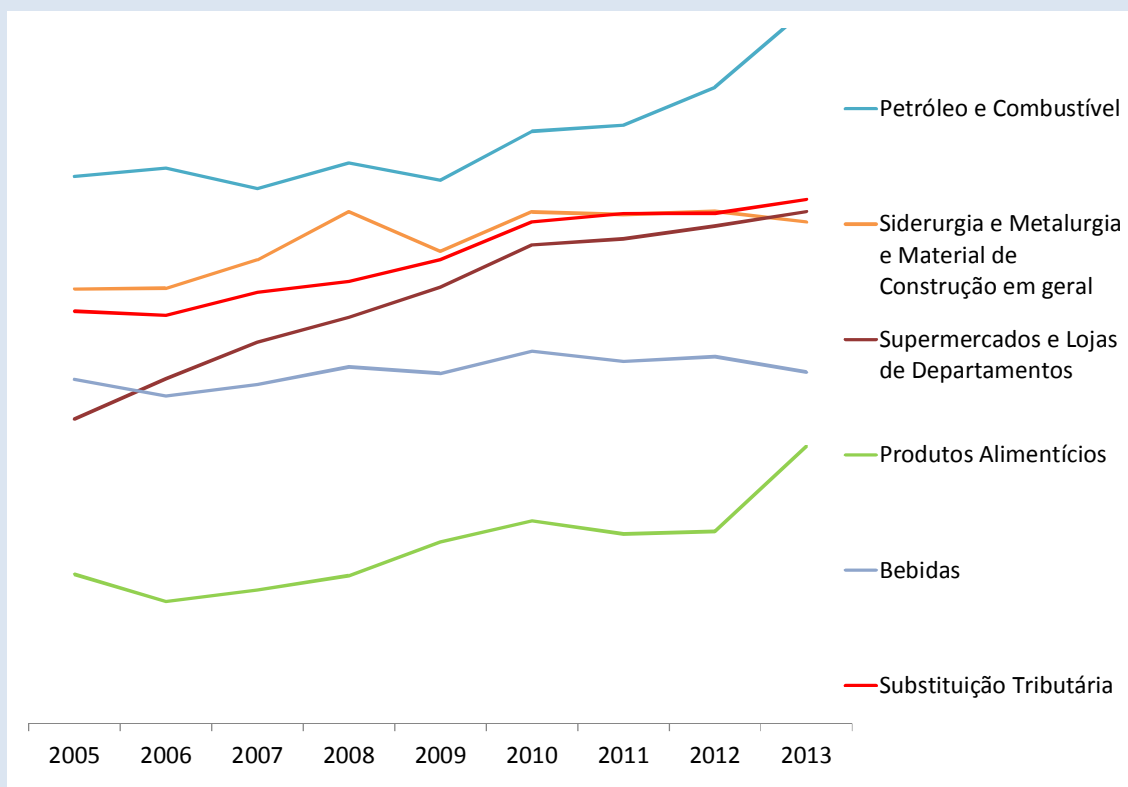
Vale ressaltar que as inspetorias especializadas de veículos e energia e telecomunicações adotam o regime de substituição tributária em ampla gama de produtos e por isso na contabilização da

receita concorrem com a substituição tributária, sendo por esse motivo excluído da análise.

Em seguida para possibilitar uma análise consistente, descontamos a inflação dos valores de ICMS arrecadados pelas diferentes inspetorias especializadas, calculando assim os valores reais a preços de 2013. Para tanto, criamos um deflator usando o IPCA setorial do Rio de Janeiro disponibilizado pelo IBGE. Esse procedimento nos permite observar a variação real da arrecadação por segmentos.

Podemos notar que houve um crescimento da arrecadação com substituição tributária no período que vai de 2005 a 2013. Após uma leve queda entre 2005 e 2006, passamos por quatro anos de forte crescimento que desacelerou de 2010 a 2013. O aumento da arrecadação pode ser justificado não só pelo crescimento da renda como também pelo aumento paulatino dos produtos incluídos na ST. Como exemplo, podemos citar a entrada de produtos eletrônicos, eletroeletrônico e eletrodomésticos em 2009, de produtos alimentícios em 2010 e de materiais elétricos em 2011.

Não podemos afirmar que a inclusão de produtos no regime de ST esteja deslocando a arrecadação. Por um lado, a mudança de sistema diminui a base de tributação das inspetorias especializadas, o que, em teoria, levaria a uma queda da arrecadação. Por outro lado, esses itens continuam sendo apenas uma fração do total. É possível que outros fatores estejam sendo mais importantes de modo que, mesmo que haja certa substituição, esta não impeça o aumento de arrecadação devido ao crescimento da renda. O único setor que não apresentou crescimento real no período foi o de bebidas.



IV.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico
Tabela 16
**ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2013/2014**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		PART % 2014	VAR % 14/13
	2013	2014		
Alimentação	216,29	381,12	6,8%	76,2%
Bebidas	269,11	340,75	6,0%	26,6%
Borracha e plástico	48,65	63,05	1,1%	29,6%
Comunicação e informação	97,64	57,36	1,0%	-41,3%
Construção civil	145,80	169,81	3,0%	16,5%
Editorial, gráfica e publicidade	20,69	24,89	0,4%	20,3%
Eletrônicos	111,59	168,13	3,0%	50,7%
Energia elétrica	738,32	651,80	11,6%	-11,7%
Informática e óptico	34,14	37,90	0,7%	11,0%
Madeira, papel e fumo	127,52	158,33	2,8%	24,2%
Máquinas e equipamentos em geral	55,78	61,02	1,1%	9,4%
Médico-hospitalar e odontologia	32,91	37,13	0,7%	12,8%
Mercados, lojas e magazines	298,47	243,64	4,3%	-18,4%
Metalurgia e siderurgia	193,76	165,51	2,9%	-14,6%
Móveis e utensílios	49,08	51,32	0,9%	4,6%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	147,37	150,46	2,7%	2,1%
Petróleo, combustíveis e gás natural	853,85	1.227,29	21,8%	43,7%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	181,08	174,05	3,1%	-3,9%
Química e petroquímica	153,32	154,88	2,7%	1,0%
Telecomunicações	644,98	615,04	10,9%	-4,6%
Têxtil e vestuário	244,11	264,30	4,7%	8,3%
Transportes gerais e armazenagem	102,99	106,16	1,9%	3,1%
Veículos automotores	189,90	224,31	4,0%	18,1%
Outras atividades econômicas	64,59	113,32	2,0%	75,4%
Total das atividades econômicas	5.021,97	5.641,58	100,0%	12,3%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente os setores de Alimentação; Bebidas; Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Têxtil e Vestuário e Veículos Automotores. Os setores de Energia Elétrica; Mercados, Lojas e Magazines; Metalurgia e Siderurgia e Telecomunicações, apresentaram um desempenho negativo, freando o crescimento da arrecadação em relação ao mesmo período de 2013. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

Alimentação:**Bimestre: R\$ 381,12 milhões / + 76,2%**

A substituição tributária no grupo, cuja característica é promover a retenção do imposto no início da cadeia (normalmente indústria e comércio atacadista), é a principal responsável pela alta na arrecadação deste setor que, no 1º bimestre de 2014, cresceu 76,2% (+ R\$ 164,83 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. Os efeitos da substituição tributária foram sentidos, principalmente, nas atividades de Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios e de comércio de Pães, Bolos e Biscoitos.

- Bebidas:**Bimestre: R\$ 340,75 milhões / + 26,6%**

O setor de Bebidas apresentou um acréscimo de 26,6% (+ R\$ 71,63 milhões) em relação ao primeiro bimestre de 2013, totalizando R\$ 340,75 milhões de arrecadação de ICMS.

As atividades econômicas industriais de cervejas e chopes, que também são submetidas ao regime de substituição tributária foram as que mais se destacaram em sua cadeia produtiva, representando quase 70% do segmento. Essa atividade econômica sofre influência dos movimentos sazonais decorrentes dos ciclos das estações do ano, especialmente o verão.

O setor de Bebidas, que é influenciado pelos movimentos sazonais das estações do ano, especialmente o verão, e pelos efeitos da substituição tributária, apresentou um crescimento de 26,6% (+ R\$ 71,63 milhões) na arrecadação de ICMS.

- Petróleo, combustíveis e gás natural:**Bimestre: R\$ 1.227,29 milhões / +43,7%**

Este setor apresentou um aumento de 43,7% (+ R\$ 373,44 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período de 2013, correspondendo a uma participação de 21,8% na arrecadação de ICMS do Estado. Os principais responsáveis por tal evolução na arrecadação foram as atividades de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo. A atividade de importação também teve uma grande influência nesse resultado, porém há uma tendência de que sua importância se reduza ainda em 2014 em função da utilização plena de seis plataformas recentemente

instaladas, que favorecerão a autossuficiência na produção petrolífera, reduzindo a necessidade de importações.

- Têxtil e Vestuário:

Bimestre: R\$ 264,30 milhões / +8,3%

O setor apresentou um aumento de 8,3% (+ R\$ 21,19 milhões) em relação ao primeiro bimestre de 2013, sendo que a atividade mais relevante foi a varejista de artigos de vestuário e acessórios, que representa próximo a 60% da arrecadação de ICMS neste segmento.

- Veículos Automotores:

Bimestre: R\$ 224,31 milhões / + 18,1%

No bimestre houve um aumento de 18,1% (+ R\$ 34,42 milhões) na arrecadação em relação ao mesmo período de 2013. Tal desempenho foi influenciado, principalmente, pela atividade econômica industrial no segmento de automóveis, caminhonetas e utilitários, que representou aproximadamente 40% da arrecadação de ICMS do setor.

- Energia Elétrica:

Bimestre: R\$ 651,80 milhões / - 11,7%

O segmento de Energia Elétrica apresentou um decréscimo 11,7% (- R\$ 86,52 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o valor de R\$ 651,80 milhões arrecadados. A queda deve-se, principalmente, à atividade econômica de distribuição de energia e à redução da base de cálculo feita pelo Governo Federal em 2013.

- Mercado, Lojas e Magazines:**Bimestre: R\$ 243,64 milhões / - 18,4%**

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 18,4%, representando uma redução de R\$ 54,83 milhões na arrecadação deste setor em relação ao mesmo período de 2013, atingindo a marca de R\$ 243,64 milhões. Os responsáveis foram as atividades econômicas do setor do comércio varejista de hipermercados, supermercados e lojas de departamentos ou magazines.

- Telecomunicações:**Bimestre: R\$ 615,04 milhões / - 4,6%**

A arrecadação do grupo caiu 4,6%, atingindo a marca de R\$ 615,04 milhões no sexto bimestre de 2013 contra R\$ 644,98 milhões no mesmo período em 2013, representando uma redução de R\$ 29,94 milhões na arrecadação deste setor no bimestre. A maior influência sobre a redução veio do setor de telefonia móvel celular, que freou os efeitos da alta que o serviço de telefonia fixa apresentou nesse período.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 1.580,65 milhões / - 23%

Tabela 17
Receitas Patrimoniais

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
RECEITA PATRIMONIAL	2.051,74	1.580,65	-23,0%
Petróleo	1.961,39	1.429,57	-27,1%
Royalties	517,70	322,76	-37,7%
Part. Especial	1.443,01	1.106,74	-23,3%
FEP	0,67	0,07	-89,9%
Aplic. Financeiras	76,09	133,53	75,5%
Demais Rec. Patrimoniais	14,26	17,55	23,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

No primeiro bimestre de 2014, a receita patrimonial atingiu R\$ 1.580,65 milhões, com queda de 23% (- R\$ 471,09 milhões) quando comparada ao mesmo período de 2013.

O resultado obtido no bimestre pode ser explicado principalmente pela queda das receitas provenientes dos royalties e das participações especiais.

– **Petróleo:** As receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.429,57 milhões no primeiro bimestre de 2014, representando queda de 27,1% frente a 2013. Do total das receitas de petróleo arrecadadas, as principais são as de royalties e as participações especiais, que são as compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.

A variação negativa de 27,1% é apenas aparente, pois se deve a não contabilização do valor de R\$ 575 milhões no respectivo mês de competência (dos quais R\$ 230 milhões se referem aos royalties e 345 milhões às participações especiais). Considerando estas receitas na análise, a variação de receita comparando 2014 a 2013 seria positiva no valor de 5,1%. Esse valor é referente à cessão definitiva de créditos de Royalties e Participação Especial, pertencentes ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal conforme contrato

A Receita de Aplicações Financeiras apresentou variação positiva de 75,5% (+ R\$ 57,44 milhões) no 1º bimestre de 2014.

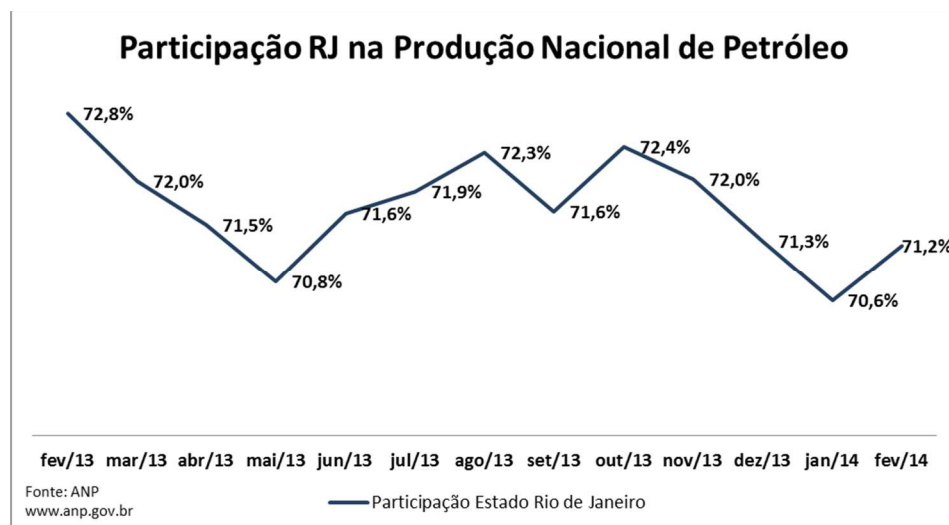
firmado. No próximo bimestre, o acerto contábil será processado no SIAFEM.

Importante ressaltar que o pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, a análise das entradas de receita do 1º bimestre de 2014 é feita com base nos dados de produção, câmbio e valor do Brent do 6º bimestre de 2013.

Em relação à produção de petróleo, houve ligeira queda em relação ao mesmo período de 2013 (- 2,1%). De outra forma, a taxa de câmbio que aumentou 11,9% no período enquanto o preço do Brent não teve variação.

Apesar da queda da produção bimestral, a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis¹⁸, correspondeu a 72,0% do total da produção Nacional no bimestre.

Gráfico 7



– **Aplicações Financeiras:** as aplicações financeiras, no primeiro bimestre, aumentaram 75,5% frente a 2013 (+ R\$ 57,44 milhões), totalizando R\$ 133,53 milhões. Este aumento tem como um dos fatores o aumento da taxa SELIC entre 2013 (7,25%a.a.) e 2014 (11% a.a.)¹⁹. Decompondo o valor das aplicações financeiras no bimestre, destacam-se as contas de remuneração de depósitos bancários (R\$ 116,18 milhões), Remuneração dos Investimentos do

A participação do Rio de Janeiro na produção nacional de Petróleo foi de aproximadamente 72% no 6º Bimestre de 2013.

¹⁸ Segundo dados estatísticos do site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis www.anp.gov.br

¹⁹ Segundo dados do Banco Central do Brasil www.bcb.gov.br

RPPS em Renda Fixa (R\$ 5,38 milhões), fundos de investimento (R\$ 11,92 milhões).

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		VAR %
	2012	2013	
Produção (milhões de m³)	14,86	14,56	-2,1%
Brent (US\$)	109,28	109,27	0,0%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,07	2,32	11,9%

Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 1º bimestre de 2014 são apresentados os dados de produção do 6º bimestre de 2013.

IV.1.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 868,34 milhões / +14,4%

Tabela 18

DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	759,13	868,34	14,4%
Receita de Contribuições	271,46	246,08	-9,3%
Receita Agropecuária	0,02	0,01	-64,9%
Receita Industrial	0,03	31,78	91167,0%
Receita de Serviços	104,66	73,22	-30,0%
Multas e Juros de Mora	88,31	83,48	-5,5%
Indenizações e Restituições	15,77	50,83	222,4%
Dívida Ativa	116,70	106,14	-9,0%
Receitas Diversas	162,19	276,80	70,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

As Demais Receitas Correntes tiveram um acréscimo de 14,4% (+ R\$ 109,21 milhões) no 1º bimestre em relação a 2013, influenciadas principalmente pela Receita Industrial (+ 91.167%; + R\$ 31,75 milhões), Indenizações e Restituições (+ 222,4%; + R\$ 35,07 milhões) e, bem mais representativamente, pelas Receitas Diversas (+ 70,7%; + R\$ 114,61 milhões).

A redução de arrecadação apresentada pelas Receitas de Contribuições (- 9,3%; - R\$ 25,38 milhões), pelas Receitas de

Serviços (- 30,0%; - R\$ 31,44 milhões) e pela Dívida Ativa (- 9,0%; - R\$ 10,56 milhões) atenuaram o desempenho positivo a arrecadação geral das Demais Receitas Correntes.

– **Receitas de Contribuições:** Houve redução de R\$ 25,38 milhões (- 9,3%) em relação ao mesmo período do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 246,08 milhões no bimestre, com predominância da arrecadação de Contribuições Sociais de Servidores Civis e Militares Ativos, que totalizaram R\$ 172,09 milhões e R\$ 42,96 milhões respectivamente.

– **Receitas Diversas:** Comparativamente ao mesmo bimestre de 2013, houve um aumento de 70,7% (+ R\$ 114,61 milhões), totalizando R\$ 276,80 milhões no bimestre, sendo que R\$ 151,94 milhões desse total foram arrecadados através de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais não Tributários, amparados pela Lei Complementar Estadual nº 147/2013²⁰, que em seu artigo primeiro, estabelece que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, na data da publicação desta lei, bem como os respectivos acessórios e os depósitos que vierem a ser feitos, poderão ser transferidos para conta vinculada de pagamento de precatórios, até a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor atualizado, para fins de pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve um decréscimo de 5,5% (-R\$ 4,83 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 83,48 milhões, influenciada pela arrecadação de Multas e Juros de Mora de Tributos (R\$ 52,63 milhões), de multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos (R\$ 10,07 milhões) e pelas multas previstas na legislação de trânsito, arrecadadas pelo DETRAN e Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (R\$ 12,02 milhões).

²⁰ Lei Complementar Estadual nº 147/2013 de 27 de junho de 2013, dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.

A receita de Dívida Ativa também apresentou um decréscimo (- 9,0%; - R\$ 10,56 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013, totalizando R\$ 106,14 milhões. A maior parte desta receita, aproximadamente R\$ 59,01 milhões, originada da Dívida Ativa Tributária do ICMS.

– **Receitas de Serviços:** apresentaram uma redução de R\$ 31,44 milhões (- 30,0%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando nem total arrecadado de R\$ 73,22 milhões no 1º bimestre de 2014, com destaque para a receita de Serviços Hospitalares que alcançou a arrecadação de R\$ 25,15 milhões, a maior parte proveniente do Fundo Estadual de Saúde, para a receita de Serviços de Processamento de Dados, que atingiu o valor de R\$ 18,50 milhões, pelos Serviços de Inspeção e Fiscalização com R\$ 7,75 milhões de arrecadação e pelos Serviços de Registro de Comércio com um valor arrecadado de R\$ 7,35 milhões, a maior parte arrecadados através da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA).

– **Receita Industrial:** apresentaram um acréscimo de R\$ 31,75 milhões (+ 91.167%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando nem total arrecadado de R\$ 31,78 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para a receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários que sozinha alcançou a arrecadação de R\$ 31,71 milhões, através do Instituto Vital Brazil SA. que está produzindo medicamentos para atender convênio firmado com o Ministério da Saúde.

A receita Industrial alcançou a marca de R\$ 31,75 milhões no 1º bimestre de 2014 (+ 91.167%), composta, principalmente, da receita gerada pelo Instituto Vital Brazil SA, que está produzindo medicamentos para atender convênio firmado com o Ministério da Saúde.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram um aumento no bimestre de R\$ 35,07 milhões (+ 222,4%) em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um total de R\$ 50,83 milhões, com destaque para Restituições de Convênios e Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores com R\$ 11,52 milhões e R\$ 11,24 milhões arrecadados respectivamente e de Outras Restituições com R\$ 25,61 milhões arrecadados.

IV.I.3.1 Receita de Transferências
Bimestre: R\$ 1.191,74 mil / 15,7%
Tabela 19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	1.029,93	1.191,74	15,7%
Transf da União	537,95	650,94	21,0%
FPE	207,84	241,32	16,1%
IPI exp	145,20	130,03	-10,4%
IOF	0,01	0,01	12,6%
CIDE	0,09	5,92	6512,3%
SUS	97,91	142,72	45,8%
Salário Educação	86,31	66,92	-22,5%
Lei Kandir	0,00	14,30	100,0%
Outras Transf. da União	0,59	49,73	8285,9%
FUNDEB	474,17	501,80	5,8%
Convênios	17,80	39,00	119,1%
Outras Transf. Corr.	0,00	0,00	-5,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

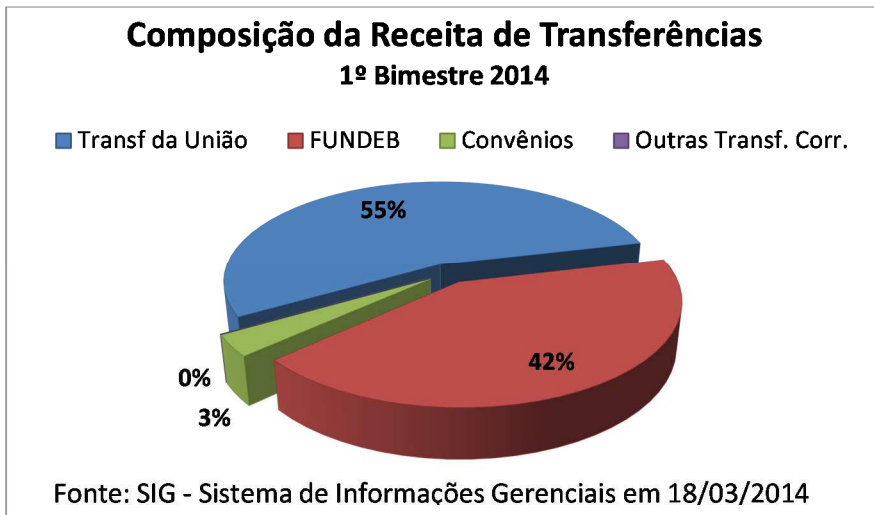
O total arrecadado de Receita de Transferências apresentou aumento de 15,7% (+R\$ 161,81 milhões) no 1º bimestre de 2014, comparativamente ao mesmo período de 2013. As receitas cujo desempenho foi determinante para esse aumento foram o FPE, SUS, FUNDEB, Convênios e Outras Transferências da União.

As Transferências da União, no 1º bimestre de 2014, representam 54,6% do total das Receitas de Transferências. O aumento no referido grupo foi de 21,0% (+R\$ 112,99 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. No bimestre, os repasses de FPE, SUS e Outras Transferências da União foram as principais transferências feitas pela União. Tal assunto será abordado no item específico para Transferências da União.

As receitas do FUNDEB merecem destaque pelo aumento de 5,8% (+R\$ 27,63 milhões) no bimestre. Esse aumento deriva-se do crescimento da arrecadação da receita estadual de ICMS. A receita

desse imposto é responsável por cerca de 73% das receitas do FUNDEB desse bimestre.

Gráfico 8



IV.I.3.2 Transferências da União

Em relação ao mesmo bimestre de 2013, a receita desse grupo sofreu aumento de 21,0% (+R\$ 112,99 milhões). No que tange a essas receitas, os repasses referentes ao FPE, SUS e Outras Transferências da União são as mais significativas, representando 66,6% do total recebido no bimestre.

O aumento na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI justifica o bom desempenho do FPE, Transferência da União mais significativa para o Estado.

– **FPE**²¹: Com arrecadação de R\$ 241,32 milhões no bimestre, esta receita apresentou um crescimento de 16,1% (+R\$ 33,49 milhões) em relação ao mesmo período de 2013.

²¹ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de janeiro e fevereiro de 2014. Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2014/Analisemensaljan14.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2014/Analisemensalfev14.pdf>

O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação de ambos impostos. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O bom desempenho bimestral do Imposto de Renda deve-se principalmente ao aumento de arrecadação do IRRF, em especial nos itens Rendimentos do Trabalho, decorrente da variação da massa salarial habitual e Rendimentos de Capital, resultado de acréscimos nominais na arrecadação sobre aplicações financeiras e operações de SWAP, além da reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência privada, do IRRF- Rendimentos do Trabalho para o IRRF- Rendimentos do Capital.

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuído para os estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias>.

Nesse bimestre essa receita apresentou queda de 10,4% (-R\$ 15,17 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo da redução percentual de 11,1% do coeficiente do IPI-exportação do Estado do Rio de Janeiro, de 18,97851% em 2013 para 16,87082% em 2014.

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 7.764/12 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus

O valor de R\$ 5,92 milhões recebido no primeiro bimestre de 2014 a título de CIDE, apesar do aumento, é residual.

derivados, e álcool etílico combustível. O valor de R\$5,92 milhões recebido no bimestre, ainda que representando aumento de 6.512,3%, é residual.

– **LEI KANDIR:** Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. Devido a atrasos na aprovação do orçamento da União em 2013, o montante referente ao primeiro bimestre de 2013 não foi repassado aos Estados durante o período correto. Conseqüentemente, essa transferência apresentou aumento de 100% (+R\$14,30 milhões) no primeiro bimestre de 2014, em comparação a janeiro e fevereiro de 2013.

–**SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB²² fixo²³ e PAB variável²⁴) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram aumento de R\$ 44,80 milhões (+45,8%). O aumento concentrou-se no Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE)-exceto as receitas do salário-educação-, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 49,73 milhões no bimestre, esta receita apresentou crescimento de 8.285,9% (+ R\$ 49,13 milhões) em

²² PAB: Piso de Atenção Básica

²³ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

²⁴ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários dos Agentes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidos 13 parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referente a 2013 em janeiro de 2014, no valor de 48,68 milhões.

- FUNDEB

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos estados e municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O crescimento das receitas do FUNDEB no bimestre (+5,8% / + R\$ 27,63 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho favorável, contribuiu para que o resultado alcançasse R\$ 501,80 milhões.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios alcançaram R\$ 39,00 milhões, apresentando aumento de 119,1% (+R\$21,20 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. Entre os maiores ingressos do bimestre, destacam-se os recursos do Fundo Nacional de Saúde para a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro e para o Instituto Vital Brazil, os da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Telecomunicações para a Secretaria de Estado de Cultura. Juntas, essas contas somam 70,0% da receita de Convênios do primeiro bimestre de 2014.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 1.270,82 mil / +101,1%

Tabela 20
RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

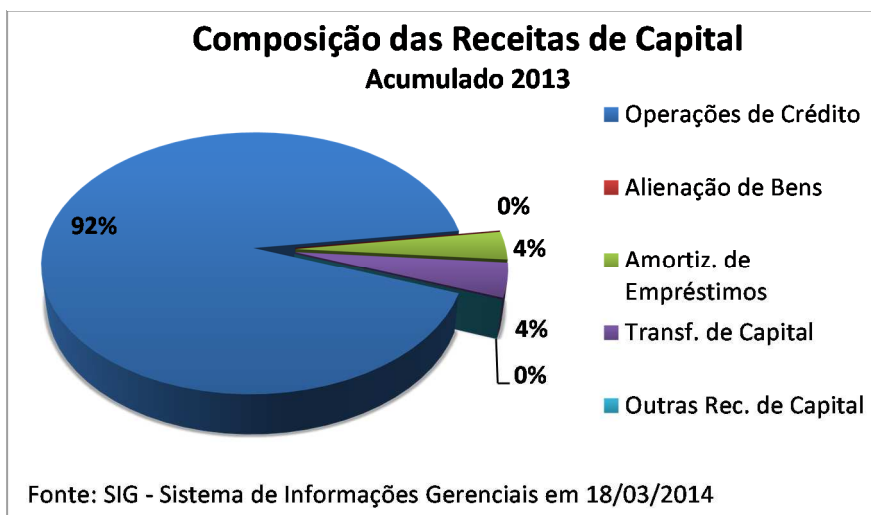
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		VAR %
	2013	2014	
RECEITAS DE CAPITAL	631,93	1.270,82	101,1%
Operações de Crédito	619,62	1.172,82	89,3%
Alienação de Bens	0,00	0,00	-100,0%
Amortiz. de Empréstimos	0,00	43,66	100,0%
Transf. de Capital	12,31	54,34	341,3%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/03/2014.

As Receitas de Capital apresentaram aumento expressivo de 101,1% (+R\$ 638,89 milhões) nesse bimestre, em relação ao mesmo período de 2013, devido ao aumento das Operações de Crédito no montante de R\$ 553,21 milhões.

Com o aumento das receitas de operações de crédito, torna-se possível custear importantes programas de governo.

Gráfico 9



Na Receita de Operações de Crédito, o aumento de 89,3% (+R\$ 553,21 milhões) justifica-se por receitas recebidas nas contas Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo, para o financiamento do Programa Fase II da Linha 4 do Metrô pelo BNDES.

As Transferências de Capital apresentaram crescimento de 341,3% (+R\$ 42,02 milhões) no bimestre. O aumento concentra-se, principalmente, na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC. Cabe destacar também o repasse de recursos da União, através da INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e o repasse da Prefeitura do Rio de Janeiro. Essas três contas totalizam 82,8% das receitas de transferência de Capital.

As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 100% (+ R\$ 43,66 milhões) no bimestre. O aumento bimestral expressivo justifica-se na conta do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, em especial na receita do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social. Devido a nova classificação de contas contábeis, em 2012, a receita oriunda do FUNDES²⁵ antes classificada como Amortização de Empréstimos passou, em 2013, a ser classificada como Serviços de Juros de Empréstimos (receita corrente). No entanto, essa nova classificação foi desfeita, voltando a vigorar o acordo anterior a partir de junho de 2013. Isto explica os valores zerados no primeiro bimestre de 2013 e o aumento de 100% em relação ao mesmo período de 2014.

²⁵ O FUNDES (Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social) tem a finalidade de financiar programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I - Despesa Total

A Tabela 21 trata sobre a execução das despesas do Estado em aspecto amplo. O Poder Executivo detinha inicialmente na Lei Orçamentária Anual R\$ 70,56 bilhões, e após alterações orçamentárias decorrentes de créditos adicionais a dotação alcançou R\$ 71,33 bilhões. Deste valor R\$ 1,55 bilhão permanece contingenciado. Na execução, foram empenhados neste primeiro bimestre R\$ 12,88 bilhões e liquidados R\$ 10,65 bilhões.

Já nos outros Poderes a dotação disponível para o exercício é de R\$ 6,53 bilhões, 21,6% maior do que em 2013. Um pouco mais da metade do orçamento já foi empenhado, R\$ 3,43 bilhões, mas apenas R\$ 1,02 bilhão (15,6%) foi liquidado.

Tabela 21

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN AFEV 2014							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	65.536	3.702	61.835	11.016	8.645
	DESPESA INTRA	2.694	2.688		2.688	660	491
	DESPESA TOTAL	67.386	68.224	3.702	64.522	11.676	9.136
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.381	1.539	66.842	11.971	9.839
	DESPESA INTRA	2.977	2.950	13	2.937	913	812
	DESPESA TOTAL	70.559	71.331	1.552	69.778	12.884	10.651
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	4.817		4.817	1.867	731
	DESPESA INTRA	555	555		555	152	72
	DESPESA TOTAL	5.354	5.372		5.372	2.019	803
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	5.935		5.935	3.104	791
	DESPESA INTRA	587	595		595	321	230
	DESPESA TOTAL	6.530	6.530		6.530	3.425	1.021

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

V.II - Créditos adicionais

A Tabela 22 apresenta um resumo dos créditos adicionais já realizados neste 1º Bimestre por Fonte de Recursos (FR).

Dos R\$ 772,00 milhões adicionais, R\$ 449,76 milhões, originaram-se de Operações de Crédito, 58,3% do total adicionado.

As fontes do Tesouro, incluindo as Operações de Crédito, no balanço de acréscimos e cancelamentos totalizaram um aumento de R\$ 385,44 milhões, alcançando uma dotação de R\$ 50,17 bilhões.

Para as Demais Fontes, foram adicionados R\$ 407 milhões, sendo R\$ 167 milhões em Convênios, atualmente com dotação de R\$ 4.419 milhões.

A Tabela 23 apresenta as principais alterações orçamentárias por ação:

- “Implantação de projetos de infraestrutura” liderou o acréscimo com R\$ 685 milhões por meio de operação de crédito com o Banco do Brasil denominada BB PROCIDADES.

- A Implantação do Arco Metropolitano – PAC RJ recebeu R\$ 274 milhões por meio de convênio com o Governo Federal.

- “Implantação, Restauração, Melhorias de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de arte” recebeu tanto suplementação de Operações de Crédito (PROINVEST – BB) no valor de R\$ 143 milhões, quanto do Tesouro de R\$ 5 milhões.

- Na ação do Centro de Estudos Jurídicos – PGE, o incremento de R\$ 126 milhões deriva de Outras Receitas da Administração Direta (fonte 99).

- Recuperação da Região Serrana recebeu aporte por meio de Convênio e por meio de operações de crédito também com o BB PROCIDADES.

Tabela 22

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A FEV 2014			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	49.785	385	50.170
OP. CRÉDITO	7.866	450	8.316
DEMAIS FONTES	23.740	407	24.147
CONVÊNIOS	4.251	167	4.419
OUTRAS	19.488	239	19.728
INTRA ORÇAMENTÁRIA	3.565	-20	3.544
TOTAL	77.089	772	77.861

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

Tabela 23

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A FEV 2014		
PRINCIPAIS AÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Implantação de Projetos de Infraestrutura	Oper. Crédito	685
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	Convênio	274
Impl Rest, Melh Rod, Rod Vicinais e Obras Arte	Oper. Crédito	143
	Tesouro*	5
Centro de Estudos Jurídicos - PGE	Outras Fontes	126
Recup Reg. Serrana	Oper. Crédito	54
	Convênio	43
SUBTOTAL		1.330
OUTRAS DEMANDAS		-558
TOTAL		772

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

*exceto operações de crédito

V.III - Despesas por Fontes de Recursos

Tabela 24

R\$ Milhões

As despesas liquidadas pelo Tesouro, neste primeiro bimestre, somaram R\$ 7,69 bilhões. Tais despesas foram financiadas, principalmente, por Recursos Provenientes de Impostos (FR 00), R\$ 5,62 bilhões, Recursos de Royalties (FR 04), R\$ 1,30 bilhão e Recursos de Operações de Crédito (FR 11), R\$ 440 milhões, conforme demonstrado na Tabela 24.

Quando comparada à execução de 2013, verifica-se um crescimento de 13,4%, ou seja, + R\$ 1,25 bilhão assim disposto: aumento de 10,4% (+R\$ 727,16 milhões) nos Recursos do Tesouro e 21,9% (+R\$ 525,83 milhões) nos Recursos de Outras Fontes, este justificado basicamente pelo pagamento de inativos e pensionistas na FR 10 – Arrecadação Própria do RIOPREVIDÊNCIA.

Discriminando melhor as despesas liquidadas em 2014 a partir dos Recursos do Tesouro, verifica-se que algumas FR apresentaram relevante crescimento, quando comparadas a 2013: Recursos Provenientes de Impostos (FR 00) (+R\$ 978,03 milhões); Salário Educação (FR 05) (+R\$ 8,15 milhões) e Operações de Crédito (FR 11) (+R\$ 379,94 milhões).

O Gráfico 10 demonstra a participação dessas fontes na composição dos Recursos do Tesouro.

DISCRIMINAÇÃO	JAN - FEV		Variação %
	2013	2014	
RECURSOS DO TESOURO	6.971	7.698	10,4%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	4.650	5.628	21,0%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	87	2	-97,6%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.397	1.304	-6,6%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	2	10	404,3%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	529	48	-90,9%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	37	33	-10,3%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO*	61	440	622,4%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	208	227	9,3%
DEMAIS FONTES TESOURO**		4	-
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	2.406	2.932	21,9%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	2.012	2.302	14,4%
CONVÊNIOS***	15	61	321,3%
FUNDEB (FR 15)	308	414	34,5%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	3	56	1650,3%
CONTRATOS INTRAORÇAMENTÁRIO DE GESTÃO SAÚDE (23)	20	49	144,4%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO NÃO REF. CONV. (FR 24)		1	-
OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA (99)	48	49	2,2%
SUBTOTAL	9.377	10.630	13,4%
INTRAORÇAMENTÁRIO	563	1.042	85,1%
TOTAL GERAL	9.939	11.672	17,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

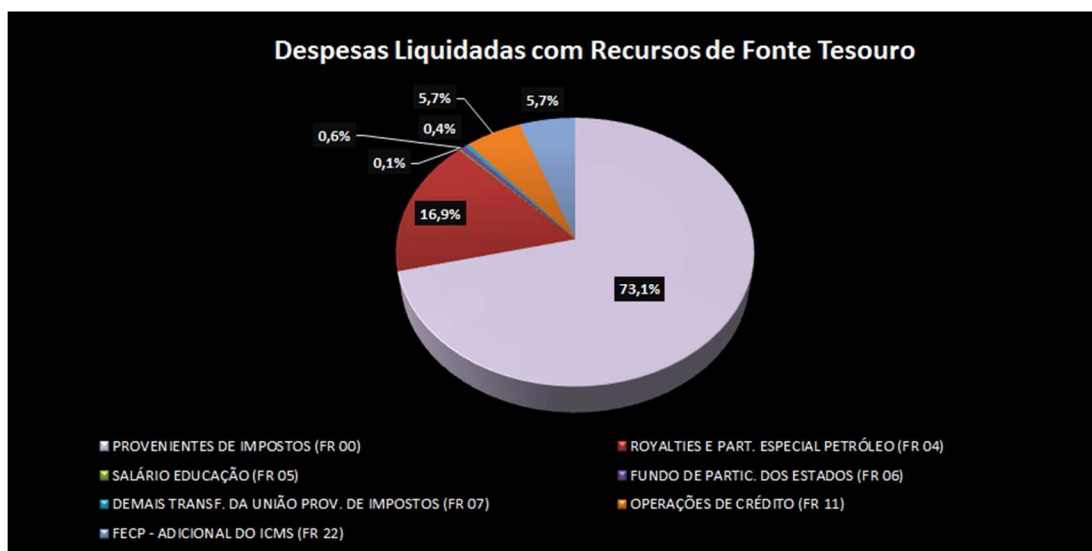
Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* FR'S 11 e 21

** FR'S 20,26,90,95

*** FR'S 12, 13, 14, 16, 18, 19

Gráfico 10



A Tabela 25 ao lado demonstra as principais ações executadas com Recursos de Operações de Crédito (FR's 11 e 21).

As despesas executadas a partir de recursos de Outras Fontes totalizaram R\$ 2,93 bilhões. Elas foram financiadas, em sua maioria, por recursos provenientes da Arrecadação Própria dos órgãos e entidades (FR 10): R\$ 2,30 bilhões realizados neste início de exercício (aumento de 14,4%, +R\$ 289,68 milhões), responsável por 78,5% da despesa liquidada em Outras Fontes.

Vale destacar também a participação da FR 15 (FUNDEB), neste primeiro bimestre: R\$ 413,59 milhões de despesa executada (participação de 14,1%).

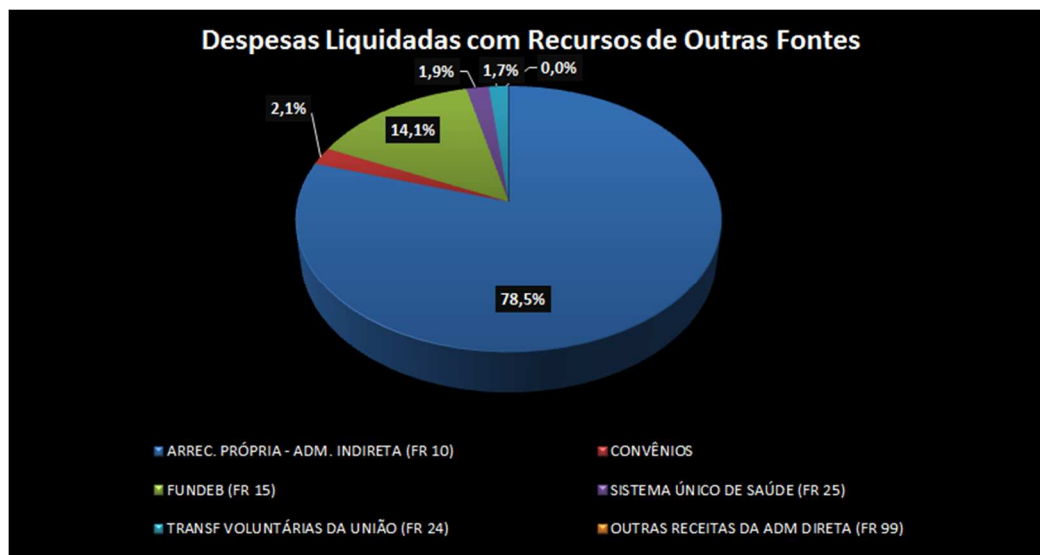
O Gráfico 11 demonstra a participação dessas fontes de recursos.

Tabela 25

DESPESAS FINANCIADAS COM OP. CRÉDITO - 1º BIM/2014		EM R\$
FONTE DE RECURSO	PRINCIPAIS AÇÕES JAN-FEV 2014	DESP. LIQUIDADADA
11 - Operações de Crédito Através do Tesouro	Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	5.147.052
	Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	9.261.407
	Implantação de Novas Linhas Metroviárias	408.299.920
	Implantação de Projetos de Infraestrutura	5.195.294
21 - Op. de Crédito Destinadas à Ações do Meio Ambiente	Abastecimento de Água - PAC	2.603.483
TOTAL GERAL		430.507.157

FONTE: SIG em 18-03-2014

Gráfico 11



V.IV Despesas por Grupo

Este tópico evidencia a análise da despesa pela ótica da categoria econômica e do grupo de despesa dando visibilidade ao detalhamento do gasto.

A Tabela 26 demonstra as despesas por grupo segregando-as em custeio e capital, correlacionando os dados do 1º bimestre de 2014 com os apurados no mesmo período de 2013.

Tabela 26
Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	JAN A FEV		
		2013	2014	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.537	2.736	7,8%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	1.916	2.057	7,4%
	1.2 - OUTROS PODERES	622	679	9,2%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	435	464	6,7%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.838	6.462	10,7%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	773	1.086	40,6%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	674	975	44,6%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	98	111	13,2%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.826	2.095	14,8%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	3.240	3.280	1,3%
3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.293	1.200	-7,2%	
3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.947	2.080	6,9%	
SUBTOTAL CORRENTE		8.810	9.661	9,7%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	165	483	192,5%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	154	482	212,8%
	4.2 - OUTROS PODERES	11	1	-90,0%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS			
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	3	11	243,1%
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	399	474	19,0%	
TOTAL CAPITAL		567	968	70,8%
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		9.377	10.630	13,4%
Despesas Intraorçamentárias		563	1.042	85,1%
TOTAL GERAL		9.939	11.672	17,4%

- Despesas Correntes Total:
Bimestre 2014: R\$ 9,66 bilhões

- Despesas de Capital Total:
Bimestre 2014: R\$ 968,28 milhões

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Posição SIG/SIAFEM: 18/03/2014

As Despesas Correntes, aqui consideradas as Despesas de Pessoal, inativos, custeio, as vinculações constitucionais e legais (transferências aos municípios e encargos com a União) e o pagamento dos juros e encargos da dívida, requereram 90,9% (R\$ 9,66 bilhões) do total liquidado em 2014. As Despesas de Capital, basicamente Investimentos e Amortização da Dívida, requereram 9,1% (R\$ 968,28 milhões).

No grupo de Despesas Correntes, a despesa executada nesse bimestre com Inativos e Pensionistas registrou crescimento de 14,8%

(+R\$ 269,66 milhões), reflexo direto da valorização de carreira de profissionais ativos em diversas áreas, através de reajustes salariais extensivos aos inativos.

As despesas com as Transferências Obrigatórias (repasses constitucionalmente assegurados aos Municípios e a indenização à União, compromisso assumido em 1997) tiveram crescimento de 1,3% (+R\$ 40,94 milhões) no bimestre.

As Despesas de Custeio, manutenção das atividades dos órgãos e implementação de programas de Governo, demonstram elevado crescimento neste início de exercício: +40,6%, ou seja, +R\$ 313,49 milhões. Consequência direta da atenção dispensada a setores estratégicos, como: Saúde (Programa de Operacionalização das UPAS através de Contratos de Gestão com Organizações Sociais - OS), Transporte (Bilhete Único), Educação (Programas de Apoio a Pesquisadores e Estudantes – FAPERJ) e Esporte (Programa Rio Esporte – desenvolvimento de atividades esportivas em comunidades).

As Despesas com Investimentos cresceram R\$ 317,99 milhões (+192,5%) no bimestre, basicamente pela continuidade dos projetos de ampliação do transporte metroviário (Linha 4) e a Interligação da malha rodoviária interligando o ERJ com outros Estados (Arco Metropolitano). Adiante serão detalhados os investimentos realizados no período em análise.

O pagamento da Amortização da Dívida apresentou no bimestre aumento de 19,0% (+R\$ 75,70 milhões), essencialmente em decorrência da variação da arrecadação, tendo em vista que o pagamento toma por base a aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 9.496/97.

➤ **Despesas de Pessoal**

A Tabela 27 evidencia as Despesas de Pessoal segundo as principais áreas de Governo. Neste bimestre foram liquidados R\$ 2,73 bilhões (+7,8%, ou seja, +R\$ 198,61 milhões), desconsideradas as despesas intraorçamentárias, que no período, foram responsáveis por R\$ 902,44 milhões (crescimento de R\$ 394,90 milhões frente a 2013). O aumento da despesa intraorçamentária liquidada neste 1º bimestre é reflexo do esforço do Tesouro Estadual para garantir o pagamento continuado de inativos e pensionistas.

Destaque para as áreas de Segurança Pública, Educação, Defesa Civil, Ciência e Tecnologia e Saúde: com variações significativas no período, juntas essas áreas liquidaram R\$ 1,59 bilhão, 58,2% do total realizado, excluindo as despesas intraorçamentárias.

Foram registrados, neste bimestre, aumento de 18,6% (+R\$103,61 milhões) na Segurança e 18,0% (+R\$ 26,88 milhões) na Defesa Civil. Tal incremento é resultado direto da concessão do auxílio moradia concedido a toda corporação (Lei Estadual N° 6.162/2012), soldo nas duas áreas, além de gratificações da área de segurança (PROEIS - Programa Estadual de Integração na Segurança, o RAS - Regime Adicional de Serviços, e a gratificação concedida a policiais alocados em Unidades de Polícia Pacificadora). Essas gratificações consistem em incentivos financeiros pagos aos agentes de segurança pública que alcançarem suas metas e obterem os melhores resultados.

Na Educação foram executados até Fevereiro R\$ 425,56 milhões, aumento de 9,8% (+R\$ 37,81 milhões) consequência direta do reajuste de 8% concedido em junho de 2013, além do pagamento da gratificação por lotação prioritária aos profissionais que suprem a carência de professores em diversas escolas (+R\$3,38 milhões) e de gratificação natalina paga em janeiro (+R\$ 6,63 milhões).

Na área da Saúde a aparente variação negativa que se apresenta é justificada pelo novo modelo de gestão – Contratos de Gestão – com Organizações Sociais (O.S). Essa despesa é paga pelo FES (Fundo Estadual de Saúde) como serviços prestados na área, incluindo no valor do contrato o pagamento de pessoal, o custeio e até os investimentos requeridos pela unidade de saúde.

As demais áreas requereram R\$ 1,14 bilhão até fevereiro, um aumento de 1,2% (+R\$ 13,74 milhões) em relação a 2013, dos quais, 59,27% (R\$ 678,51 milhões) se referem aos Demais Poderes.

Tabela 27
Despesas de Pessoal - Principais Áreas

R\$ Milhões

ÓRGÃO	JAN A FEV		VARIÇÃO %
	2013	2014	
Segurança Pública	556	660	18,6%
Educação	388	426	9,8%
Defesa Civil	149	176	18,0%
Ciência e Tecnologia	149	171	14,3%
Saúde	163	158	-3,0%
DEMAIS ÁREAS	1.131	1.145	1,2%
SUBTOTAL	2.537	2.736	7,8%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	508	902	77,8%
TOTAL GERAL	3.045	3.638	19,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

➤ **Outras Despesas Correntes**

As despesas de custeio executaram R\$ 6,6 bilhões, crescimento de 12,0% (+R\$ 708,33 milhões), frente ao mesmo período de 2013. A Tabela 28 detalha as despesas de custeio das principais despesas do Estado neste início de exercício.

No âmbito da Saúde, as maiores ações requereram no exercício R\$ 108,09 milhões, elevação de 98,7% (+R\$ 53,70 milhões), em decorrência da implantação de novos contratos firmados com Organizações Sociais (OS), ampliando o serviço de saúde de qualidade para a população.

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 87,49 milhões, aumento de 45,6% (+R\$ 27,40 milhões). Esse aumento decorre da elevação em 7,0% do número de benefícios, impactando em +R\$ 4,35 milhões, e pelo repasse menor no 1º bimestre de 2013, dado saldo disponível ao final do exercício.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social apresentaram crescimento neste bimestre: +R\$ 19,77 milhões (+61,5%) que em 2013, em decorrência do aumento de beneficiados e inclusão de novos municípios no programa.

O programa Rio Esporte ampliou suas ações, apontando considerável variação no período: +129,3% (+R\$ 6,46 milhões). Este projeto teve uma significativa alteração na sua abrangência, passando de 600 para quase 1.000 polos de atuação. Atualmente, existem diversos polos voltados para atividades físicas, inclusive em áreas pacificadas pelo Governo do ERJ.

Tabela 28
Outras Despesas Correntes

R\$ Milhares

AÇÕES	JAN - FEV		Variação %
	2013	2014	
Demais Poderes	98.488	111.474	13,2%
Principais Ações de Saúde *	54.389	108.090	98,7%
Bilhete Único	60.090	87.490	45,6%
Renda Melhor + Aluguel Social	32.156	51.932	61,5%
Pagamento de Prêmios	32.159	24.357	-24,3%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	6.929	14.329	106,8%
Rio Esporte Para Todos	5.000	11.463	129,3%
Demais Desp. Custeio	483.408	676.977	40,0%
Subtotal CUSTEIO	772.620	1.086.113	40,6%
INATIVOS E PENSIONISTAS	1.825.552	2.095.213	14,8%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	3.239.513	3.280.456	1,3%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	55.345	139.579	152,2%
TOTAL	5.893.030	6.601.361	12,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest Compart. + Oper. de UPAS 24 H Próp. por Gest Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Apoio

No 1º bimestre de 2014 foi liquidada uma despesa de R\$ 1,08 bilhão, para as principais ações de áreas finalísticas e para manutenção das diversas áreas do Estado.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 29 detalha os gastos realizados pelo ERJ, neste primeiro bimestre, no grupo Investimentos e Inversões Financeiras. Até o momento, foram liquidados R\$ 493,90 milhões, crescimento de 193,4% (+R\$ 325,57 milhões) frente ao mesmo período de 2013.

A análise pelos principais setores do ERJ demonstra que a área de Transporte Público foi responsável por grande parte dos investimentos executados no período, destinado para Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 408,30 milhões). Deste valor, R\$ 274,74 milhões foram direcionados para as obras do trecho General Osório - Gávea, além da interligação entre as linhas 1 e 4. Outros R\$ 143,56 milhões foram gastos para o trecho Gávea – Jardim Oceânico. A Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro tem a expectativa de transportar, a partir de 2016, mais de 300 mil pessoas por dia. Com a nova linha, o passageiro poderá utilizar todo o sistema metroviário da cidade com uma única tarifa.

Na função Urbanismo, destaque para a Implantação do Arco Metropolitano e para a Implantação de Projetos de Infraestrutura.

Importante ação desenvolvida pelo ERJ, o desenvolvimento do Arco requereu valor significativo nesse bimestre (R\$ 28,82 milhões). A obra é estrategicamente a mais importante dos últimos anos, pois interligará rodovias federais que cortam o território fluminense, transformando a Baixada num corredor logístico. Gerenciado e executado pela Secretaria de Obras, o projeto é realizado em parceria com o Governo Federal e está incluído no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O projeto de Implantação de Projetos de Infraestrutura cuja despesa envolve, em maior parte, as obras de drenagem e pavimentação de diversas regiões do Estado, no âmbito do programa Bairro Novo, atingiu o montante de R\$ 5,24 milhões, indicando o apoio estadual ao desenvolvimento dos municípios fluminenses.

Na função Educação, a ação Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da UERJ demandou R\$ 7,00 milhões para aquisição de imóvel em Nova Friburgo: alienado pela Filo S/A, o imóvel servirá para extensão do campus da UERJ no município.

Tabela 29
Investimentos e Inversão Financeira

Em R\$ Milhares

PRINCIPAIS FUNÇÕES	JAN A FEV		Variação %
	2013	2014	
Transporte	456.601	412.597.131	90262,7%
Urbanismo	17.753.401	42.422.094	139,0%
Educação	1.905.990	10.957.719	474,9%
Gestão Ambiental	12.505.222	6.596.303	-47,3%
Saneamento	2.017.510	6.374.110	215,9%
Ciência e Tecnologia	8.606.395	3.275.701	-61,9%
Indústria	216.650	3.010.081	1289,4%
SUBTOTAL	43.461.769	485.233.139	1016,5%
DEMAIS FUNÇÕES	124.861.636	8.662.935	-93,1%
TOTAL	168.323.406	493.896.074	193,4%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014

As obras estaduais do Arco Metropolitano já estão com 92% do projeto executado. Foram construídos 74 viadutos e pontes, 80 passagens e três passarelas entre Duque de Caxias e Itaguaí, além da realização de terraplenagem, drenagem e pavimentação.

V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁶, FECAM²⁷ e FEHIS²⁸.

A Constituição Federal, com o objetivo de assegurar recursos para a manutenção e desenvolvimento de áreas estratégicas de governo, no caso Educação e Saúde estabeleceu percentuais mínimos de aplicação nessas áreas cuja base de cálculo é a receita oriunda de transferências da União e de impostos próprios de cada Estado. Regulamentação semelhante consta da Constituição do ERJ que assegurou recursos para as áreas de Ambiente, Pesquisa e Habitação e Interesse Social.

A Tabela 30 ao lado apresenta a execução parcial dos índices estabelecidos constitucionalmente neste primeiro bimestre de 2014, cujo acompanhamento ao longo do exercício visa corrigir possíveis desvios no desenrolar da execução orçamentária. No final de 2013, com a edição do Manual de Demonstrativos Fiscais pela Secretaria de Tesouro Nacional, foi alterada a regra de dedução dos Restos a Pagar cancelados no exercício quando da apuração do índice da saúde. Até então o valor de Restos a Pagar inscritos até cinco exercícios anteriores e cancelados no ano em referência eram integralmente deduzidos da despesa realizada, aumentando a aplicação do exercício em referência para compensar a perda decorrente do cancelamento. A nova regulamentação prevê que, a dedução incida, apenas, sobre a parcela dos Restos a Pagar cancelados que superem o montante aplicado acima do limite constitucional no ano imediatamente anterior. De acordo com essa metodologia, em 2013 não houve dedução de RP cancelado no encerramento das Contas de Gestão do exercício.

Cabe acrescentar que o acompanhamento dos percentuais aplicados ao longo do ano, conforme apresentado neste Boletim de Transparência, assume fins de planejamento e controle do cumprimento dessas obrigações.

Tabela 30

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - FEV		Variação %
	2013	2014	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	5.527.026	6.133.909	11,0%
DESPESA LIQUIDADADA*	1.274.650	1.433.667	12,5%
FUNDEB	956.758	1.065.896	11,4%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	1.381.756	1.533.477	11,0%
% ÍNDICE	23,1%	23,4%	0,31%
SAÚDE			
RECEITA BASE	5.527.019	6.133.901	11,0%
DESPESA LIQUIDADADA**	297.995	320.507	7,6%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	663.242	736.068	11,0%
% ÍNDICE	5,4%	5,2%	-0,2%
FAPERJ			
RECEITA BASE	3.287.087	3.646.144	10,9%
DESPESA LIQUIDADADA	31.218	37.293	19,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	65.742	72.923	10,9%
% ÍNDICE	0,9%	1,0%	0,1%
FECAM			
RECEITA BASE	1.889.063	1.350.705	-28,5%
DESPESA LIQUIDADADA	9.939	4.677	-52,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	94.453	67.535	-28,5%
% ÍNDICE	0,5%	0,3%	-0,2%
FEHIS			
RECEITA BASE	480.641	509.326	6,0%
DESPESA LIQUIDADADA	13.760	14.077	2,3%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	48.064	50.933	6,0%
% ÍNDICE	2,9%	2,8%	-0,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

²⁶ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁷ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁸ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

➤ Educação

No primeiro bimestre de 2014, a despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 1,43 bilhão, aumento de 12,5% (+R\$ 159,02 milhões). O percentual aplicado de 23,4% da receita base, está demonstrado na Tabela 30, e a aplicação por Grupo de Despesa consta da Tabela 31 ao lado.

O Grupo Outras Despesas Correntes, que agrega o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice²⁹, além das transferências ao FUNDEB, aumentou 11,8% em relação ao 1º bimestre do ano anterior.

No bimestre essas Transferências ao FUNDEB requereram, 74,3% do montante aplicado na função. Comparado ao mesmo período de 2013, registra-se variação positiva de R\$ 109,14 milhões, 68,6% - dos R\$ 159,02 milhões aplicados a mais no 1º bimestre de 2014. O valor transferido a cada mês cumpre regulamentação legal - Lei - 11.494/2007, parametrizado pela receita realizada no mesmo mês.

A variação de 14,5% nas despesas de pessoal financiadas com recursos do Tesouro (FR 00 e 22), em parte, é decorrente da realização de despesas com Obrigações Patronais, repasse antecipado de receita, fundamental ao equilíbrio financeiro do RIOPREVIDÊNCIA, destinada a pagamentos de inativos e pensionistas. As despesas de custeio aumentaram 18,9% em relação a igual período de 2013 (+R\$ 8,78 milhões). Do total aplicado no bimestre (R\$ 55,16 milhões), a UERJ gastou R\$ 29,82 milhões, basicamente, com o aumento das despesas de custeio de pessoal, auxílio financeiro a estudantes cotistas e pagamento a residentes médicos e acadêmicos.

Neste bimestre, grande parte dos recursos aplicados em investimentos foi gerenciado pela FAETEC na realização de obras de melhorias em Escolas Técnicas Estaduais (Adolpho Bloch e Ferreira Viana) e nas dependências do Campus de Marechal Hermes, com destaque para obras de melhorias nas piscinas do parque aquático, uma delas semiolímpica.

Tabela 31
Aplicação na Função

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - FEV			
	2013	2014		
Pessoal	271.418.180	310.754.458	14,5%	21,7%
Outras Desp. Correntes	1.003.138.818	1.121.061.407	11,8%	78,2%
Custeio*	46.380.537	55.165.070	18,9%	3,8%
FUNDEB*	956.758.281	1.065.896.337	11,4%	74,3%
Investimento/Inversões	157.156	1.851.588	1078,2%	0,1%
RP Cancelado	63.760	-	-100,0%	0,0%
TOTAL	1.274.650.395	1.433.667.453	12,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2013.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral



Reformas na FAETEC de Marechal Hermes beneficiam 10 mil alunos

²⁹ Unidades Orçamentárias Gestoras da despesa com Educação: SEEDUC, UERJ, FAETEC, CECIERJ, DEGASE,UEZO e UENF.

A Tabela 32 abaixo demonstra a distribuição da despesa do Índice por Unidade Orçamentária do ERJ e, na exposição de motivos, segue a análise da execução de cada uma delas.

Tabela 32
Aplicação na Função

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - FEV			
	2013	2014		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	91.904.860	61.498.220	-33,1%	5,8%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	15.213.459	24.329.028	59,9%	2,3%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	105.610.914	149.197.267	41,3%	14,0%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	81.537.525	106.919.663	31,1%	10,0%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	18.907.364	19.224.099	1,7%	1,8%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	2.352.424	2.639.919	12,2%	0,2%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	2.429.328	3.962.919	63,1%	0,4%
Total das Unidades Orçamentárias**	317.955.874	367.771.116	15,7%	25,7%
FUNDEB**	956.758.281	1.065.896.337	11,4%	74,3%
RP Cancelado**	63.760	0	-100,0%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	1.274.650.395	1.433.667.453	12,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2013.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

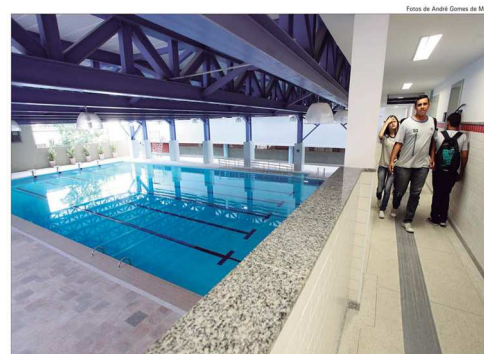
** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

Na Secretaria de Educação, a aparente redução de R\$ 30,4 milhões (-33,1%), em relação ao mesmo período do exercício anterior não representa redução de despesa, apenas alteração de fonte de financiamento uma vez que 93,4% (R\$ 384,49 milhões) da despesa de pessoal da Secretaria foram financiados pela FR 15, aqui considerada outras FR(s). Vale esclarecer que nessa fonte de recursos (FR 15) é registrada a parcela do FUNDEB que retorna ao Estado para aplicação em sua Rede de Ensino conforme LEI nº 11.494/2007, citada anteriormente.

No início de 2014, o Governo do Estado inaugurou seu primeiro colégio público bilíngue (Português-Espanhol), localizado no Meier. O Colégio Estadual Hispano-Brasileiro João Cabral de Melo Neto, instalado no imóvel adquirido em 2013 e beneficiado com pequenas reformas ao custo total de R\$ 1,27 milhão financiado com recursos do Tesouro.

Neste 1º bimestre foi inaugurada também a Escola Estadual Olga Benário Prestes, com infraestrutura de primeira linha, tendo como clientela mais de três mil alunos no Complexo do Alemão, além de

Estado inaugurou em janeiro a 3ª escola bilíngue da rede, Colégio Estadual Hispano-Brasileiro João Cabral de Melo Neto localizado no Meier.



Escola Olga Benário Prestes

outros das comunidades, Nova Holanda, Vila dos Pinheiros (Complexo da Maré) e Vila Cruzeiro (Complexo da Penha).

A Tabela 32, registra a variação das despesas do DEGASE, + 59,9% (R\$ 9,11 milhões), em parte decorrente da liquidação de algumas despesas pontuais, contribuição patronal, além da admissão de novos concursados no final de 2013, com impacto na folha em 2014.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ no aumento de R\$ 43,58 milhões a maior parcela, R\$ 34,77 milhões foi aplicada em despesas de pessoal, com maior peso as referentes à contribuição patronal, já justificada anteriormente; incluem-se ainda despesas de manutenção e pagamento de professores contratados e visitantes (R\$ 2,62 milhões).

No primeiro bimestre deste ano, a despesa da FAETEC aumentou 31,1% (+R\$25,38 milhões), basicamente em despesas de pessoal, que incluem também o pagamento antecipado da obrigação patronal ao RIOPREVIDÊNCIA.

Ao longo dos anos, a FAETEC vem enfatizando o ensino profissionalizante tecnológico com a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT(s) em diversos municípios. No quadro abaixo estão listados os cinco novos CVT(s) que receberão alunos em 2014; o município de Valença será contemplado com o 40º Centro Vocacional Tecnológico do Estado com capacidade para formar 1,7 mil profissionais por ano.

Na unidade escolar de horário integral em Niterói, Leonel de Moura Brizola inaugurada em janeiro oferece o curso de ensino médio Intercultural Brasil-França com 288 vagas, intercâmbio entre estudantes e professores do Rio de Janeiro e da França.



A área de Construção Civil é uma das contempladas pelo novo Centro Vocacional Tecnológico

CVTs - CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS			
Município	Capacidade de atendimento	Unidade	CURSOS
São Gonçalo	1700	CVT Colubandê	Petróleo e Gás
Barra Mansa	2600	CVT Barra Mansa	Fabricação Mecânica(fundição, usinagem e solda)
Petrópolis	2600	CVT Petrópolis	Hospitalidade e Lazer
Seropédica	2000	CVT Seroédica	Logística
Valença	1700	CVT Valença	Modelagem do Vestuário

- **Educação - Outras Fontes de Recursos**

Na área de Educação, além dos recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de Transferências da União, a função Educação conta ainda com outras fontes de receita que financiam montante significativo da despesa não incluídas na contabilização do índice constitucional, pois são recursos vinculados que tem destinação específica, com exceção do Salário Educação, transferência regulamentada em lei.

A Tabela 33 abaixo discrimina por FR a aplicação desses recursos que, em relação ao 1º bimestre de 2013 registrou variação positiva de 36,6%, (+R\$ 115,84 milhões).

Tabela 33

Aplicação na Função

Em R\$

FUNÇÃO EDUCAÇÃO				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN - FEV		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
FUNDEB (FR 15)	307.589.014	413.592.048	34,5%	95,6%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	2.016.695	10.170.480	404,3%	2,4%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	-	-		0,0%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	3.496.053	3.535.693	1,1%	0,8%
SUS (FR 25)	1.905.795	3.000.126	57,4%	0,7%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)		-	0,0%	0,0%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	1.564.965	2.123.552	35,7%	0,5%
OUTRAS RECEITAS DA ADMIN. DIRETA (FR 98)	-	-		0,0%
TOTAL	316.572.521	432.421.900	36,6%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

No âmbito dessas FR(s) expressivo montante foi financiado com recursos do FUNDEB aplicados pela SEEDUC (FR 15), 95,6% da despesa total aplicada no período. Dos R\$ 413,59 milhões liquidados, R\$ 384,49 milhões foram destinados ao pagamento da folha de salários e os restantes R\$ 29,09 milhões em benefícios concedidos aos docentes (auxílio transporte e alimentação).

O Salário Educação (FR 05) contribuição social arrecadada pela União e distribuída às Secretarias de Educação de Estados e Municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, é aplicado exclusivamente em ações de desenvolvimento da educação básica. O expressivo crescimento da despesa liquidada é

consequência de um número maior de escolas atendidas pelo Programa de Alimentação Escolar, que totalizou R\$ 7,75 milhões dos R\$ 10,170 milhões transferidos. Além disso, no montante repassado em 2014, está incluída a última parcela de 2013, não repassada em dezembro, que, embora contabilizada em 2014 como receita deste exercício, foi destinada ao pagamento de parte do RP inscrito nessa FR.

Os gastos direcionados à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto, aplicados pela UERJ com repasse do Ministério da Saúde para o Sistema Único de Saúde - SUS (FR 25), totalizaram R\$ 3 milhões neste primeiro bimestre: R\$ 1,09 milhão em Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem e R\$ 763 mil em Medicamentos em geral.

➤ **Saúde**

No primeiro bimestre de 2014, registrou-se um aumento da despesa realizada em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ de 7,6%, (+R\$ 22,51 milhões), conforme demonstrado na Tabela 34.

Tabela 34

Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR GRUPO DE DESPESA				
GRUPO DE DESPESA	JAN A FEV		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
Pessoal	177.336.962	187.058.780	5,5%	58,4%
Outras Desp. Correntes	115.480.526	133.442.644	15,6%	41,6%
Investimento/Inversões	4.562.152	5.424	-99,9%	0,0%
Amortização da Dívida	615.274	-	-100,0%	0,0%
RP Cancelado	-	-	-	-
TOTAL	297.994.914	320.506.848	7,6%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

O aumento constatado no grupo Outras Despesas Correntes (+15,6%, ou seja, +R\$ 17,96 milhões) é reflexo do novo modelo de gestão implantado a partir de 2012 na administração das unidades do Sistema de Saúde do ERJ, através de Contrato de Gestão pactuado com Organizações Sociais (OS). A aparente redução da despesa com investimentos também é reflexo desse modelo, uma vez que os recursos são repassados às OS classificados como despesas

correntes, pagamento de serviços prestados, aí incluídos não só investimentos mas também toda a manutenção da Unidade, objeto do respectivo contrato, inclusive pagamento de pessoal. A despesa de pessoal apontada na tabela é aplicada diretamente pelo FES em remuneração de pessoal fixo, cooperativado e contratado pelo regime CLT pela Fundação de Saúde. A análise da despesa realizada no bimestre está aqui abordada por item, conforme a destinação final, com destaque para os mais expressivos:

1 - Operacionalização Integral de Unidades Próprias para Gestão Compartilhada foram aplicados R\$ 21,36 milhões, através da OS Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, no Complexo Regional de Mesquita que compreende a Maternidade e a Clínica da Mulher.

2 - Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais - aplicação de R\$ 17,27 milhões, a saber: R\$ 5,02 milhões no Preparo e Distribuição de Alimentação nas Unidades Próprias de Saúde do ERJ; R\$ 4,12 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 3,94 milhões no Reparo, Adaptações e Conservação de imóveis da Rede Física e R\$ 1,21 milhão na aquisição de Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem.

3 - Operacionalização das UPA 's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada (responsáveis pela redução do atendimento nas emergências dos hospitais) – despesa realizada de R\$ 15,80 milhões em três unidades do Estado: Ilha do Governador e Maré (R\$ 5,37 milhões para cada) e Campos dos Goytacazes (R\$ 5,05 milhões).

4 - Apoio às UPA 's 24 horas Municipalizadas - gastos de R\$ 15,10 milhões na forma de incentivo financeiro para custeio e manutenção dessas unidades localizadas em diversos municípios do ERJ, listados na Tabela 35 ao lado.

O Programa implantado a partir de 2007, atualmente conta com 54 UPA(s) que beneficiam 28 municípios e registra resultados bastante significativos no período: mais de 21 milhões de atendimentos, 150 milhões de medicamentos distribuídos gratuitamente, 5 milhões de atendimentos odontológicos e mais de 18 milhões de exames laboratoriais e de raios-X .

Desde a sua inauguração em 2010, o Hospital da Mulher realizou mais de 6 mil partos e o Hospital da Mãe, com um ano e meio de funcionamento, fez mais de 13 mil partos. Atualmente, a rede estadual realiza mais de 24 mil partos por ano. São os hospitais especializados do ERJ aumentando o acesso da população aos serviços públicos.

De 2007 até o momento, o ERJ já investiu mais de R\$ 300 milhões na construção das UPA's e reserva cerca de R\$ 1 bilhão por ano para sua manutenção.

Tabela 35
UPA's Municipalizadas

UPA'S MUNICIPALIZADAS	Em R\$
	VALORES REPASSADOS JAN A FEV
BELFORD ROXO	800.000
RESENDE	800.000
PETRÓPOLIS	800.000
ARARUAMA	800.000
SÃO JOÃO DE MERITI	800.000
ANGRA DOS REIS	800.000
BARRA MANSA	800.000
ITAGUAÍ	800.000
ITAPERUNA	800.000
MACAÉ	800.000
PETRÓPOLIS	800.000
RIO BONITO	800.000
TERESÓPOLIS	800.000
TRÊS RIOS	800.000
MARICÁ	800.000
VOLTA REDONDA	700.000
NOVA FRIBURGO	800.000
CABO FRIO	800.000
NILÓPOLIS	800.000
TOTAL REPASSADO	15.100.000

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

A seguir, na Tabela 36 abaixo está demonstrada a aplicação dos recursos por unidade orçamentária responsável pela gestão dos recursos computados na apuração do índice mínimo constitucional:

Tabela 36
Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	JAN A FEV		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
FES - Fundo Estadual de Saúde	271.635.785	265.384.531	-2,3%	82,8%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	20.155.895	49.289.264	144,5%	15,4%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	6.203.233	5.787.856	-6,7%	1,8%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	-	45.196	-	-
Total das Unidades Orçamentárias	297.994.914	320.506.848	7,55%	100,0%
RP Cancelado	-	-	-	-
TOTAL DO ÍNDICE	297.994.914	320.506.848	7,6%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

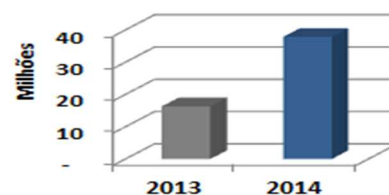
Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

No período, o Fundo Estadual de Saúde – FES executou (82,8%, do total aplicado (R\$ 265,38 milhões), registrando pequena redução de 2,3%, =R\$ 6,25 milhões, frente ao executado neste período em 2013, reflexo do ritmo de execução orçamentária no início do ano.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) registrou considerável incremento em relação a 2013: variação positiva de R\$ 29,13 milhões (+144,5%), refletindo a contratação, pelo regime celetista, de profissionais concursados. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos próprios do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) diminuiram R\$ 415,38 mil (-6,7%) em relação ao primeiro bimestre do ano anterior. Contudo, apesar da queda constatada, sua participação na execução do índice é de 1,8% das aplicações. Seus principais gastos com recursos do Tesouro referem-se a Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 3,53 milhões) e à Manutenção das Atividades Operacionais (R\$ 2,06 milhões).

**GASTO COM
REMUNERAÇÃO DOS
CONCURSADOS até
FEVEREIRO - UO 2942**



Profissionais de saúde concursados estão sendo admitidos pela Fundação Saúde do ERJ (UO 2942), desde o início do ano de 2013, em substituição aos profissionais cooperativados, com continuidade em 2014, por determinação do Ministério Público.

Quadro 1

Outras Ações de Saúde em Destaque no ERJ

Metas Alcançadas em algumas Unidades de Referência do ERJ

<p>Cartão de Cuidados Especiais - em Niterói, Petrópolis, Volta Redonda e Resende</p>	<p>Em fevereiro de 2014, começou a entrega dos primeiros Cartões de Cuidados Especiais à população idosa que necessita de fraldas geriátricas. Recarregado mensalmente com R\$ 76,80, o cartão beneficiará 780 pessoas de Niterói, Petrópolis, Volta Redonda e Resende. Outros 300 mil idosos serão contemplados numa segunda etapa. As fraldas poderão ser compradas em qualquer estabelecimento e terá como escolher entre uma variedade maior de modelos, marcas e tamanhos.</p>
<p>1ª UPA Pediátrica - em Duque de Caxias</p>	<p>Inaugurada, em fevereiro de 2014, a 1ª UPA Pediátrica do país em Duque de Caxias. A unidade recebeu da Secretaria de Saúde R\$ 454 mil em equipamentos, incluindo carros de parada cardiorrespiratória, eletrocardiógrafos portáteis, macas, entre outros. Além disso, a nova UPA 24hs, receberá do Governo do Estado uma ajuda de custo mensal de R\$ 400 mil. Foram investidos na construção da UPA R\$ 2,6 milhões pelo Ministério da Saúde e R\$ 1,9 milhões pela prefeitura de Caxias.</p>
<p>Centro Estadual de Transplante - no Hospital São Francisco de Assis na Tijuca</p>	<p>O Centro Estadual de Transplante completou um ano de funcionamento em fevereiro de 2014. Foram realizados 249 transplantes, sendo 160 de rim e 89 de fígado. Com um índice de sucesso de 87%, o serviço é hoje o segundo maior transplantador de fígado do país. Ele recebeu um investimento de R\$ 3 milhões do ERJ.</p>
<p>Serviços Móveis de Imagem - itinerante em Municípios-Polo do ERJ</p>	<p>Desde sua criação há quatro anos, mais de 100 mil exames foram realizados e cerca de 87 mil pacientes atendidos em 70 dos 92 municípios do ERJ. Os serviços móveis de imagem têm o objetivo de atender regiões onde não há esse tipo de exame na rede pública ou onde o serviço existente não seja capaz de cobrir a demanda local. A Saúde investiu R\$ 11 milhões na aquisição dos 2 tomógrafos e da ressonância magnética móveis.</p>
<p>Mamógrafo Móvel - itinerante em Municípios-Polos do ERJ</p>	<p>Inaugurado em janeiro de 2014, o Mamógrafo Móvel disponibiliza exames digitais de mamografia e ultrassonografia, além de biópsias mamárias às pacientes do SUS. A iniciativa tem o objetivo de garantir diagnóstico precoce do câncer de mama. A Secretaria de Saúde investiu R\$ 2,4 milhões na aquisição do equipamento.</p>

• **Saúde - Outras Fontes de Recursos:**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 37 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 37
Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE		Variação %	Participação em 2014
	JAN A FEV			
	2013	2014		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	3.656.931	35.190.962	862,3%	39,9%
CONVÊNIOS (FR 13)	-	431.827	-	0,5%
SUS (25)	1.270.132	52.586.604	4040,2%	59,6%
TOTAL	4.927.063	88.209.392	1690,3%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

1. Exclui despesas Intra-orçamentárias

Comparada à execução do primeiro bimestre de 2013, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registrou acréscimo de R\$ 31,53 milhões (+862,3%), por conta do aumento de receita decorrente da fabricação de medicamentos para o Ministério da Saúde, desde o 2º bimestre de 2013, em parceria com a FIOCRUZ e com o BIONOVIS (Empresa Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica). Dos R\$ 35,19 milhões executados nesse ano, R\$ 34,11 milhões são gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 25,89 milhões foram em Medicamentos em Geral, R\$ 5,23 milhões em Serviços Especializados e R\$ 2,80 milhões em Serviços Técnicos, Científicos e de Pesquisa.

As despesas e receitas do Sistema Único de Saúde - SUS (FR25), em 2014, cresceram expressivamente.

Pelo lado da receita, o aumento foi de 47,37% (+R\$ 55,89 milhões); em 2013 a arrecadação no bimestre alcançou R\$117,9 milhões e, em 2014, R\$ 173,8 milhões.

A despesa financiada também apresenta significativo crescimento em relação ao mesmo período de 2013 – aumento de 4040,2%, R\$ 51,32 milhões, isto porque parte dos recursos transferidos ao Estado pelo Ministério da Saúde passaram a participar, juntamente com os recursos do Tesouro, dos gastos de Unidades próprias do ERJ em conformidade com a legislação do Sistema Único de Saúde.

Dentre outras despesas de menor vulto, os recursos do SUS foram assim aplicados: no âmbito da Gestão Compartilhada, basicamente pagamento de Organizações Sociais, R\$ 24,54 milhões em Hospitais e Ambulatórios, R\$ 14,01 milhões em UPA 's 24 horas, R\$ 5,94 milhões em Serviços de Saúde. Em Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade foram aplicados R\$ 2,46 milhões e R\$ 2,27 milhões na Prestação de Assistência Móvel de Urgência e Emergência.

Com recursos de Convênios (FR 13) foram aplicados R\$ 431,83 mil, convênio firmado entre o Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e o IVB para Ampliação da Capacidade de Produção Industrial, especificamente, contratação de empresa para implantação de *business intelligence* - sistemas de inteligência da informação.

➤ **FAPERJ**

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), nas diversas ações de apoio à pesquisa liquidou neste primeiro bimestre R\$ 37,29 milhões financiados com recursos do Tesouro, crescimento de 19,5% (+R\$ 6,07 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013.

A Tabela 38 demonstra a execução orçamentária da FAPERJ, que conta ainda com recursos próprios, diretamente arrecadados, e com recursos de convênios (R\$ 2,28 milhões), não contabilizados na apuração do índice. Neste primeiro bimestre a execução foi de apenas 1,0% em relação à receita base realizada, cenário típico de início de exercício.

A maior parcela liquidada pelas fontes Tesouro foi direcionada a Apoio a Estudantes e Pesquisadores, R\$ 14,20 milhões pagas a título de auxílio - Programa de Apoio ao Pós-Doutorado. No Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da UERJ, R\$ 7,00 milhões foram aplicados na aquisição de imóvel em Friburgo para as instalações do Instituto Politécnico.

A Fundação ainda custeou auxílios financeiros a bolsistas e pesquisadores R\$ 5,91 milhões, detalhados na Tabela 39 abaixo.

Tabela 39
Auxílios da FAPERJ

Desenvolvimento Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	
JAN/FEV	
Tipos de Auxílios Financeiros	VALOR
APQ 1 - Auxílio à Pesquisa	34.058
APQ 2 - Auxílio à Organização de Eventos	279.530
APQ 3- Auxílio à Editoração	1.285.773
APQ 5 -Auxílio à Participação em reuniões Científicas	110.048
APV - Auxílio a Pesquisador Visitante	85.898
INST - Auxílio Instalação (compra de material/equipamento)	1.140.799
OUTROS/EDITAIS	2.975.223
TOTAL	5.911.329

Em relação às Outras Fontes de Recursos, a despesa liquidada no bimestre na FR 10 (recursos diretamente arrecadados) foi relevante cumprindo o pagamento das duas primeiras parcelas do auxílio

Tabela 38
Execução Orçamentária da FAPERJ

EM R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A FEV		Variação %
	2013	2014	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	6.806.535	14.209.973	108,8%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	2.061.999	9.143.940	343,5%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	3.257.012	5.911.329	81,5%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	1.376.071	2.519.766	83,1%
Inovação Tecnológica	1.138.579	1.758.363	54,4%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	904.900	1.707.633	88,7%
Pessoal e Encargos Sociais	993.585	1.130.843	13,0%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	38.000	399.800	952,1%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	14.369.552	302.786	-97,9%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	219.002	145.535	-33,5%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	4.422	36.818	732,7%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	15.340	26.000	69,5%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	-	677	
Despesas Obrigatórias	32.949	-	-100,0%
	31.217.947	37.293.462	19,5%

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A FEV		Variação %
	2013	2014	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	202.094	2.162.000	969,0%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	122.780	119.420	-2,7%
	324.874	2.281.420	602,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

financeiro a projeto de inovação tecnológica para atender aos CVT(s) e a FATERJ (Faculdade de Educação Tecnológica).

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% quando provenientes da camada do pré-sal.

No primeiro bimestre de 2014, o FECAM liquidou R\$ 4,57 milhões, redução de 53% (R\$ 5,3 milhões) comparando ao mesmo período de 2013.

As ações realizadas no período com os recursos do Fundo estão listadas na Tabela 40 ao lado, na qual são evidenciados os projetos, o órgão responsável pela execução e os valores liquidados.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 2,8 milhões, correspondendo a 60% do total liquidado no Fundo.

Tabela 40

Ações executadas pelo FECAM

AÇÃO	ORGÃO RESPONSÁVEL	JAN - FEV
Lixão Zero - FECAM	SEA	132.251
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	INEA	322.200
Implementação de Educação Ambiental	SEA	7.250
	UERJ	609.462
Prevenção e Contr. Ambiental de Inundações	INEA	2.802.268
Apoio a proj. de saneam., prot. e recup. ambiente	SEA	325.801
Geração de emprego e renda em comunidade UPP	SEA	168.131
	UERJ	309.803
		4.677.165

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2013.

➤ **FEHIS**

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FR 22) aplicados na área de habitação por diversas Unidades Gestoras – UG(s): Secretaria de Obras - SEOBRAS de Habitação - SEH, Instituto de Terras e Cartografia - ITERJ, Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH, responsável pelo Aluguel Social a famílias atingidas por intempéries ou retiradas de área de risco.

No primeiro bimestre de 2014, o FEHIS executou R\$ 14,07 milhões, 2,3% (+R\$ 316 mil) a mais em comparação ao mesmo período de 2013. Em relação ao disponível foi executado somente 4,67% dos recursos, execução aparentemente baixa, típica de início de exercício, em decorrência do início tardio da execução orçamentária como também da adequação ao fluxo de caixa do Tesouro, que no início de cada ano em paralelo às despesas liquidadas no exercício paga os compromissos inscritos em Restos a Pagar processados.

A Tabela 41 demonstra as ações executadas neste início de ano, discriminadas por órgão, principais projetos executados e o valor total liquidado em cada uma delas.

Destaque para ações realizadas pela SEOBRAS com Urbanização do Complexo de Manguinhos. Em fevereiro foi concluída a construção de 564 novas Unidades Habitacionais (divididas em 23 blocos de quatro andares cada) que atenderão famílias que viviam em estado precário na antiga fábrica da Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL) em Benfica.

Ainda no período foram finalizadas e inauguradas 138 Unidades Habitacionais, Programa de realocação de moradores assentados em área de risco. Montante expressivo de recursos foi aplicado no pagamento do Aluguel Social, benefício assistencial temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, para atender a remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, beneficiando diretamente famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo e Manguinhos. Neste ano, foram aplicados R\$ 12,27 milhões, 87,2% do total dos recursos aplicados no bimestre pelo FEHIS.



Obras realizadas pela CEHAB



Unidades habitacionais na antiga fábrica da CCPL Manguinhos

Aluguel Social - 2014	
Municípios Beneficiados	Jan até Feb
Região Serrana	4.827.602
Niterói	2.526.825
São Gonçalo	655.138
Manguinhos	4.263.450
Total	12.273.016

Tabela 41
Índice FEHIS

Em R\$

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESAS LIQUIDADAS JAN até FEV
SEOBRAS	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Pagamento do serviço prestado por concessionária para que possa ocorrer à entrega no início de março/2014 das 564 unidades habitacionais na antiga fábrica da CCPL Manguinhos	173.518
TOTAL SEOBRAS			173.518
SEH	Relocação de moradores assentados em áreas risco/Insalub	Inauguração de 138 Unidades Habitacionais, Visitas Domiciliares dos Futuros 856 beneficiários.	8.865
TOTAL SEH			8.865
ITERJ	Acordo de Cooperação Técnico-Financeira BNDES	Aquisição de 4 caminhões, visando atender ao convênio BNDES - 50% BNDES e 50% do ITERJ	266.680
	Regularização Fundiária de Interesse Social	Pagamento de Diárias nos municípios de Miguel Pereira, Cabo Frio, Petrópolis, Itaiaia, Campos dos Goytacazes e Prestação de Serviços de Criação de Vídeo para atender as necessidades do ITERJ.	46.538
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Pagamento de diárias para realização de cadastro e vistoria nos municípios de Miguel Pereira (R\$ 1.250), Petrópolis (R\$9.859) e Paraty (R\$158).	11.267
	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Pagamento de Diárias com o objetivo de acompanhar obras de construção de galpão em Mangaratiba, os novos assentamento município do Carmo, a demolição de construção irregular em Friburgo, a fiscalização de contrato de obras em Barra do Pirai e Itaiva.	132.869
TOTAL ITERJ			457.354
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais	Contrapartida do governo do estado para as obras do empreendimento Urucania	1.100.000
	Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	Prestação de serviços de cadastramento	63.756
TOTAL CEHAB			1.163.756
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo e Manguinhos.	12.273.016
TOTAL SEASDH			12.273.016
TOTAL GERAL			14.076.509

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/03/2014.

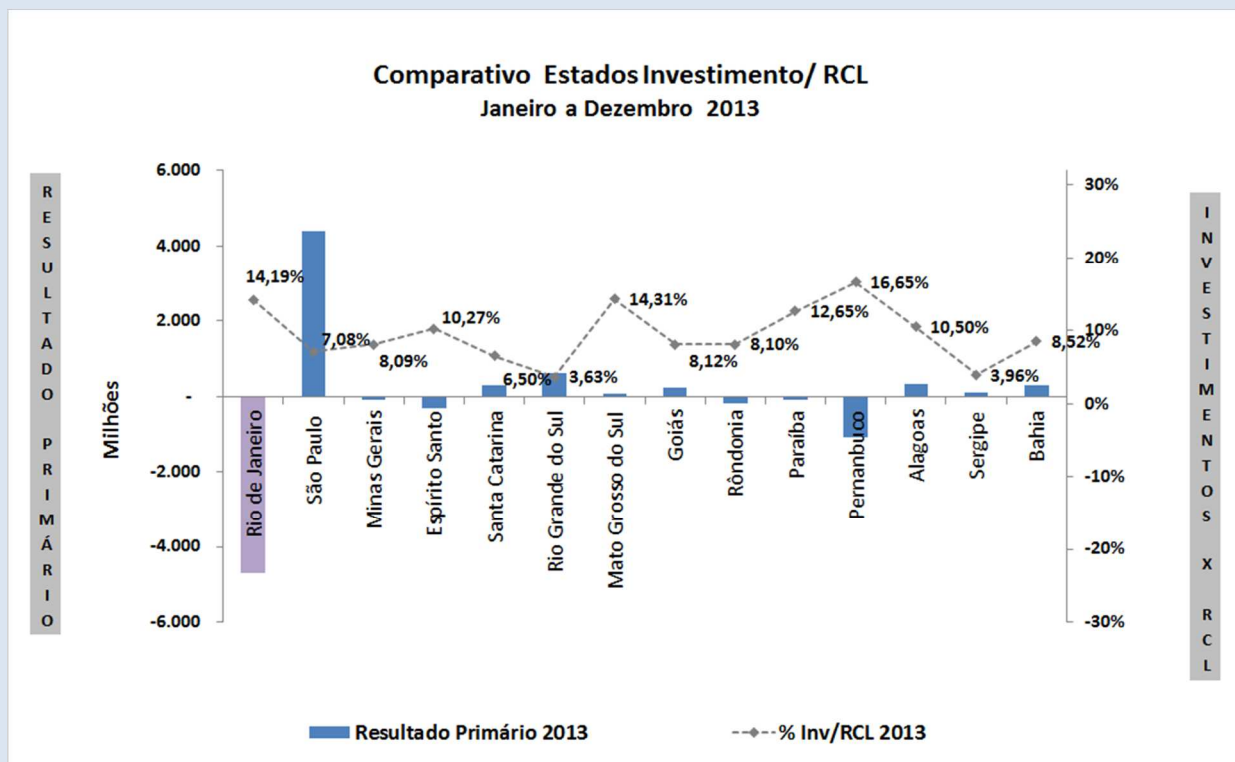
Box 02 - Financiamento de Investimentos de Estados X Receita Corrente Líquida (RCL)

Ano referência - 2013

O Box desse bimestre, num primeiro momento, compara os dispêndios realizados com Investimentos por alguns Estados da Federação, a respectiva Receita Corrente Líquida e o Resultado Primário, indicadores apurados em 2013, disponibilizados nos Portais de Transparência de cada um deles quando da elaboração do estudo.

O Gráfico 1 abaixo compara as variáveis indicadas evidenciando que o Estado de Pernambuco apresentou o maior percentual de investimento proporcionalmente à RCL (16,65%), seguido do Mato Grosso do Sul (14,31%) e do Rio de Janeiro (14,19%) que aplicou R\$ 6,93 bilhões.

Gráfico 1



Grande parte dos investimentos do ERJ, 61,3% (R\$ 4,3 bilhões), foram financiados com recursos de Operações de Crédito contratadas junto a agentes financeiros (BNDES, Banco do Brasil, BID, BIRD e outros), para realização de obras de infraestrutura, saneamento, transporte público e mobilidade em geral, entre outras, dentro do espaço fiscal reconhecido pela Superintendência do Tesouro Nacional – STN – com fundamento na capacidade de endividamento do Estado. Nesse contexto, as receitas de operações de crédito, (2013 = R\$ 5,0 bilhões), classificadas como receitas financeiras impactaram sobremaneira no cálculo do Resultado Primário Negativo, demonstrado no eixo Y no gráfico acima.

Dentro desse cenário econômico onde as projeções de receitas próprias dos entes da Federação não configuraram crescimento real, observa-se que outros Estados também registraram Resultado Primário Negativo, dentre eles o Estado de Pernambuco que, conforme já citado aplicou 16,65 % de sua RCL.

Em que pese o maior endividamento do ERJ, a organização das Finanças e a prática de uma Gestão Fiscal Responsável são reconhecidas pelo Grau de Investimento que lhe é atribuído do pelas agências de *rating* *FITCH* e *Standard & Poor's*. Paralelamente, no decorrer do exercício, o monitoramento, pela STN, das metas pactuadas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), garante ao Governo captar recursos dentro de sua capacidade de endividamento e conseqüentemente repercutindo positivamente na economia do Estado.

Dando continuidade ao estudo apresenta-se na tabela abaixo, em valores correntes, a evolução da despesa executada com investimentos pelo ERJ, discriminada por Função de Governo:

Histórico das Despesas Liquidadas com Investimento

Função	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Em R\$ Mil	
								Partic. % em 2012	Partic. % em 2013
Transporte	333.526	365.395	629.709	1.021.765	940.264	1.380.673	2.446.399	25,98%	35,31%
Urbanismo	45.710	300.265	683.603	1.499.254	1.415.202	1.340.527	1.626.870	25,23%	23,48%
Desporto e Lazer	127.885	8	379	5.500	108	485.165	534.115	9,13%	7,71%
Educação	313.542	195.395	291.539	241.699	258.593	302.162	417.450	5,69%	6,03%
Gestão Ambiental	102.578	116.175	222.629	467.375	319.971	363.469	392.366	6,84%	5,66%
Segurança Pública	77.761	193.821	227.071	312.017	305.212	244.998	337.436	4,61%	4,87%
Saneamento	70	33.380	108.669	177.527	239.564	282.485	336.690	5,32%	4,86%
Saúde	134.694	143.256	236.570	241.295	211.745	162.464	198.855	3,06%	2,87%
Habitação	3.977	44.962	67.477	162.531	159.816	157.761	146.520	2,97%	2,11%
Outros Poderes*	138.948	190.798	162.513	402.517	250.150	442.258	277.755	8,32%	4,01%
Outras Funções**	14.844	44.457	106.376	634.263	614.393	151.906	213.639	2,86%	3,08%
	1.293.536	1.627.912	2.736.537	5.165.741	4.715.017	5.313.867	6.928.095	100,00%	100,00%

* Outros Poderes - Judiciária, Essencial à Justiça e Legislativa

** Outras Funções - Ciência e Tecnologia, Administração, Cultura, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Assistência Social, Organização Agrária, Direitos da Cidadania, Comunicações, Trabalho, Previdência Social e Encargos Especiais

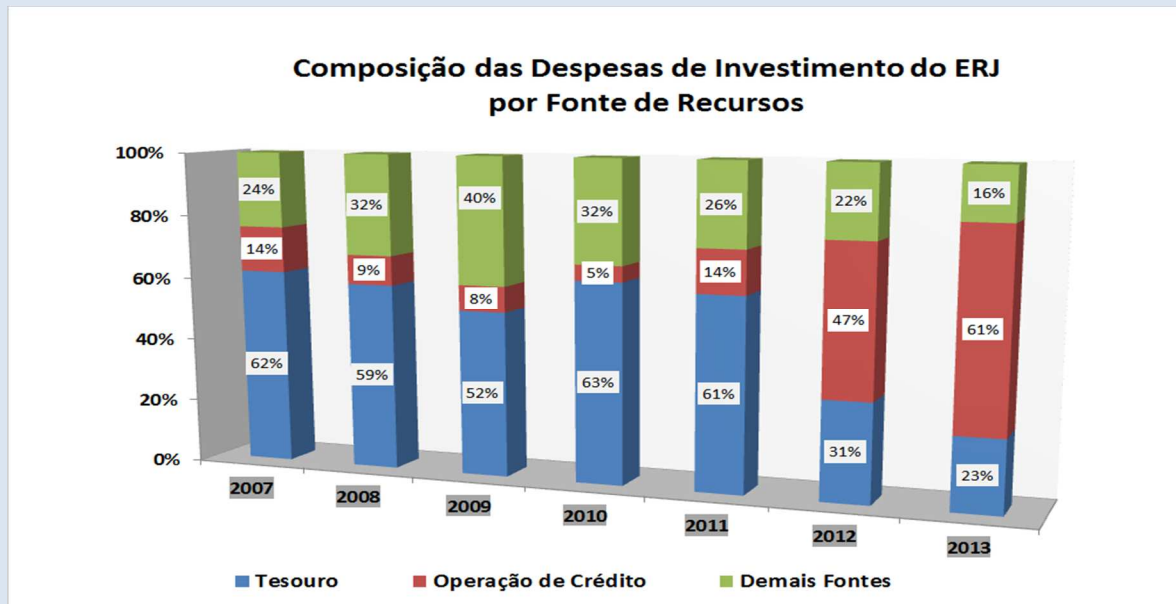
*** Exclui-se as despesas Intraorçamentárias

A evolução histórica dos investimentos realizados no Estado evidenciou que as funções Transporte e Urbanismo vêm, ao longo dos anos, ganhando maior espaço na distribuição dos recursos. Juntas, essas áreas responderam por 55,87% do total de despesas liquidadas no exercício de 2013, reflexo de investimentos maciços na melhoria do transporte público, com a expansão de linhas do Metrô e aquisição de material rodante.

Em Urbanismo, o enfoque pela tipicidade regional direcionou a aplicação de recursos em Programas com abrangência em diversos municípios, Programas Somando Forças e Rio Metrô (2012-2013), além do Arco Metropolitano, anel viário que cortará municípios da Região Metropolitana.

Comparativamente aos últimos exercícios, as fontes de financiamento das despesas com Investimentos e Inversões Financeiras têm modificado sua composição: em 2007 os recursos do Tesouro custeavam aproximadamente 60% das despesas, já em 2013, observa-se que tais gastos passaram a ser assegurados via captação de Operações de Crédito, demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2



Em que pese a melhoria da arrecadação tributária, a participação dos recursos do Tesouro nos dois últimos exercícios decresce mais de 50% em decorrência do aumento das despesas correntes, principalmente na área de recursos humanos. Tem sido importante a implantação de políticas de valorização dos servidores, há anos sem planos de carreiras e reajuste salarial e a oxigenação da Organização com a admissão de profissionais técnicos concursados, inclusive para novas carreiras específicas nas áreas de planejamento e finanças. Requereram também recursos oriundos de Receitas Correntes os Programas Sociais implantados no período: Bilhete Único, Aluguel Social e Renda Melhor.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ publicou em 10 de fevereiro de 2014 a Resolução nº 772, a qual estabeleceu a programação de liberação da Cota Financeira para o ano. De acordo com a citada Resolução, o montante total previsto da Cota Financeira para as Outras Fontes de Recursos superou as Fontes de Recursos do Tesouro em R\$ 6.067 milhões (32,1% do total dos recursos liberados).

Tal distribuição seguiu a mesma tendência do ano anterior, cuja diferença percentual entre as FR administradas pelo Tesouro e as demais fontes foi de 26,1% do total da cota liberada. Cabe mencionar, também, que o fato da Cota Financeira para as Outras FR ser maior que as FR do Tesouro devem-se, em grande parte, aos desembolsos de recursos oriundos de operações de crédito (empréstimos) já contratadas.

A distribuição anual da Cota Financeira referente às Fontes de Recursos do Tesouro, em comparação ao ano anterior, manteve-se praticamente igual até o 3º Trimestre. Contudo, no 4º Trimestre, esses recursos saltam aproximadamente R\$ 685 milhões em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A utilização da Cota Financeira pelos Órgãos até o primeiro bimestre do ano corrente nas FR Tesouro foi de 97,2%. Por outro lado, nas Demais FR o percentual ficou em 30,6% (R\$ 551 milhões), apesar da liberação de um montante expressivo de R\$ 1.802 milhões. Comparando-se o percentual de utilização das FR do Tesouro com as Outras FR é ratificada a tendência dos órgãos em utilizar os recursos do Tesouro em detrimento dos demais recursos.

As áreas prioritárias (Educação, Saúde e Segurança) consumiram de forma ágil sua cota financeira relativa às FR do Tesouro, com destaque para as áreas de Educação e Saúde, as quais utilizaram praticamente 100,0% de sua cota.

Gráfico 12

LIBERAÇÃO DE COTA FINANCEIRA - 2014

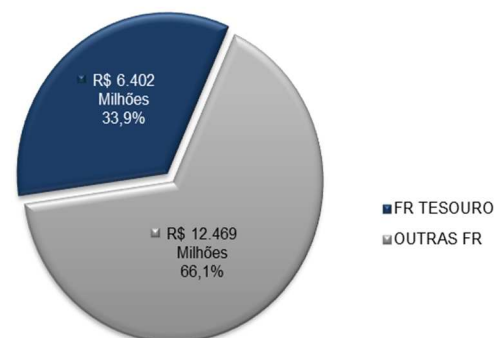


Gráfico 13

EVOLUÇÃO COTA FINANCEIRA 2013/2014 - FR TESOURO

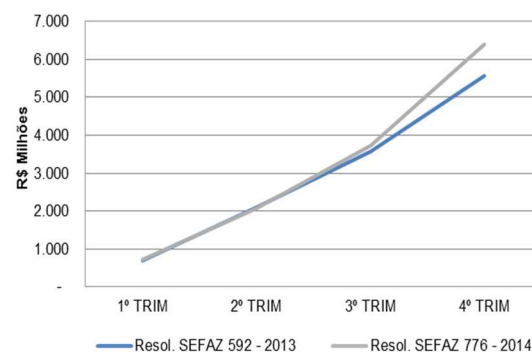


Tabela 42

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ FEVEREIRO DE 2014

FR	R\$ Milhões				
	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	1.055	554	422	410	365
FR - Outras	1.490	594	1.802	551	547
Total geral	2.545	1.148	2.224	961	912

Fonte: SIG e SIAFBM

Obs: Posição acumulada até Fev/2014

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	52,5%	131,2%	74,1%	97,2%	89,1%
FR - Outros	39,9%	33,0%	92,6%	30,6%	99,3%
Total geral	45,1%	51,6%	83,7%	43,2%	94,9%

Fonte: SIG e SIAFBM

Obs: Posição acumulada até Fev/2014



O Tesouro Estadual, no 1º Bimestre de 2014, quitou 89,1% das Programações de Desembolso emitidas. O total do montante honrado foi superior em 12,1% se comparado ao mesmo período do ano passado. Dentre as áreas prioritárias, destaque para a área de Saúde, onde cerca de 91,8% das PD's emitidas no primeiro bimestre do corrente ano foram adimplidas.

Tabela 43

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	51	18	13	13	11
SAÚDE	355	189	108	108	99
SEGURANÇA	128	45	38	37	25
DEMAIS ÁREAS	520	302	263	252	230
TOTAL GERAL	1.055	554	422	410	365

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Fev/2014

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	35,1%	135,4%	73,4%	99,4%	79,9%
SAÚDE	53,2%	174,7%	57,1%	99,8%	91,8%
SEGURANÇA	34,8%	117,7%	82,9%	97,6%	68,6%
DEMAIS ÁREAS	58,1%	115,0%	83,5%	95,9%	91,4%
TOTAL GERAL	52,5%	131,2%	74,1%	97,2%	89,1%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Fev/2014

VI.2 Pagamento de PD's

No primeiro bimestre de 2014 o prazo médio praticado pelo Tesouro para o pagamento das Programações de Desembolso emitidas pelos órgãos foi de 7 (sete) dias após a emissão das mesmas, sendo 6 (seis) dias para as áreas prioritárias e 8 (oito) dias para as áreas não prioritárias.

O Tesouro Estadual, neste bimestre, evidenciou sua agilidade por meio de adimplência de 76,2% das PD's em até 10 dias (Gráfico 3). Apenas 47 (quarenta e sete) PD's foram adimplidas após 30 dias das suas respectivas datas de emissão, perfazendo um percentual de 4,6% das PD's pagas.

Este desempenho ratifica a política da qualidade executada pelo Tesouro do Estado, que tem como meta a celeridade e a transparência na execução de seus pagamentos.

Tabela 44

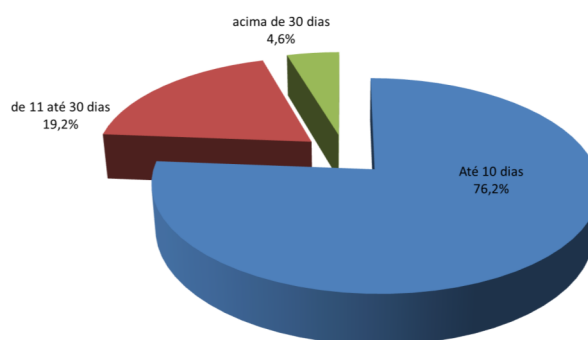
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
1º BIMESTRE DE 2014

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	6
NÃO PRIORITÁRIAS	8
MÉDIA GERAL	7

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 14

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO
1º BIMESTRE de 2014



VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

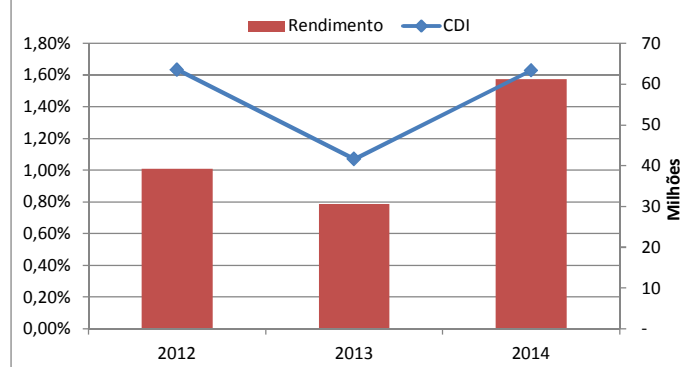
Visando cumprir a meta dos rendimentos financeiros estabelecidos pela LOA³⁰ o Tesouro Estadual adota o conceito de saldo médio³¹ para a administração de seu Fluxo de Caixa. Essa medida auxilia a tomada de decisão sobre a alocação dos recursos, objetivando assim maximizar a receita financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Em complemento, parte da estratégia do Tesouro para atingir uma melhor performance nos investimentos dos recursos públicos foi a formação de fundos exclusivos.

Neste sentido o desempenho destes tem atendido as expectativas, no primeiro bimestre de 2014, os fundos obtiveram uma rentabilidade média de 99,45% do CDI, além disso eles possuem uma taxa

Gráfico 15

CDI X Receita Financeira



³⁰ Lei Orçamentária Anual do Estado do Rio de Janeiro

³¹ Optamos pelo emprego de um modelo simples para o cálculo do saldo médio, cuja autoria é de Merton Miller e Daniel Orr.

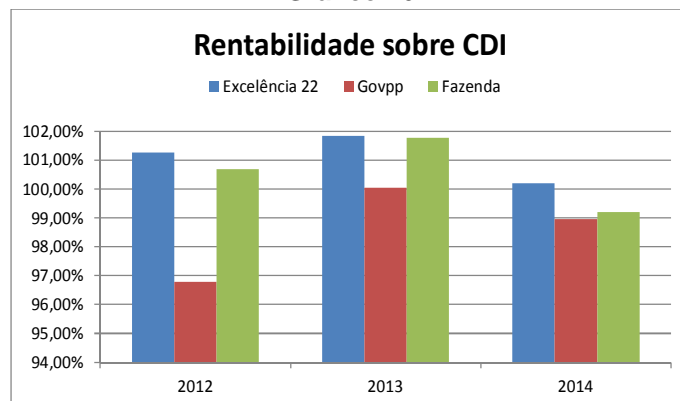
administrativa entre 0,10% e 0,15% ao ano, muito abaixo das praticadas pelos outros fundos no mercado.

O Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua segunda reunião³² do ano, elevou a taxa SELIC para 10,75% a.a, dando continuidade ao ciclo de elevação da taxa básica de juros. Em suma, a desaceleração da economia brasileira no segundo semestre de 2013, o cenário adverso da economia mundial e a perspectiva que esse cenário permaneça ao longo de 2014, está direcionando o Banco Central para aumento da taxa de juros.

No 1º bimestre de 2014, a receita financeira do Tesouro Estadual teve aumento de 100,29%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo que a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - benchmark) teve um crescimento de 52,1% nesse mesmo período. Outro fator que influenciou este desempenho foi a ampliação de 82% no saldo médio em relação ao mesmo período do ano anterior.

A previsão de receita financeira estabelecida na Lei Orçamentária Anual³³ (LOA) de 2014 é de R\$ 224,7 milhões. Sendo que 27% deste valor foi realizado no 1º bimestre de 2014.

Gráfico 16



³² Realizado nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2014.

³³ Lei .6.668 de 13 de janeiro de 2014

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No primeiro bimestre de 2014, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 11,76 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro em 2014. A maior parte deste montante, cerca de 48,6%, foi utilizada para honrar despesas com serviços de energia elétrica, o restante subdivide-se em: 25,4% para despesas de água e esgoto, 18,7% para despesas com telefonia, móvel e dados, e 7,3% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

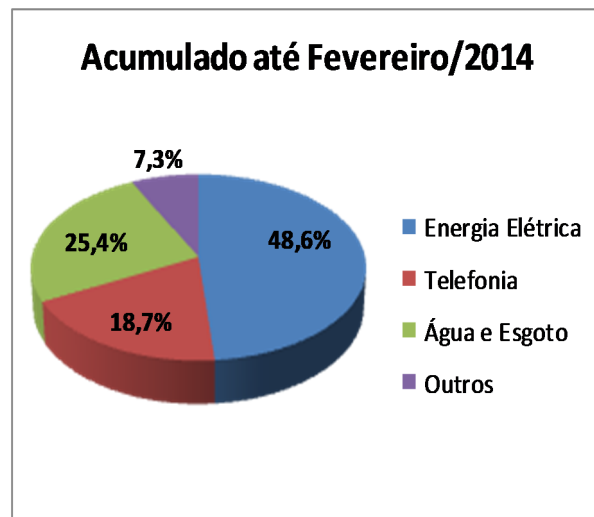
Destarte, no exercício de 2014, foram disponibilizados R\$ 311,32 milhões³⁴ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 39,03 milhões, ou seja, 12,5%.

Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca 16 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2014, através do SIPC, foram registrados R\$ 51,37 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 12,29 milhões, ou seja, 23,9 % do total. Um dos fatores que influênciam na evolução da execução das despesas no início do exercício decorre do prazo

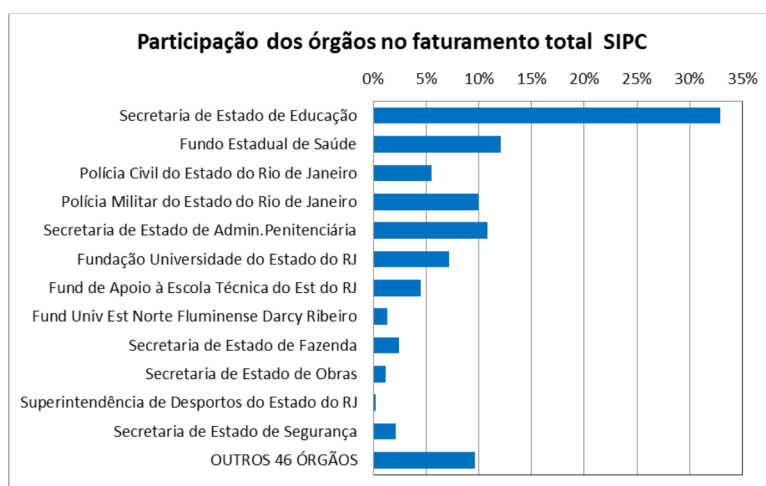
Gráfico 17

Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos



Fonte: SIG

Gráfico 18



³⁴ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

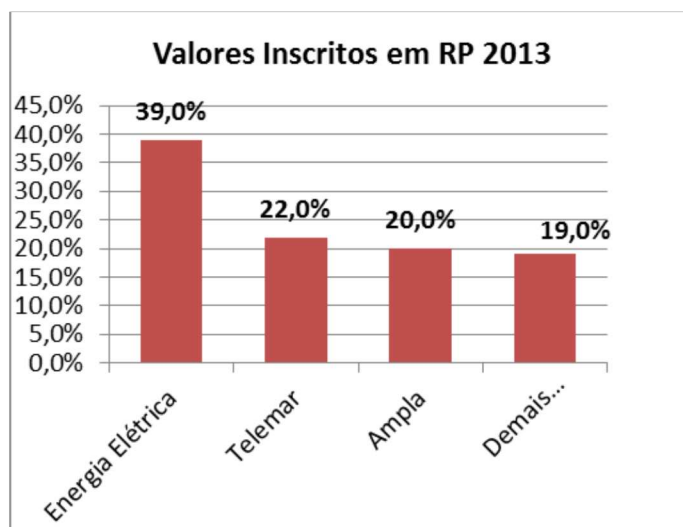
necessário para liberação das dotações orçamentárias no sistema contábil após à publicação do Decreto de abertura do orçamento.

Analisando o 1º bimestre, verifica-se que a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), juntas, são responsáveis por 63,1 % do montante faturado em janeiro/fevereiro, sendo que este grupo quitou 17,0 % do total faturado no 1º bimestre.

De outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo do Centro de Tecn. de Informação e Comum. do Estado do RJ (PRODERJ), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Subsecretaria Militar e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), Fund. Dep. Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Inst. de Assistência dos Servidores do ERJ (IASERJ), dentre alguns outros.

No que tange ao pagamento das despesas de competência do exercício de 2013 inscritas em Restos a Pagar (RP), o Tesouro Estadual manteve-se diligente nos pagamentos, quitando todo o valor inscrito em RP (R\$ 49 milhões) a favor das concessionárias de serviços essenciais em janeiro de 2014. Ressalte-se que a maior parte deste total (81%) foi para adimplir as despesas com os serviços prestados pela LIGHT, TELEMAR e AMPLA.

Gráfico 19



VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 1º bimestre de 2014, verifica-se um aumento global de 10,3%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em janeiro e fevereiro de 2014, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 7,88 milhões, sendo R\$ 6,91 milhões de demanda contratada e R\$ 9707 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a fevereiro de 2014 a média do faturamento foi de R\$ 1,1 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 118,26 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar está realizando os procedimentos necessários para inclusão destes serviços no SIPC.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 1º bimestre de 2014, foram faturados R\$ 18,65 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 61,5 % deste total.

Tabela 45
Faturamento Acumulado por
Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil	
FAVORECIDOS	1 Bim/14
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	61
AGUAS DE NITEROI	1.082
AGUAS DE NOVA FRIBURGO	105
AGUAS DO IMPERADOR	93
AGUAS DO PARAIBA	1.139
CEDAE	11.464
FOZ AGUAS	4.300
C. AGUAS DE JUTURNAIBA	159
PROLAGOS	96
SAAE/B. MANSA	33
SAAE/V. REDONDA	122
Total Faturado	18.654

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias



VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no primeiro bimestre de 2014.



VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deveria quitar seu estoque em 15 anos.

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro deveria transferir, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

No entanto, no dia 14 de março de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4.357 e 4.425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios e, integralmente inconstitucional, o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que criava o regime especial de pagamento.

Não obstante, até a publicação da decisão do STF, quando então serão modulados seus efeitos, os Tribunais deverão dar continuidade aos pagamentos conforme o Regime Especial adotado.

Cabe destacar que, em 27 de junho de 2013, foi promulgada a Lei Complementar nº 147, do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a utilização de parcela dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

De acordo com o estabelecido na LC nº 147/13, 25% do total de depósitos judiciais poderão ser utilizados para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, obrigando ao Estado manter 75% do valor total dos depósitos junto ao Banco do Brasil,

efetivando a sua recomposição sempre que for necessário, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

Dessa forma, depois de firmados os instrumentos legais para operacionalização da liberalidade instituída pela LC 147/13, em 27 de dezembro de 2013 foram quitados todos os precatórios pendentes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ, aptos ao pagamento, até o exercício orçamentário de 2013.

Em conformidade com a LC 147/2013, o Banco do Brasil transferiu em 05 de fevereiro de 2014, os valores de R\$ 150 milhões para o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT/RJ e R\$ 2,10 milhões para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região - JFRJ, visando à quitação dos precatórios oriundos destes Tribunais já aptos ao pagamento.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.

No 1º bimestre de 2014, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 970 mil em pagamentos de três acordos de parcelamento celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 1º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 527 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 4,48 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁵.

Tabela 46

PAGAMENTOS DE RPV - 1º BIM. 2014.		
		<i>R\$ mil</i>
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
JANEIRO	200	1.249.867
FEVEREIRO	327	3.230.443
TOTAL	527	4.480.310

Fonte: SUCADP em 28/02/2014

³⁵ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

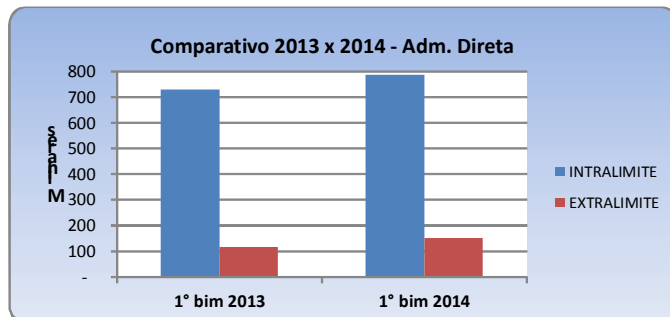
O Tesouro Estadual desembolsou, no 1º bimestre de 2014, R\$ 938,65 milhões com o serviço da dívida³⁶. A importância desembolsada foi 10,5% superior ao valor pago no mesmo período do ano anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço extralimite da dívida interna, que foi 30,2% superior ao pago no mesmo período do ano anterior, verificado principalmente pelo pagamento dos juros do contrato destinado à expansão do Metrô - Linha 4 (PRO-ML4), em um montante de R\$ 17,95 milhões.

Do total pago no 1º bimestre de 2014, R\$ 786,79 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁷, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 95,56 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual³⁸ alcançou apenas R\$ 1,00 milhão, 11,4% inferior em relação ao 1º bimestre de 2013.

Gráfico 20



³⁶ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁷ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

³⁸ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Tabela 47

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	1º bim 2013			1º bim 2014			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	413.225	434.513	847.738	473.906	463.740	937.645	10,61%
INTRALIMITE	331.826	397.561	729.387	384.373	402.413	786.786	7,87%
EXTRALIMITE	81.399	36.952	118.351	89.532	61.327	150.859	27,47%
INTERNA	72.139	27.187	99.326	78.550	50.754	129.303	30,18%
EXTERNA	9.260	9.765	19.025	10.983	10.573	21.556	13,30%
ADM. INDIRETA HONRADA	987	142	1.129	960	40	1.001	-11,38%
TOTAL	414.212	434.655	848.867	474.866	463.780	938.646	10,58%

Informações complementares:

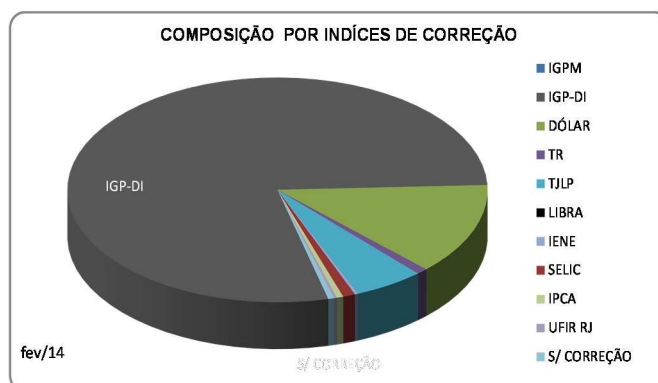
Valor devido intra-limite	262.484	397.540	660.023	288.815	402.414	691.228	4,73%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	331.826	397.540	729.366	384.373	402.414	786.787	7,87%
Amortização do resíduo	(69.342)	-	(69.342)	(95.559)	-	(95.559)	37,81%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 13,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado principalmente pelo pagamento dos juros do contrato firmado junto ao BIRD, destinado ao Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes Urbanos de Massa - PROMIT. Ressalta-se, contudo, que este montante representa apenas 2,3% do total do serviço pago.

Gráfico 21



Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º bimestre de 2014, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 80,55 bilhões, 12,4% maior que o mesmo período do ano anterior. Explicado, essencialmente, pelo ingresso de recursos oriundos das operações de crédito firmadas ao longo do ano de 2013.

O estoque da dívida interna cresceu 10,4%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Parte desse aumento foi devido à variação do IGP-DI³⁹.

³⁹ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 1º bimestre fechou em 1,1% (IGP-DI de dez/13 e jan/14) e nos últimos 12 meses (de fev/13 a jan/14) em 5,6%.

Tabela 48

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2013 x 2014			
	1º Bim_2013	1º Bim_2014	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	71.671.614	80.546.501	12,38%
INTERNA	66.347.360	73.075.744	10,14%
Dívida com a União	61.733.640	64.148.341	3,91%
Outras Dívidas Contratuais	4.613.720	8.927.403	93,50%
EXTERNA	5.230.567	7.340.791	40,34%
Com Aval do Tesouro Nacional	5.227.548	7.337.171	40,36%
Mobiliária	3.019	3.619	19,89%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	93.688	129.966	38,72%
DÍVIDA FINANCEIRA	71.671.231	80.546.501	12,38%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	34.586.815	36.219.029	4,72%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,07	2,22	7,32%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 1º Bim/14 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 9,1% do total da dívida financeira, encerrou o 1º bimestre de 2014 com saldo de R\$ 7,34 bilhões, ou seja, 40,4% superior ao 1º bimestre de 2013, consequência da entrada de recursos de novas operações de crédito, principalmente da operação firmada junto ao BIRD, destinada ao financiamento do Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa - PROMIT e pela variação do dólar⁴⁰.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 129,97 milhões, representando um aumento de 38,7% em relação ao saldo verificado no exercício de 2013, justificado principalmente pela inclusão de um novo parcelamento de débitos firmado entre a Companhia Estadual de Trens Urbanos – FLUMITRENS e a Receita Federal, amparado na Lei Federal nº 11.941/2009.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio,

Tabela 49

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.240.951	1,73%	1,54%
2,1 - 4	213.800	0,30%	0,27%
4,1 - 6	65.343.362	91,30%	81,13%
acima de 6,1	4.769.552	6,66%	5,92%
Subtotal	71.567.665	100,00%	88,85%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	4.857.873	54,10%	6,03%
2,1 - 4	717.892	8,00%	0,89%
4,1 - 6	3.403.070	37,90%	4,22%
Subtotal	8.978.836	100,00%	11,15%
Total	80.546.501		100,00%

⁴⁰ A cotação do dólar (US\$) no dia 28 de fevereiro de 2014 foi de 2,3334, 18,1% superior à cotação do mesmo período de 2013 que foi de 1,9754.

apresentou variação de 7,3% em relação ao 1º bimestre de 2013. A relação subiu de 2,07 para 2,22⁴¹.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 88,8% do estoque. Desse montante, 81,1% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo⁴² representam 7,8%, e desse percentual, apenas 0,6% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴³.

No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico ao lado apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 28,9%. O Gráfico seguinte apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Gráfico 22

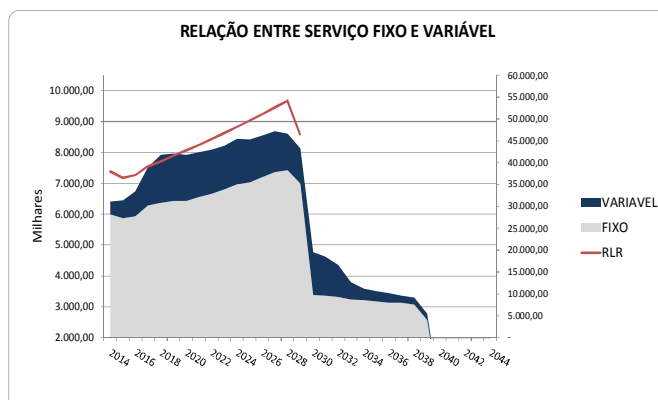
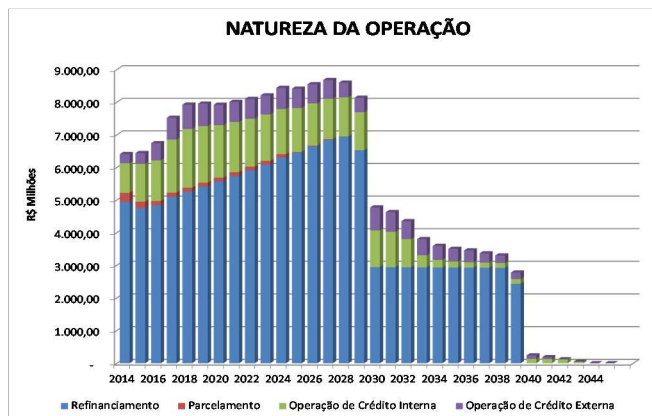


Gráfico 23



⁴¹ A meta da dívida para o exercício de 2014, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,21.

⁴² Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴³ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴⁴ e ao prazo médio de repactuação⁴⁵, estes atingiram 11,18 anos e 10,01 anos, respectivamente.

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

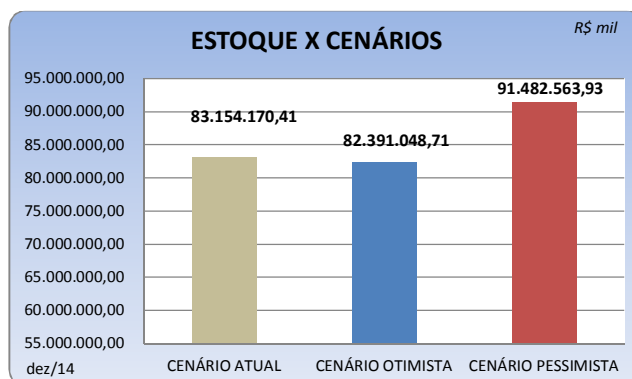
Tabela 50

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	74,33%	61.806.006,76	IGP-DI	74,09%	61.042.885,06	IGP-DI	76,66%	70.134.400,28
DÓLAR	16,19%	13.464.947,28	DÓLAR	16,34%	13.464.947,28	DÓLAR	14,72%	13.464.947,28
TR	1,17%	971.615,55	TR	1,18%	971.615,55	TR	1,06%	971.615,55
TJLP	5,47%	4.546.780,14	TJLP	5,52%	4.546.780,14	TJLP	4,97%	4.546.780,14
LIBRA	0,00%	3.619,45	LIBRA	0,00%	3.619,45	LIBRA	0,00%	3.619,45
IENE	0,21%	174.957,18	IENE	0,21%	174.957,18	IENE	0,19%	174.957,18
SELIC	0,81%	673.410,06	SELIC	0,82%	673.410,06	SELIC	0,74%	673.410,06
UFIR RJ	0,05%	44.768,42	UFIR RJ	0,05%	44.768,42	UFIR RJ	0,05%	44.768,42
IPCA	1,44%	1.199.871,43	IPCA	1,46%	1.199.871,43	IPCA	1,31%	1.199.871,43
S/ CORREÇÃO	0,32%	268.194,14	S/ CORREÇÃO	0,33%	268.194,14	S/ CORREÇÃO	0,29%	268.194,14
TOTAL	100,00%	83.154.170	TOTAL	100,00%	82.391.049	TOTAL	100,00%	91.482.564
		fev/15			fev/15			fev/15

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,9%a.a. e 16,5%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI. Ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente de R\$ 9,00 bilhões e, em valores relativos, de 11%.

Gráfico 24



Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 2,6% na participação do IGP-DI no total da

⁴⁴ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

⁴⁵ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

dívida. Passando de 74,1% no cenário otimista para 76,6% no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico e o Índice Geral de Preços – O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,8%, em fevereiro. A variação registrada em janeiro foi de 0,4%. Em fevereiro de 2013, a variação foi de 0,2%. No acumulado de 2014, o IGP-DI variou 1,2%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 0,5%. O IGP-DI de fevereiro foi calculado com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 1%, em fevereiro. No mês anterior, o índice apresentou variação de 0,1%. O principal responsável por esta aceleração foi o subgrupo café em grão (19,4%), dos ovos (13,5%) e de bovinos (2,2%).

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,6%, em fevereiro, ante 1%, no mês anterior. As principais altas vieram de refeições em bares e restaurantes (1,3%), empregada doméstica mensalista (2,2%) e tarifa de ônibus urbano (1,4%). No sentido contrário, as maiores influências de baixa vieram do leite longa vida (-4,2%), da batata-inglesa (-8,1%) e de protetores para a pele (-2,1%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em fevereiro, taxa de variação de 0,3%, abaixo do resultado do mês anterior, de 0,8%. O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços registrou variação de 0,6%. No mês anterior, a taxa havia sido de 0,3%. O índice que representa o custo da Mão de Obra registrou variação de 0,2% em fevereiro. No mês anterior, este índice registrou taxa de 1%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 6,98 bilhões para R\$ 10,61 bilhões e de 9,8% para 13,1%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

As tabelas ao lado demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Tabela 51

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+63.736,56	+1,091
Iene Japonês	+10%	+4.828,54	+0,083
Libor	+1,0%	+187.123,11	+3,203

Verifica-se que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 187,10 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais de 3% do mesmo. Constatase, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Tabela 52

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+1.342.676,47	+1,564
Iene Japonês	+10%	+13.607,78	+0,016

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme tabela ao lado, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,6 % e 0,02% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foi liberado R\$ 1,17 bilhão de receita oriunda de operações de créditos, em janeiro e fevereiro:

- R\$ 1,09 bilhão foi destinado à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 36,12 milhões ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 16,26 milhões foram destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA II (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 10,01 milhões ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 4,91 milhões, destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);

- R\$ 2,54 milhões para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 2,20 milhões para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,00 milhão para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 983,00 mil, destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);

Tabela 53
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 28/02/2014

R\$ mil

	2014		2015/18
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	1.172.821	3.860.858	10.699.848
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	1.104.672	3.259.166	6.633.842
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.770
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	4.911	39.364	365.496
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	11.076	11.076
4. PMAE II - BNDES	-	3.185	3.185
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	983	43.459	43.459
6. VIALIGHT - CAIXA	-	38.138	259.138
7. PRÓ-CIDADES I - B. BRASIL	-	754.000	1.656.000
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	-	4.500	4.500
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	21.686	415.373
10. PROCOI - CAIXA	-	399.957	799.914
11. PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL	-	1.535.069	2.131.672
12. METRÔ / PRÓ ML4 - BNDES	1.098.778	408.732	937.259
Demais	68.149	601.692	4.066.006
13. PET II - BIRD	10.017	32.765	32.765
14. RIO RURAL I - BIRD	2.200	23.083	30.326
15. PROFAZ - BID	-	25.837	25.837
16. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	2.540	14.694	29.257
17. PRODETUR - BID	-	61.830	248.087
18. PSAM - BID	-	78.853	1.033.650
19. PET II Adicional - BIRD	36.127	100.201	1.294.829
20. POE - CAF	-	93.384	93.384
21. PROVIAS - CAF	-	60.269	542.892
22. MARACANÃ PROCOPA II - CAF	16.265	-	-
23. ARCO METROPOLITANO	-	52.610	373.344
24. INCLUSÃO SOCIAL - BID	-	43.984	129.278
25. RIO RURAL ADICIONAL FA - BIRD	1.000	14.182	232.358
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	18.741	112.445
RIO METRÓPOLE PROGESTÃO II	-	18.741	112.445
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	1.050.000	1.059.689
Total	1.172.821	4.929.599	11.871.982

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2014.

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de fev/2014

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012, atualizado pelo IGPD-I 2014.



Tabela 54

Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	192.504.135,73	34%	558.000.000,00	192.504.135,73
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	197.658.377,92	93%	493.980.780,00	375.735.986,39
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	26.503.378,60	67%	92.169.300,00	50.525.743,98
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	8.686.318,28	44%	46.105.767,27	15.600.362,56
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	3.443.049,6991	68%	9.982.000,00	6.796.855,55
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	284.987.269,30	93%	606.046.612,59	562.587.668,59
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	6.134.742,63	33%	43.571.578,20	13.759.660,62
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%	259.138.332,31	-
08/08/2011	PRODETUR	BID	SETUR	DÓLAR	112.000.000,0000	5.680.000,0000	5%	261.340.800,00	10.292.160,00
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	9.000.000,00	2%	1.054.650.132,00	18.816.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.562.339.504,59	980.064.394,40	55%	3.645.563.000,00	1.989.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	77.734.698,0771	97%	157.954.512,77	153.454.512,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	-	0%	415.372.248,98	-
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	45.089.329,14	8%	1.400.040.000,00	97.664.175,58
13/09/2012	POE	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	59.979.332,92	60%	233.340.000,00	129.855.430,30
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	745.929.645,00	180.510.183,41
22/11/2012	MARACANÃ PROCOPA II	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	120.666.000,00	120.666.000,00	100%	281.562.044,40	251.741.309,82
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	40.000.000,00	20%	466.680.000,00	83.004.000,00
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	399.957.427,00	33%	1.199.871.427,00	399.957.427,00
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	140.004.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.343.875.889,26	471.728.637,77	32%	3.135.800.000,00	1.004.127.845,00
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-ML4	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	1.535.603.926,89	1.060.821.243,31	69%	3.031.405.000,00	2.094.146.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL PA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	420.910,8500	0%	233.340.000,00	1.000.000,00

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁶

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º bimestre de 2014, com 486 Convênios de Despesa e 378 Convênios de Receita vigentes⁴⁷.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁴⁸; já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴⁹ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 106 convênios, beneficiando 64 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 385,86 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 380 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até os meses de janeiro e fevereiro de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 1,49 bilhão.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 1º bimestre de 2014, o total de 48 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,07 bilhões⁵⁰. Dessa importância, R\$ 1,17 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 912,08 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 1º bimestre de 2014, foram repassados em torno de R\$ 854,93 milhões,

⁴⁶Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴⁷Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁸Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴⁹Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁵⁰Valor original desconsiderando os aditivos.

sendo destinados 94,62% à área de Habitação; e, 5,38% à área de Saneamento.

Ademais, cabe ressaltar que, representantes dos governos estaduais do Amapá, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal foram à sede da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MP), em Brasília, nos dias 12 e 13 de fevereiro.

Os técnicos estaduais participaram de um workshop acerca da integração do Sistema do Convênio e Contratos de Repasses (Siconv), com os Sistemas Orçamentários e Financeiros dos estados e do DF. Também participam do evento, representantes do Serviço de Processamento de Dados do governo federal (Serpro), responsável pelo desenvolvimento e manutenção do sistema.

Atualmente, a gestão orçamentária e financeira dos estados é feita por meio de sistemas próprios e independentes, customizados para atender os estados e municípios. A intenção é integrar os sistemas estaduais ao Siconv, ferramenta utilizada pelo governo federal para gerenciar a realização de convênios, contratos de repasse e termos de parceria.